

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE PENÁPOLIS (FUNPEPE)
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PENÁPOLIS (FAFIPE)

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2021-2025

Sumário

PERFIL INSTITUCIONAL	3
1. IDENTIFICAÇÃO	3
1.1 Histórico e Desenvolvimento da Instituição	3
1.2 Missão, Visão e Valores	7
1.3 Objetivos e Metas	8
1.4 Áreas de atuação acadêmica	18
2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	20
2.1 Inserção Regional	20
2.1.1 Dados demográficos e econômicos.....	20
2.2 Aspectos educacionais.....	24
2.3 Modo como a FAFIPE-FUNEPE se insere no Contexto Regional.....	32
2.4 Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição	33
2.5 Organização didático-pedagógica da instituição	34
2.5.1 Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas.....	34
2.5.1.1 Perfil do egresso	34
2.5.1.2 Vinculação da oferta educacional da IES às demandas	35
2.5.1.3 Parâmetros para seleção de conteúdos e elaboração dos currículos	35
2.5.1.4 Princípios metodológicos	37
2.5.1.5 Processos avaliativos	39
2.5.1.6 Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares	40
2.5.1.7 Oportunidades Diferenciadas de Integralização dos Cursos	41
2.5.1.8 Avanços Tecnológicos.....	41
2.5.1.9 Atividades Complementares.....	42
2.5.1.10 Formas de acompanhamento e avaliação do planejamento e execução do trabalho docente	43
2.5.1.11 Normas de Estágio.....	44
2.5.1.12 Sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem	44
2.5.1.13 Sistema de avaliação do projeto do curso.....	45
2.6 Políticas de Ensino.....	46
2.6.1 Ensino de Graduação	46
2.6.2 Ensino de Pós-Graduação	49
2.7 Políticas de Extensão	51
2.8 Políticas de Pesquisa e Iniciação Científica.....	53
2.9 Políticas de Gestão.....	55
2.10 Responsabilidade Social da IES	58
3. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS	68
3.1 Graduação presencial.....	68
3.2 Graduação a distância.....	70
3.3 Pós-graduação presencial	71
3.4 Pós-graduação a distância.....	71
3.5 Cursos de Extensão.....	71
4. PERFIL DO CORPO DOCENTE	73
4.1 Requisitos de titulação e experiência profissional do corpo docente	73
4.2 Critérios de seleção e contratação de professores	74
4.3 Políticas de qualificação e plano de carreira do corpo docente	74

4.4 Regime de trabalho e procedimentos de substituição eventual de professores	75
4.5 Cronograma de expansão do corpo docente	77
5. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	78
5.1 Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo.....	79
5.2 Política de Capacitação do Corpo Técnico-administrativo	79
5.3 Plano de carreira do corpo técnico-administrativo	80
6. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO	81
6.1 Estrutura organizacional com as instâncias de decisão	81
6.2 Organograma institucional e acadêmico.....	82
6.3 Órgãos Colegiados: competências e composição	83
6.3.1 Órgãos da Administração Superior.....	83
6.3.2 Órgãos da Administração Acadêmica	86
6.4 Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas.....	87
6.5. Autonomia da IES em relação à Mantenedora	87
7. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	88
7.1 Formas de Acesso ao curso	88
7.2 Programas de apoio pedagógico e financeiro	88
7.2.1. Acompanhamento Acadêmico e Pedagógico	88
7.2.2. Bolsas Institucionais e Convênios	89
7.3 Estímulos à permanência (programa de nivelamento, monitoria e atendimento psicopedagógico).....	90
7.4 Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil)	91
7.5 Acompanhamento dos egressos.....	92
8. INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	93
8.1 Infraestrutura existente	93
8.2 Demonstrativo da área de expansão física.....	96
8.3 Instalações acadêmicas	99
8.3.1 Laboratórios de informática.....	99
8.3.2 Laboratórios específicos	99
8.3.3 Laboratórios programados	100
8.4 Relação Equipamento/Discente	100
8.5 Biblioteca.....	101
8.5.1 Espaço Físico.....	101
8.5.2 Acervo físico e virtual	102
8.5.3 Política de aquisição, expansão e atualização	105
8.5.4 Horário de funcionamento	106
8.5.5 Pessoal técnico-administrativo	107
8.5.6 Serviços oferecidos.....	107
8.5.7 Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a pessoas com deficiências	108
9. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	110
10. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMETÁRIOS.....	118
10.1 Sustentabilidade financeira.....	118
10.2 Estratégias de gestão econômico-financeira	118
10.3 Plano de investimentos	118
10.4 Planilha orçamentária	119

PERFIL INSTITUCIONAL

1. IDENTIFICAÇÃO

Mantenedora: Fundação Educacional de Penápolis – FUNEPECNPJ/MF: 53.893.582/0001-49

Natureza Jurídica: Fundação pública com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, religiosos ou político-partidários

Endereço: Av. São José, 400, Vila São Vicente. Penápolis - SP, CEP: 16303-180

Dirigente: Fábio José Garcia Ramos Gimenes

Mantida: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis – FAFIPE

Organização Acadêmica: Faculdade

Categoria Administrativa: pública, de natureza jurídica de direito privado - entidade sem fins lucrativos

Ato de Credenciamento: Lei Nº 490, de 27 de maio de 1966 e Portaria CEE nº 8 de 19 de maio de 1967

Endereço principal: Av. São José, 400, Vila São Vicente. Penápolis - SP, CEP: 16303-180

Diretora Geral: Fabiana Ortiz Tanoue de Mello

1.1 Histórico e Desenvolvimento da Instituição

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis - FAFIPE, criada pela Lei Municipal nº 490 de 27 de maio de 1966 e com ato autorizativo para funcionamento reconhecido pela Portaria CEE nº 8 de 19 de maio de 1967, caracteriza-se por ser estabelecimento de ensino isolado, com sede na cidade de Penápolis. É mantida pela Fundação Educacional de Penápolis - FUNEPE, entidade sem fins lucrativos, religiosos ou político-partidários, registrada no Serviço de Registro de Títulos e Documentos desta Comarca, no Livro A-2, folha 22, sob o nº 118 de 14 de março de 1966, reconhecida como entidade de Utilidade Pública Municipal, conforme Decreto Municipal nº 358 de 11 de novembro de 1968.

A iniciativa de criação de ambas as instituições veio do então prefeito Edison João Geraissate, com o apoio de um grupo de cidadãos Penapolenses que a defendiam como forma de desenvolvimento da cultura e do pensamento no município daquela época, e como meio de

qualificação de profissionais para o exercício do magistério.

Desse modo, a Faculdade, na sua criação, atendia basicamente a duas necessidades: assegurar curso superior aos jovens que concluíam o ensino médio e não tinham condições de estudar em outras cidades, bem como satisfazer a exigência de licenciatura para professores que já atuavam no ensino fundamental e médio. Essa demanda decorreu da grande expansão da rede pública com a abertura dos antigos ginásios e a autorização para o funcionamento dos cursos noturnos.

A criação foi publicada no Diário Oficial do Estado, por meio da Portaria nº8/66, que autorizava, ainda, o funcionamento dos cursos de Licenciatura em Desenho, Matemática, Letras e Pedagogia, enquanto o curso de Licenciatura em Ciências foi autorizado para funcionamento em 1968.

Em 1979 a instituição obteve aprovação do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo para oferta do primeiro curso de especialização, o curso de Teoria da Literatura. Tal aprovação inaugurou as atividades de pós-graduação da instituição que, nos últimos 42 anos ofereceu uma diversidade significativa de cursos e turmas.

É mister esclarecer que, da data de criação até dezembro de 2020, a instituição integrou o sistema de ensino do Estado de São Paulo, situação que se alterou com a migração para o sistema federal. O processo de migração se deu com fundamento nos artigos 9º e 16 da Lei nº 9.394 de 1996 e disciplinado pelos critérios e condições previstos no Edital nº 1, de 18 de fevereiro de 2020 – SERES/MEC.

O desenvolvimento da FAFIPE é marcado pelo compromisso com a oferta de serviços educacionais de alta qualidade voltados para o progresso da comunidade local, regional e nacional.

Cronologicamente, observa-se o seguinte percurso na graduação:

Tabela 1 - Cursos da instituição que tiveram funcionamento autorizado, oferta de vagas e alunos matriculados. Nessa condição, temos cursos ativos e extintos:

CURSO	ANO INÍCIO	SITUAÇÃO
Pedagogia	1968	ativo
Matemática	1968	extinto
Letras – habilitação Português	1968	extinto
Ciências (1º Grau)	1968	extinto
Desenho e Plástica	1968	extinto
Educação Artística – Habilitação em Desenho	1977	extinto
Letras – habilitação Português/Inglês	1977	extinto

Ciências – habilitação em Matemática	1980	extinto
Ciências – habilitação em Biologia	1990	extinto
História	1990	extinto
Administração	1996	ativo
Ciências Biológicas	1999	extinto
Ciências Contábeis	2004	ativo
Sistemas de Informação	2005	extinto
Psicologia	2006	ativo
CST em Agronegócio	2007	extinto
Física (Licenciatura) - não houve turma	2008	extinto
Engenharia Agrônômica	2015	ativo
Direito	2017	ativo
Educação Física	2017	ativo
Medicina	2018	ativo
Enfermagem	2020 não houve turma 2021	ativo

Tabela 2 - Listagem de cursos autorizados, com oferta de vagas, mas que não formaram turma nos últimos processos seletivos e encontram-se em processo de extinção voluntária

CURSO	ANO DE OFERTA NO PROCESSO SELETIVO
Farmácia	2020 e 2021
Administração Pública	2020 e 2021
Engenharia de Produção Agroindustrial	2020 e 2021

Ao longo dos últimos anos, a instituição solicitou ao Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo autorização para oferta de vários cursos, bem como de ampliação de vagas, reconhecimento e renovação de reconhecimento. Os processos protocolados pela FAFIPE se encontravam em tramitação no momento da migração para o sistema federal. Cumpre esclarecer que tais processos tiveram cancelamento de ofício, dada a nova situação regulatória institucional.

Tabela 3 - Listagem dos cursos cujos processos de autorização e ampliação de vagas tramitavam na data de migração, com respectivo status

CURSO	ANO PROCESSO	STATUS
Tecnologia de Alimentos	2020	aprovado o curso, com solicitação de visita (não realizada)
Tecnologia em Design de Interiores	2019	abertura de processo de autorização
Engenharia de Alimentos	2019	cancelamento do processo
Engenharia de Software	2019	aprovado o curso, com solicitação de visita (não realizada)
Comunicação Social com habilitação em Mídias Digitais	2019	abertura de processo de autorização

Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda	2019	abertura de processo de autorização
Ciência Biológicas	2019	abertura de processo de autorização
Ciências Sociais	2019	abertura de processo de autorização
Geografia	2019	abertura de processo de autorização
Química	2019	abertura de processo de autorização
Filosofia	2019	abertura de processo de autorização
História	2019	abertura de processo de autorização
Matemática	2019	abertura de processo de autorização
Medicina Veterinária	2020	abertura de processo de autorização
Fisioterapia	2020	abertura de processo de autorização
Arquitetura e Urbanismo	2020	abertura de processo de autorização
Letras – Habilitação Português/Inglês	2020	abertura de processo de autorização
Medicina – aumento do número de vagas	2020	abertura de processo de ampliação de vagas

Tabela 4: Por fim, apresentamos os cursos que tiveram autorização e oferta, contudo, não encontravam-se ativos, tampouco em processo de extinção

CURSO	ANO INÍCIO	STATUS
Artes Visuais	2010	Não oferecido
Normal Superior	2005	Não oferecido

Em 2021, a FAFIPE completa 55 anos de existência e é considerada um importante centro de formação de profissionais e contribui para o desenvolvimento regional por meio da oferta de uma vasta opção de cursos e formas de auxílios/bolsas aos estudantes, mantendo, acima de tudo, a tradição e a qualidade do ensino e o respeito e dedicação aos alunos.

Vale destacar que a Instituição tem como mantenedora a Fundação Educacional de Penápolis (FUNPE), também fundada há 55 anos. Há, entre mantenedora e mantida, estreita relação, principalmente no que tange aos compromissos mais amplos e fundamentais para com a oferta de educação de qualidade. Vale, portanto, destacar os objetivos da FUNPE, que delineiam sua atuação:

- manter, investir e administrar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis, promovendo o ensino superior de qualidade, presencial ou a distância, pesquisa e extensão, transmissão do conhecimento acadêmico, desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada, ampla ou estrita, por meio de cursos de graduação, pós- graduação, mestrado e doutorado, em todas as áreas, níveis e modalidades para os quais obtiver autorização legal;
- promover investimentos em pesquisa prática de campo para todos os cursos mantidos pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis, incluindo, mas não se limitando, às

áreas de agronomia, tecnologias, negócios, ciências sociais e saúde, sendo que eventuais frutos ou produtos (bens e serviços) resultantes dos trabalhos de pesquisa e extensão voltados para estas áreas do conhecimento poderão ser comercializados no mercado e constituirão fontes de receitas para consecução dos objetivos da fundação;

- instituir, investir e administrar escolas de educação básica (cf. LDB 9394/96), bem como cursos preparatórios para vestibulares e de outras modalidades, promovendo sempre a qualidade da formação e a pesquisa dos alunos, visando sua formação técnica e cidadã;
- instituir, investir e administrar cursos técnicos voltados para práticas profissionalizantes em diversas áreas do conhecimento, visando qualificar e preparar seus alunos para o concorrido e especializado mercado de trabalho regional;
- instituir, investir e administrar instituições de ensino superior, promovendo ensino superior de qualidade, presencial ou à distância, pesquisa e extensão, transmissão do conhecimento acadêmico, desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada, ampla ou estrita, por meio de cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado, em todas as áreas, níveis e modalidades para os quais obtiver autorização legal;
- disponibilizar à comunidade em geral todos os tipos de serviços ou produtos resultantes de suas áreas de conhecimentos ou de seus trabalhos de campo, mediante remuneração adequada, a qual constituirá receita destinada à consecução dos objetivos da fundação;
- instituir e manter Comissão Permanente para Processos Seletivos, com a finalidade de elaborar para si, e fornecer a terceiros interessados, processos seletivos completos para recrutamento de pessoal e admissão, em carreiras públicas ou particulares, bem como em processos seletivos de alunos para faculdades públicas ou particulares, para si e para terceiros interessados, instituições públicas ou privadas; e
- desenvolver programas de esclarecimento da opinião pública quanto à necessidade da educação, da cultura, da saúde e da tecnologia.

1.2 Missão, Visão e Valores

A FAFIPE possui os seguintes princípios e valores:

Missão

Participar ativamente da sociedade como agente catalisador de ações em prol da melhoria da qualidade de vida, atendendo a demanda por um ensino de excelência, contribuindo na formação de pessoas capazes de viver plenamente com consciência crítica, capacidade

criativa, postura ética e proatividade na busca pelo aprimoramento humano e valorização da vida.

Visão

Ser líder como instituição de ensino, pesquisa e extensão, inserida na comunidade regional e sintonizada com o espírito de seu tempo, prospectando as transformações necessárias e criando condições para sua implementação.

Valores

- **Educação** como fator preponderante para o progresso social e plenitude do ser humano;
- **Pessoas** como potenciais fontes criadoras e geradoras de alternativas para o desenvolvimento da sociedade;
- **Relações interpessoais** como eventos em que se formulam e se consolidam conceitos de ética, justiça, empatia, solidariedade e respeito;
- **Relações institucionais** como ferramenta de ação básica de busca do bem coletivo, projetando-se no contexto sócio-político e impulsionando ações de outras instituições;
- **Ciência e tecnologia** como instrumentos a serem alcançados para o bem coletivo.

1.3 Objetivos e Metas

Para a efetividade de sua atuação, a FAFIPE possui os seguintes **objetivos** e conjunto de **metas**:

Quadro 1: Objetivos e Metas estabelecidos pela FAFIPE para o período de vigência deste PDI

Objetivos estratégicos		Indicadores		Metas					Iniciativas
				2021	2022	2023	2024	2025	
CLIENTES E MERCADO	Buscar novos mercados	1	Diversificação de cursos e modalidades na graduação	-	Graduação em: Biomedicina, Arquitetura e Urbanismo, CST em Design de Interiores, Engenharia de Software, CST em Tecnologia de Alimentos, Licenciatura em Educação Física. Ampliação de vagas de Medicina (mais 14 vagas)	Graduação em: Comunicação Social – Mídias Sociais, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, Fisioterapia, Medicina Veterinária, Nutrição	Graduação em: Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, História, Letras – Port/Inglês, Matemática, Química	-	- promover estudos de demanda e análise de mercado para definição de novas ofertas de cursos - desenvolver inteligência de mercado - estruturar projetos pedagógicos
		2	Expansão de programas e cursos de pós (lato sensu)	-	- Cursos de pós em: Atividades físicas para populações especiais, Direito Agrário, Gestão Pública, Matemática na Educação Infantil, Psicologia Clínica, Sexualidade Humana	- Cursos de pós em: Gestão ambiental, Ludicidade na Educação Infantil	- Cursos de pós em: Gestão Logística	-	
	Oferecer EAD	1	Introdução na organização pedagógica e curricular dos cursos de graduação presenciais da Instituição, a oferta de disciplinas na modalidade a distância	-	-	-Oferta de disciplinas na modalidade a distância nos cursos de: Administração, Ciências Contábeis, Engenharia Agrônômica, Direito, Pedagogia, Psicologia e Educação Física	-Oferta de disciplinas na modalidade a distância no curso Enfermagem	-	- mapear disciplinas para oferta na modalidade - produzir/adquirir material instrucional - garantir infraestrutura necessária ao desenvolvimento das disciplinas - escolha e implantação do ambiente/ferramenta de aprendizagem - adequar o modelo de gestão acadêmico-administrativa à modalidade - realizar adequações/atualizações nos Projetos Pedagógicos

									- realizar formação de professores, tutores e pessoal de apoio administrativo e pedagógico
		2	Solicitação de credenciamento da IES para oferta de cursos na modalidade EAD					-	- ganhar experiência na oferta da modalidade, por meio da flexibilização dos currículos (até 40% da carga horária dos cursos) e de cursos em EAD - definir abrangência geográfica e polos presenciais - definir cursos a serem ofertados -elaborar Projeto Pedagógico dos cursos, bem como documentação exigida para credenciamento e autorização dos cursos - definir conteúdos, ferramentas/ambientes a serem utilizados - ampliar e consolidar estrutura física, material e de pessoal - estabelecer parcerias nas cidades e definir locais de funcionamento dos polos presenciais
		3	Oferta de cursos de graduação e pós na modalidade EAD	-	-	-	-	X	- definir cursos, abrangência geográfica e polos presenciais - reestruturar os projetos pedagógicos - produzir/adquirir material instrucional
	Credenciar Stricto Sensu	1	Definição da(s) área(s) de oferta de programa(s) de pós-graduação Stricto Sensu	-	-	X	-	-	- promover estudos de demanda e análise de mercado para definição de programa(s) e curso(s) - estabelecer, com base na legislação, estrutura
		2	Criação de comissão responsável	-	-	X	-	-	
		3	Protocolo de processo junto ao MEC	-	-	-	-	X	

	Ampliar oferta de serviços	1	Diversificação e expansão de serviços voltados para a comunidade local e regional	- Celebração de convênio com o Tribunal de Justiça de São Paulo - Instalação posto do CEJUSC no NPJ - Redefinição política Extensão e Ação Comunitária - Celebração de parceria com PM Penápolis para projeto de apoio aos empresários da incubadora do município - Implantação do Projeto de Atendimento na área de Esporte, Lazer e Saúde no Centro de Atendimento ao Trabalhador	- Curricularização da Extensão - Celebração de convênio com Receita Federal - Instalação do NAF – Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal - Readequação do espaço físico do CEPAC (Centro de Estudos em Psicologia e Atendimento Comunitário) para melhoria do atendimento à comunidade - Criação do mapa da extensão e ação comunitária - Ampliação do Projeto de Atendimento no Centro de Atendimento ao Trabalhador - Criação da Clínica de Especialidades para o curso de Medicina	- Ampliação da Curricularização da Extensão (em função da maturação das matrizes dos cursos)	- Ampliação da Curricularização da Extensão (em função da maturação das matrizes dos cursos)	- Ampliação da Curricularização da Extensão (em função da maturação das matrizes dos cursos)	- consolidar e ampliar política institucional de extensão e ação comunitária - elaborar estudos de viabilidade para celebração de convênios para ampliação de atendimentos à comunidade - ampliação de projetos e programas extensionistas
PROCESSOS INTERNOS	Concluir migração para sistema federal	1	Cadastro dos cursos e da IES no sistema e_MEC	X	-	-	-	-	- realização de estudos para conhecimento e apropriação das especificidades do sistema federal; - adequação/reestruturação dos documentos institucionais; - acompanhamento para constante atualização da instituição às normas do sistema federal
		2	Preenchimento de formulários e preparo para visitas <i>in loco</i>	X	-	-	-	-	
		3	Revisão de documentos e rotinas com base nas diretrizes do novo sistema	X	X	X	X	X	
	Melhorar indicadores educacionais	1	Melhora no IGC institucional	IGC 3	IGC 3	IGC 4	IGC 4	IGC 4	- acompanhamento dos PPC em relação ao

		2	Melhora no CPC dos cursos	-	Todos os cursos avaliados no ciclo com nota 4	Todos os cursos avaliados no ciclo com nota 4	Todos os cursos avaliados no ciclo com nota 4	Todos os cursos avaliados no ciclo com nota 5	alinhamento dos objetivos, conteúdos e competências constantes nos Planos e os definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação e Diretrizes da Prova - realização de ações específicas de acompanhamento das turmas ENADE no que tange às eventuais deficiências de formação ao longo do curso, necessidade de nivelamento ou reforço - oferta de ações de correção e/ou reforço (cursos, aulas extras, plantões, atendimentos individuais) - ampliação do número de jornadas de trabalho parcial e integral - ampliação e melhora da comunicação relativa às ações de pesquisa, extensão, nivelamento, monitoria, intercâmbio, incentivo institucional para participação em eventos, oferta de bolsas e demais itens constantes no questionário do estudante - monitoramento específico do desempenho das turmas por meio de aplicação de simulados com relatórios por área e disciplinas avaliadas, bem como simulação de nota de ENADE com consequente análise e proposição de ações -
--	--	---	---------------------------	---	---	---	---	---	--

									acompanhamento das turmas nos locais de prova
		3	Alcançar altos índices de aprovação nos exames da OAB	35% de aprovação dos inscritos no Exame da Ordem	aumento de 20% nos índices de aprovação dos inscritos no Exame da Ordem	aumento de 10% nos índices de aprovação dos inscritos no Exame da Ordem	aumento de 10% nos índices de aprovação dos inscritos no Exame da Ordem	Conquista do selo OAB Recomenda	- aumento progressivo dos índices de aprovação no exame da Ordem dos Advogados do Brasil - melhora na nota do ENADE - oferta de cursos específicos para exame da OAB (1ª e 2ª fases) para alunos do último ano e ex-alunos da IES - acompanhamento das turmas nos locais de prova
		4	Alcançar altos índices de aprovação nos exames de suficiência do CRC	35% aprovação dos inscritos no Exame	aumento de 20% nos índices de aprovação dos inscritos no Exame	aumento de 10% nos índices de aprovação dos inscritos no Exame	aumento de 10% nos índices de aprovação dos inscritos no Exame	aumento de 10% nos índices de aprovação dos inscritos no Exame	- incentivar a participação dos acadêmicos no exame - promover alinhamento do PPC aos objetivos, conteúdos e competências requeridos no exame do CRC - realizar acompanhamento do desempenho dos acadêmicos de modo processual, visando identificar possíveis demandas formativas relacionadas aos objetivos, conteúdos e competências requeridas no exame - oferta de ações de correção e/ou reforço (cursos, aulas extras, plantões, atendimentos individuais) - acompanhamento das turmas nos locais de prova.
	Melhorar processos acadêmicos e de gestão	1	Melhora nos processos de comunicação interna e externa	- criação de Projeto de Comunicação Institucional	- articulação das ações de comunicação e atendimento ao cliente	- monitorar impacto da comunicação interna e externa por meio da	- monitorar impacto da comunicação interna e externa por meio da	- monitorar impacto da comunicação interna e externa por meio da	- criar relacionamento com setores institucionais visando a

				- estruturação e divulgação das ações de comunicação	com aumento dos índices de satisfação expressos pela diminuição da evasão, aumento da captação, melhora na avaliação institucional e contato com egressos	melhora dos índices de engajamento interno (autoavaliação) e satisfação da comunidade (diminuição da evasão, aumento da captação, melhora na avaliação institucional e contato com egressos) – Meta 10%	melhora dos índices de engajamento interno (autoavaliação) e satisfação da comunidade (diminuição da evasão, aumento da captação, melhora na avaliação institucional e contato com egressos) – Meta 10%	melhora dos índices de engajamento interno (autoavaliação) e satisfação da comunidade (diminuição da evasão, aumento da captação, melhora na avaliação institucional e contato com egressos) – Meta 10%	participação efetiva de todos nos processos de comunicação - realizar ações de captação de novos alunos - realizar ações de fidelização e redução de evasão - realizar ações de comunicação com ex-alunos - promover a gestão das plataformas de comunicação com o cliente de modo que sejam ferramentas eficientes de atendimento e informação (website, email, whats up, telefone, jornal, WebTV, Webrádio) - promover pesquisas de mercado - manter atualizados dados demográficos, educacionais, econômicos, sociais, bem como resultados de pesquisas institucionais - promover relacionamento com veículos de comunicação para divulgação das ações institucionais, bem como ser fonte de informações das áreas trabalhadas na IES - auxiliar no planejamento e execução de ações e eventos institucionais - cuidar da imagem institucional (identidade) - manter atualizadas informações das
--	--	--	--	--	---	---	---	---	---

									diferentes plataformas de comunicação da IES - realizar a gestão do website - desenvolver relacionamento por meio das redes sociais - desenvolver estratégias de marketing
		2	Consolidação e fortalecimento dos programas institucionais de divulgação do saber e da ciência	Criar política institucional de apoio à publicações, organização e participação em eventos acadêmicos e científicos	Consignar no orçamento anual dotação específica para auxílio à divulgação do saber e da ciência	Consignar no orçamento anual dotação específica para auxílio à divulgação do saber e da ciência	Consignar no orçamento anual dotação específica para auxílio à divulgação do saber e da ciência	Consignar no orçamento anual dotação específica para auxílio à divulgação do saber e da ciência	- elaborar diretrizes institucionais para a implantação da política de apoio à publicações, organização e participação em eventos acadêmicos e científicos - colaborar na elaboração do orçamento anual
		3	Ampliação e consolidação das políticas de pesquisa (iniciação científica) e extensão	- Criar linhas e grupos de pesquisa – pelo menos 1 grupo (com fomento institucional) por curso - Cadastrar os grupos de pesquisa nas plataformas institucionais e CNPQ - Cadastrar os programas e projetos de extensão nas plataformas institucionais - Destinar recursos institucionais para a implantação das novas políticas de pesquisa e extensão	- Consignar no orçamento anual dotação específica para pesquisa e extensão - Cadastrar os grupos de pesquisa nas plataformas institucionais e CNPQ - Cadastrar os programas e projetos de extensão nas plataformas institucionais	- Consignar no orçamento anual dotação específica para pesquisa e extensão - Cadastrar os grupos de pesquisa nas plataformas institucionais e CNPQ - Cadastrar os programas e projetos de extensão nas plataformas institucionais	- Consignar no orçamento anual dotação específica para pesquisa e extensão - Cadastrar os grupos de pesquisa nas plataformas institucionais e CNPQ - Cadastrar os programas e projetos de extensão nas plataformas institucionais	- Consignar no orçamento anual dotação específica para pesquisa e extensão - Cadastrar os grupos de pesquisa nas plataformas institucionais e CNPQ - Cadastrar os programas e projetos de extensão nas plataformas institucionais	- elaborar relatórios anuais com os resultados da política - criar, no contexto da coordenação de pesquisa e ação comunitária, política de captação de recursos externos - buscar treinamento específico para os agentes responsáveis
			Promoção de atualização constante do acervo da biblioteca	X	X	X	X	X	- atualização e articulação das bibliografias constantes nos planos de ensino com o acervo disponível (físico e virtual) - acompanhamento das alterações legais que impactam no currículo dos cursos, com

		4							consequência para o acervo - monitoramento da política de atualização do acervo
		5	Implantação da biblioteca virtual	X	-	-	-	-	- pesquisa de plataformas de biblioteca virtual - consulta aos cursos para adequação da bibliografia à biblioteca virtual
		6	Aperfeiçoamento do processo da Autoavaliação Institucional	- Elaboração do Projeto de Autoavaliação Institucional - Elaboração do relatório de avaliação (2020) - Adequação dos instrumentos de coleta - Implantação de ações de divulgação e análise dos resultados	- Ampliação da participação da comunidade (interna e externa) nos processos de avaliação em 10%	- Ampliação da participação da comunidade (interna e externa) nos processos de avaliação em 10%	- Ampliação da participação da comunidade (interna e externa) nos processos de avaliação em 10%	- Ampliação da participação da comunidade (interna e externa) nos processos de avaliação em 10%	- revisão do regulamento e composição da CPA - discussão das diretrizes institucionais de avaliação, respeitadas as disposições dos SINAES
	Aprimorar infraestrutura	1	Elaboração do Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial	X	-	-	-	-	- levantamento e registro patrimonial - definição de responsáveis pela gestão patrimonial
		2	Adequação da estrutura física e ambientes de trabalho	X	X	X	X	X	- mapeamento das demandas estruturais da instituição - acompanhamento do desenvolvimento institucional para articulação da adequação física e dos ambientes
		3	Promoção da acessibilidade arquitetônica	X	X	X	X	X	- contratação de técnicos habilitados para a adequação dos espaços - elaboração do plano de acessibilidade institucional
			Construção de banheiros familiares	X	-	-	-	-	- definição dos espaços para instalação

		4							- indicação de pessoal habilitado para orientação e construção dos banheiros
APRENDIZADO E MELHORIA	Capacitar docentes e técnico-administrativos	1	Criação da política de capacitação docente e técnico-administrativo	X	-	-	-	-	- analisar e propor a inserção das políticas no contexto dos planos de carreira docente e técnico-administrativo
		2	Ampliação do alcance das ações das capacitações (melhora nos índices de participação)	- Definir as ações de capacitação em conjunto com os setores, diretorias e departamento de recursos humanos	Garantir participação mínima de 50% dos docentes e 50% dos técnico-administrativos	Garantir participação mínima de 50% dos docentes e 50% dos técnico-administrativos	Garantir participação mínima de 50% dos docentes e 50% dos técnico-administrativos	Garantir participação mínima de 50% dos docentes e 50% dos técnico-administrativos	- promover articulação dos setores, diretorias e departamento de recursos humanos
	Desenvolver novas competências para inovação acadêmica	1	Projetos de capacitação envolvendo inovação curricular, metodologias ativas, empreendedorismo	mínimo de 2 por ano	mínimo de 2 por ano	mínimo de 2 por ano	mínimo de 2 por ano	mínimo de 2 por ano	- consolidar o Departamento de Metodologias de Ensino - incluir no planejamento estratégico de cada curso ações de inovação a serem trabalhadas - acompanhar os processos de implantação das ações de inovação acadêmica - oferecer e fomentar formação continuada, grupos de pesquisa, visitas técnicas visando o conhecimento de novos modelos de ensino, inovações curriculares, uso de metodologias ativas de ensino
	Promover integração e disseminação da cultura organizacional	1	Reconhecimento dos valores, missão e visão da IES	100% dos colaboradores e alunos	100% dos colaboradores e alunos	100% dos colaboradores e alunos	100% dos colaboradores e alunos	100% dos colaboradores e alunos	- criar programa de formação continuada - ampliar as formas de comunicação - oferecer ao colaborador experiências semelhantes às dos acadêmicos (cursos, visitas, palestras, jogos) - proporcionar atividades em que os valores sejam constantemente lembrados, refletidos e vividos por alunos e colaboradores

1.4 Áreas de atuação acadêmica

A FAFIPE atua com o oferecimento de diversos cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento. Os cursos de graduação abrangem bacharelados e licenciaturas e os cursos de pós-graduação ofertados são *lato sensu*.

Todos os cursos são oferecidos na modalidade presencial nas unidades da instituição na cidade de Penápolis.

Atualmente, há 09 (nove) cursos de graduação ativos nas diversas áreas, a saber: Administração, Ciências Contábeis, Enfermagem, Pedagogia, Engenharia Agrônoma, Psicologia, Direito, Educação Física e Medicina.

Tabela 5: Cursos de graduação atualmente ofertados pela FAFIPE

Curso	Grau	Número de vagas	Duração (semestres)	Turno	Autorização/ Renovação
Administração	Bacharelado	100	8	Noturno	CEE nº 05 (24/01/01) - CEE/GP nº 447 (05/11/14)
Ciências Contábeis	Bacharelado	60	8	Noturno	CEE/GP nº 93 (15/03/07) – CEE/GP nº 98 (13/04/12)
Direito	Bacharelado	60	10	Noturno	CEE/GP nº 142 (24/11/16)
Educação Física	Bacharelado	60	8	Noturno	CEE/GP nº 216 (30/06/16)
Enfermagem	Bacharelado	60	8	Noturno	CEE/GP nº 116 (07/03/19)
Engenharia Agrônoma	Bacharelado	60	10	Noturno	CEE/GP nº 105 (10/03/15)
Medicina	Bacharelado	66	12	Integral	CEE/GP nº 244 (16/07/18)

Pedagogia	Licenciatura	60	8	Noturno	Decreto nº 68.283 (25/02/71) – CEE/GP nº 182 (03/05/19)
Psicologia	Bacharelado	50	10	Noturno	CEE/GP nº 328 (13/10/09) – CEE nº 290 (08/07/15)

A Instituição dispõe de um campus onde seus cursos estão alocados, um campus experimental para as atividades práticas das engenharias, laboratórios didáticos, clínicas e setores de atendimento à comunidade alocados nos campi da instituição, de modo a oferecer excelentes condições de atendimento às necessidades dos cursos existentes.

Por meio das Coordenadorias de Graduação, Pesquisa, Extensão, Pós-graduação e Administração, a FAFIPE atende ao princípio da indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão, por meio de atividades contínuas e efetivas que permitem que o conhecimento científico seja produzido e transmitido através da aplicabilidade prática presente em projetos de pesquisa acadêmica, iniciação científica, projetos de extensão e projetos institucionais em parceria com outros órgãos.

A FAFIPE ainda oferece serviços de atendimento à comunidade local e regional por meio do Centro de Estudos em Psicologia e Atendimento Comunitário (CEPAC), Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), Núcleo de Empreendedorismo (NEF), Instituto de Línguas e Centro de Lazer do Trabalhador.

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1 Inserção Regional

2.1.1 Dados demográficos e econômicos

A FAFIPE está localizada no município de Penápolis, na região Noroeste do interior do Estado de São Paulo, na Mesorregião de Araçatuba e Microrregião de Birigui, à distância de 480 quilômetros da Capital (Figura 1). A população de Penápolis estimada para o ano de 2020 é de 63.757 habitantes (IBGE, 2021), com área territorial total de 711.315 km², sendo os municípios limítrofes: Alto Alegre, Braúna, Glicério, Avanhandava, Barbosa e Zacarias.

Figura 1: Localização do município de Penápolis no Estado de São Paulo.



Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/penapolis.html>

O município de Penápolis, fundado em 25 de outubro de 1908, conta com localização privilegiada por apresentar uma boa estrutura logística, com acessibilidade aos modais rodoviário, aéreo, ferroviário e hidroviário, o que consequentemente, facilita o deslocamento e a chegada até a IES. Neste sentido, vale destacar as duas importantes rodovias estaduais que passam pelo município: a Rodovia Marechal Rondon (SP 300), que liga o município à capital e ao Estado do Mato Grosso do Sul, e a Rodovia Assis Chateaubriand (SP 425), a qual tem início no Estado do Paraná, passa pelo Estado de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e termina no Distrito Federal. O município também conta com a ferrovia Novoeste S.A. que cruza parte do Estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso e vai até a Bolívia. A cidade está às margens da hidrovia Tietê-Paraná, a qual, atualmente, apresenta cerca de 2.400 quilômetros navegáveis e, conta também com o Aeroporto Estadual Dr. Ramalho Franco com 1.500 metros

de pista pavimentada que permite o pouso de aeronaves de pequeno e médio porte. Vale salientar ainda, a possibilidade de acesso aéreo por meio do Aeroporto Dario Guarita, cidade de Araçatuba, e o Aeroporto Estadual Professor Eriberto Manoel Reino, localizado na cidade de São José do Rio Preto, os quais recebem vôos nacionais e estão distantes, respectivamente, apenas 54 km e 111 km da cidade de Penápolis. Por fim, a cidade conta com uma rodoviária com empresas de transporte rodoviário que fazem interligação do município com a Capital e outros estados e municípios da região, como por exemplo, Araçatuba, São José do Rio Preto e Bauru.

Penápolis é uma das cidades de destaque no cenário regional e estadual por apresentar uma boa qualidade de vida, expressa pelo alto IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) no valor de 0,759, colocando Penápolis na posição de 169º no Estado de São Paulo (dados IBGE, 2010). Já o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que expressa o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros, foi de 0,8497 para a cidade de Penápolis estando acima, por exemplo, da cidade de São Paulo (0,8370). O IFDM leva em consideração três indicadores: emprego/renda, educação e saúde e, vale ressaltar que, a cidade apresentou o maior valor para a área da Educação (0,9752), superando também neste quesito a cidade de São Paulo (0,9508) (dados FIRJAN, 2016).

O índice de Gini, que mede a desigualdade social, é de 0,45, sendo 1,00 o pior número e 0,00 o melhor. A incidência da pobreza é de 19,92%, com limite inferior de 14,05% e superior de 25,78%, sendo a incidência da pobreza subjetiva na ordem de 16% (dados IBGE, 2003). Vale destacar que o município é referência estadual em saneamento básico com 100% da água e dos resíduos produzidos tratados: 100% de água tratada e distribuída, 100% de esgoto coletado e tratado, 100% de coleta do lixo comum e coleta seletiva dos resíduos recicláveis.

As principais atividades econômicas do município estão voltadas para o setor agrícola, sendo a atividade canavieira a responsável pela maior movimentação financeira e importante papel no processo de crescimento do município. No ano de 2019 o valor da produção agrícola das lavouras temporárias, como amendoim, batata-doce, milho e soja, chegou a cerca de R\$187 milhões de reais, sendo a cultura da cana-de-açúcar responsável por, aproximadamente, 92% dessa produção (dados IBGE, 2019).

O setor industrial também apresenta participação significativa na economia da cidade, possivelmente devido à boa estrutura logística obtida pela facilidade de acesso ao município. Nesse contexto, empresas de médio e grande porte investem em Penápolis, sendo os segmentos como curtumes, confecção, calçados e vedação, os responsáveis por empregar, atualmente,

cerca de 4 mil pessoas. Em 2018, foram contabilizadas 2.823 empresas ativas, o que refletia em cerca de 28,4% de pessoas ocupadas em relação ao número populacional total, com remuneração média mensal de 2,2 salários mínimos e, aproximadamente, 29,5% da população em domicílio com rendimento médio mensal de até meio salário mínimo por pessoa (dados IBGE, 2018).

Segundo a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, a estimativa da população de Penápolis com idade entre 15 e 60 anos, que representa a faixa etária da população economicamente ativa, corresponde a 64,03% da população total (Tabela 6).

Tabela 6: Distribuição da população (%) de Penápolis segundo a faixa etária em 2020.

Faixa etária	Percentual (%)
População com idade inferior a 15 anos	17,06
População com idade entre 15 e 60 anos	64,03
População com 60 anos ou mais	18,91

Fonte: <https://perfil.seade.gov.br/#>

Ainda segundo dados do SEADE, no ano de 2018, o PIB do município de Penápolis era de R\$1.664.176,58 e o PIB per capita R\$27.569,94, tendo sido registrado o valor de US\$ (FOB) 67.957.683 em exportações. Verificam-se ainda os seguintes dados relacionados à participação dos empregos formais e rendimento de cada setor no município de Penápolis (Tabela 7).

Tabela 7: Participação dos empregos formais (%) e rendimento médio (R\$) de cada setor em Penápolis no ano de 2018.

Setor	Participação (%)	Rendimento (R\$)
Agricultura, Pecuária, Produção florestal, Pesca e Aquicultura	4,01	1.977,50
Indústria	27,81	2.098,61
Construção	2,59	1.947,62
Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos automotores e Motocicletas	24,79	1.817,45

Serviços	40,80	2.607,08
Rendimento médio do total de empregos formais		2.226,91

Fonte: <https://perfil.seade.gov.br/#>

No que diz respeito às atividades econômicas, vale pontuar as cidades sobre as quais Penápolis exerce influência, informação obtida por meio do estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC), publicado pelo IBGE, e que apresenta a hierarquia da rede urbana brasileira, com base no fluxo de informações, bens e serviços. Segundo o REGIC 2018, Penápolis é classificada como Centro Sub-Regional B e exerce influência sobre 14 cidades: Alto Alegre, Auriflama, Avandava, Barbosa, Clementina, Glicério, Júlio Mesquita, Lins, Luiziana, Piacatu, Promissão, Santópolis do Aguapeí, Tupã e Turiúba. Neste sentido, considerando-se as estimativas do IBGE para o ano de 2020, verifica-se que o município de Penápolis exerce influência sobre uma população de 326.442 habitantes (Tabela 8).

Tabela 8: Estimativa populacional para o ano de 2021 dos municípios que compõem a Região de Influência de Penápolis.

Município	População
Alto Alegre	4.088
Auriflama	15.253
Avandava	13.859
Barbosa	7.468
Clementina	8.757
Glicério	4.829
Júlio Mesquita	4.800
Lins	78.503
Luiziana	5.855
Penápolis	63.757
Piacatu	6.038
Promissão	40.828
Santópolis do Aguapeí	4.817

Tupã	65.570
Turiúba	2.020
Total	326.442

Fonte: IBGE

O REGIC 2018 ainda apresenta o índice de atração (IA), o qual aponta dimensão da quantidade potencial de pessoas que a cidade pode atrair para usufruir determinados bens e serviços. Esse índice é calculado a partir da população residente nos municípios entrevistados e o percentual dos destinos, não correspondendo ao número de pessoas que efetivamente se deslocam à cidade em questão, mas oferece um parâmetro comparativo da atração entre diferentes cidades. Nesse contexto, Penápolis apresenta IA geral no valor de 35.412,33, sendo que por área temática o maior valor se refere ao IA para atividades culturais cujo valor é de 71.627,18. Para o ensino superior, o IA do município apresenta o valor de 20.352,58.

2.2 Aspectos educacionais

Dados do último censo mostram que 24,8% da população de Penápolis frequentavam a escola (inclui-se aqui creche), e 68% não frequentavam, mas já haviam frequentado, enquanto 7,2% nunca haviam frequentado. Estes valores refletem em taxa de escolarização superior do Estado, a qual para a faixa etária de 6 a 14 anos é de 98,7%, comparado a 96% do Estado, e para a faixa etária de 14 a 17 anos é de 82%, enquanto a taxa estadual é de 78% (dados IBGE, 2010).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para anos iniciais do ensino fundamental no município é de 6,8 e está acima do índice estadual de 6,6, enquanto o IDEB dos anos finais é de 4,9, o qual está abaixo do índice estadual de 5,3 (dados IBGE, 2017).

No município de Penápolis, em 2018, foram computadas 3.349 matrículas em 33 escolas de ensino infantil, 7.244 matrículas em 25 escolas de ensino fundamental e 2.032 matrículas em 13 escolas de ensino médio, as quais foram atendidas por 311 docentes do ensino infantil, 452 docentes do ensino fundamental e 196 docentes do ensino médio (dados IBGE, 2018).

Já considerando todas as cidades que compõem a Mesorregião de Araçatuba, no ano de

2019, foram registradas 23.488 matrículas no Ensino Médio, sendo 84% (19.720) na Rede Estadual (Quadro 2). Deste total de matrículas, 2.063 se referem aos estudantes da cidade de Penápolis, o que corresponde a 8,8% da Mesorregião.

Quadro 2: Matrículas do Ensino Médio na Rede Estadual e na Rede Privada no ano de 2019 nas cidades da Mesorregião de Araçatuba.

Município	Rede Estadual	Rede Particular	Total
Alto Alegre	103	-	103
Andradina	1.538	427	1.965
Araçatuba	4.446	1.473	5.919
Avanhandava	253	54	307
Barbosa	164	-	164
Bento de Abreu	77	-	77
Bilac	156	-	156
Birigui	3.283	443	3.726
Braúna	133	-	133
Brejo Alegre	103	-	103
Buritama	462	-	462
Castilho	521	-	521
Clementina	236	-	236
Coroados	127	-	127
Gabriel Monteiro	89	-	89
Glicério	113	-	113
Guaraçai	1.022	280	1.302
Guararapes	210	-	210
Ilha Solteira	894	126	1.020
Itapura	108	-	108
Lavínia	151	-	151
Lourdes	68	-	68
Luiziânia	112	-	112

Mirandópolis	569	192	761
Murutinga do Sul	102	-	102
Nova Independência	142	-	142
Penápolis	1.561	502	2.063
Pereira Barreto	539	80	619
Piacatu	187	-	187
Rubiácea	103	-	103
Santo Antônio do Aracanguá	225	-	225
Santópolis do Aguapeí	130	-	130
Sud Mennucci	259	-	259
Suzanápolis	136	-	136
Turiúba	44	-	44
Valparaíso	705	87	792
Total	19.720	3.768	23.488

Fonte: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>

Quanto à Região de Influência de Penápolis, no ano de 2019, havia 10.081 estudantes matriculados no Ensino Médio, e destes cerca de 85% estavam na Rede Estadual (Quadro 3). Do total de estudantes no Ensino Médio, 2.063 eram da cidade de Penápolis, o que corresponde a 20,5% da Região de Influência.

Quadro 3: Matrículas do Ensino Médio na Rede Estadual e na Rede Privada no ano de 2019 na Região de Influência de Penápolis.

Município	Rede Estadual	Rede Particular	Total
Alto Alegre	103	-	103
Auriflama	388	77	465
Avanhandava	253	54	307
Barbosa	164	-	164
Clementina	236	-	236
Glicério	113	-	113

Júlio Mesquita	172	-	172
Lins	1.985	500	2.485
Luiziânia	112	-	112
Penápolis	1.561	502	2.063
Piacatu	187	-	187
Promissão	1.083	155	1.238
Santópolis do Aguapeí	130	-	130
Tupã	2.053	209	2.262
Turiúba	44	-	44
Total	8.584	1.497	10.081

Fonte: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>

No ano de 2019, a Mesorregião de Araçatuba registrou 20.665 matrículas em cursos de Graduação presencial na Rede Federal, Estadual, Municipal e Privada, sendo 4,25% (878) dessas matrículas na cidade de Penápolis (Quadro 4). Ainda foi registrado, para a Mesorregião, o total de 3.973 concluintes dessa mesma modalidade de ensino, sendo Penápolis responsável por 3,2% (127) deste total.

Quadro 4: Matrículas e Concluintes total (Rede Federal, Estadual, Municipal e Privada) em cursos de Graduação presencial no ano de 2019, nas cidades da Mesorregião de Araçatuba.

Município	Matrículas	Concluintes
Alto Alegre	-	-
Andradina	1.214	298
Araçatuba	13.786	2.845
Avanhandava	-	-
Barbosa	-	-
Bento de Abreu	-	-
Bilac	-	-
Birigui	1.264	204
Braúna	-	-
Brejo Alegre	-	-

Buritama	-	-
Castilho	-	-
Clementina	-	-
Coroados	-	-
Gabriel Monteiro	-	-
Glicério	-	-
Guaraçaí	-	-
Guararapes	-	-
Ilha Solteira	2.768	302
Itapura	-	-
Lavínia	-	-
Lourdes	-	-
Luiziânia	-	-
Mirandópolis	-	-
Murutinga do Sul	-	-
Nova Independência	-	-
Penápolis	878	127
Pereira Barreto	755	197
Piacatu	-	-
Rubiácea	-	-
Santo Antônio do Aracanguá	-	-
Santópolis do Aguapeí	-	-
Sud Mennucci	-	-
Suzanápolis	-	-
Turiúba	-	-
Valparaíso	-	-
Total	20.665	3.973

Fonte: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>

Ainda no ano de 2019, considerando-se a Região de Influência de Penápolis, foram

registradas 8.443 matrículas em cursos de Graduação presencial na Rede Federal, Estadual, Municipal e Privada, sendo que as matrículas realizadas no município de Penápolis correspondem a 10,4% do total da Região de Influência (Quadro 5). Ainda para essa região, foram registrados 1.390 concluintes da mesma modalidade de ensino, sendo 127 (9,1%) na cidade de Penápolis.

Quadro 5: Matrículas e Concluintes total (Rede Federal, Estadual, Municipal e Privada) em cursos de Graduação presencial no ano de 2019 na Região de Influência de Penápolis.

Município	Matrículas	Concluintes
Alto Alegre	-	-
Auriflama	-	-
Avanhandava	-	-
Barbosa	-	-
Clementina	-	-
Glicério	-	-
Júlio Mesquita	-	-
Lins	4.590	799
Luiziânia	-	-
Penápolis	878	127
Piacatu	-	-
Promissão	-	-
Santópolis do Aguapeí	-	-
Tupã	2.975	464
Turiúba	-	-
Total	8.443	1.390

Fonte: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>

Quadro 6: Concluintes do Ensino Médio no ano de 2020 nos municípios na Região de Influência de Penápolis

Município	Concluintes
Alto Alegre	26
Auriflama	173
Avanhandava	66
Barbosa	45
Braúna	60
Clementina	75
Glicério	31
Júlio Mesquita	71
Lins	508
Luiziânia	31
Penápolis	381
Piacatu	48
Promissão	291
Santópolis do Aguapeí	43
Tupã	496
Turiúba	7
Total	2.352

Fonte: Dados fornecidos pelas Diretorias de Ensino de Penápolis, Birigui, Lins, Jales, Marília e Tupã.

No que tange à oferta de Educação Superior, considerando-se a Região de Influência de Penápolis, apenas 2 (dois) municípios contam com instituições desse nível com oferta de educação presencial

Quadro 7: Instituições de Ensino Superior nos municípios na Região de Influência de Penápolis com oferta de ensino presencial

Município	Instituição
Lins	• Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UNISALESIANO

	• Centro Universitário de Lins – UNILINS • Faculdade de Tecnologia Professor Antônio Seabra - FATEC
Penápolis	• Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Penápolis – FAFIPE/FUNEPE • Faculdade de Penápolis • Faculdade Pitágoras de Penápolis

Fonte: e_MEC

Ao considerarmos oferta de educação a distância, verificamos que 4 (quatro) municípios da Região de Influência de Penápolis contam com tal oferta, especialmente na condição de polos.

Quadro 8: Instituições de Ensino Superior presentes nos municípios na Região de Influência de Penápolis com oferta de educação a distância

Município	Instituição
Clementina	• UNIVERSIDADE ANHANGUERA - UNIDERP
Lins	• UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL - UNICSUL • CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA PITÁGORAS AMPLI • CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS AMÉRICAS - CAM • CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAS - UNAR • CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LINS - UNILINS • CENTRO UNIVERSITÁRIO DOM PEDRO II - UNIDOMPEDRO • CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE SANTA CATARINA - ESTÁCIO SANTA CATARINA • CENTRO UNIVERSITÁRIO FAVIP WYDEN - UNIFAVIP WYDEN • CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL - UNINTER • CENTRO UNIVERSITÁRIO PLANALTO DO DISTRITO FEDERAL – UNIPLAN • CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIDOM – BOSCO - UNIDOM - BOSCO • FACULDADE DE TECNOLOGIA DE SÃO PAULO - FATEC-SP • FAJOPA - FACULDADE JOÃO PAULO II - FAJOPA • UNIVERSIDADE ANHANGUERA - UNIDERP • UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA - UCB • UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO - UCDB • UNIVERSIDADE CESUMAR - UNICESUMAR • UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL - UNICSUL • UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO - UMESP • UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP
Penápolis	• CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS AMÉRICAS - CAM • CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE RIBEIRÃO PRETO - ESTÁCIO RIBEIRÃO PRETO • CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIDOM – BOSCO - UNIDOM - BOSCO • FACULDADE DE TECNOLOGIA DE SÃO PAULO - FATEC-SP • UNIVERSIDADE BRASIL - UB • UNIVERSIDADE CESUMAR - UNICESUMAR • UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP • UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR
Promissão	• CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA - UNIFIL • UNIVERSIDADE ANHANGUERA - UNIDERP

	• UNIVERSIDADE CESUMAR - UNICESUMAR • UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL - UNICSUL
--	--

Fonte: E_MEC

2.3 Modo como a FAFIPE-FUNPE se insere no Contexto Regional

Ao longo dos 55 anos de existência, a FAFIPE-FUNPE sempre priorizou a tradição na qualidade do ensino e o respeito e dedicação aos alunos, caracterizando-se, assim, como uma renomada instituição de ensino da região Noroeste do Estado de São Paulo, mantendo a vinculação do seu nome com a formação de excelentes profissionais para atuar não só no mercado de trabalho, mas também para ocupar o papel de cidadão ativo na sociedade.

Dessa forma, para garantir o seu importante papel no desenvolvimento do município e da região, a instituição busca compreender e atender as demandas atuais de profissionais qualificados para as atividades econômicas associadas ao mercado de trabalho regional, bem como antever as tendências deste mercado e preparar estratégias para estar sempre um passo à frente no que diz respeito à profissionalização.

A Instituição, ciente do perfil econômico da região de influência ou ainda da Mesorregião na qual está inserida, as quais apresentam mais de 80% dos alunos do Ensino Médio matriculados na Rede Pública, busca alinhar as expectativas de Educação Superior da comunidade com a oferta de cursos a preços acessíveis sem, no entanto, reduzir a qualidade do ensino. É com este objetivo que a instituição investe em um quadro docente qualificado e infraestrutura adequada para atender aos diversos cursos oferecidos, somando-se a isso descontos nas mensalidades que chegam a ordem de 50% para os municípios vizinhos.

Além dos municípios que compõem a Mesorregião de Araçatuba, na qual Penápolis está incluída, a FAFIPE também exerce influência na formação profissional de considerável parcela de acadêmicos de outras localidades que estão em um raio de distância de até 50 km. Dos municípios que circundam a cidade de Penápolis, se destacam quanto ao montante de estudantes que frequentam os cursos oferecidos por esta instituição: Alto Alegre, Avanhandava, Barbosa, Braúna, Glicério, Luiziana e Promissão. A instituição, ainda, recebe alunos de cidades distantes, inclusive da Capital do Estado, que está à distância de 480 km. No caso específico do curso de Medicina, a IES recebe alunos de outros estados, como Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Paraná, entre outros.

Verifica-se, desta forma, como a FAFIPE-FUNPE estabelece a sua inserção regional, constituindo-se em um importante centro de formação de profissionais e alavancador do desenvolvimento.

2.4 Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição

O princípio que norteia as atividades desenvolvidas pela FAFIPE consiste no reconhecimento da educação como ferramenta de garantia de humanização e autonomia das pessoas. Ressalta-se, contudo, que, de modo amplo, este princípio norteador prioriza os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, da mesma forma como os princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

Do ponto de vista metodológico, a instituição, na oferta de seus mais variados serviços (ensino, pesquisa e extensão), tem como princípio a articulação dialética entre a valorização da autonomia do estudante, o reconhecimento do saber científico, a conduta ética como base para a atuação profissional e a integração entre os conhecimentos de áreas afins.

Dentro de suas particularidades, os cursos ofertados apresentam aspectos em comum, como a heterogeneidade de alunos cuja maioria (exceto Medicina) trabalha durante o dia e estuda à noite, motivo pelo qual todas as atividades são pensadas e desenvolvidas em formatos que possam alcançar todos os alunos. Ainda há a valorização da interdisciplinaridade, como forma de dinamização do processo ensino- aprendizagem, que permite a formação de um profissional capaz de estabelecer conexões entre os saberes dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula e aplicados nas diversas atividades e projetos de ensino, pesquisa e extensão. Para isso, há uma constante preocupação com a qualificação e a valorização dos professores, com titulação e experiência didático-pedagógica.

Pode-se dizer que a educação, a qual representa importante fator na promoção do conhecimento humano e na promoção do desenvolvimento das relações sociais, é vislumbrada por esta instituição como meio de progresso social, desenvolvimento do cidadão, e consequentemente, do país. Assim, busca-se desenvolver as diversas habilidades previstas nos projetos pedagógicos e contribuir para o desenvolvimento integral do aluno. A educação é utilizada, dessa forma, com o objetivo de mobilizar todas as condições para que as pessoas possam produzir conhecimento em sintonia com seu tempo e protagonizarem mudanças no processo de construção de uma sociedade sustentável e inclusiva, por meio dos rigores científicos e vivências socioculturais significativas.

Para a formação desse perfil de profissional, os docentes da instituição perseguem os seguintes princípios:

- Cooperação baseada na colaboração entre docentes e discentes;
- Defesa da ética como elemento vital na produção da realidade social;
- Respeito à diversidade étnica e sociocultural;
- Promoção da defesa dos direitos humanos e a sustentabilidade econômica, social e ambiental;
- Autonomia didático-científica no ensino;
- Sensibilização e consciência quanto às suas funções como educador para os desafios do século;
- Atenção às produções contemporâneas da literatura de sua área, a fim de disponibilizar aos discentes meios de sua aquisição e problematizações;
- Profissionalismo no cumprimento do que preveem os documentos que regem e norteiam a instituição;
- Constante atualização em sua área de atuação e nas áreas afins, visando a incorporação de novos conhecimentos e experiências que lhes possibilitem ser profissionais eficazes que fazem escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Para garantir que os princípios sejam consolidados, os docentes da instituição mantêm a todo o momento seus olhares e ações voltados ao desenvolvimento local e regional, tanto de pessoas como processos, baseando-se em princípios éticos, morais e democráticos.

2.5 Organização didático-pedagógica da instituição

2.5.1 Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas

As diretrizes pedagógicas da FAFIPE/FUNEPE orientam esforços institucionais na busca da excelência das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos. Tais esforços são materializados em ações práticas que constituem o fazer didático-pedagógico da IES.

2.5.1.1 Perfil do egresso

Comprometida com a excelência no ensino, a FAFIPE/FUNEPE busca oferecer todas as condições necessárias para que o estudante se torne um exímio profissional no futuro. E, nesse sentido, o foco do incessante trabalho da instituição é o egresso com formação generalista, humanista, crítica, reflexiva e ética, com capacidade de atuar em diferentes níveis, com senso

de responsabilidade social e compromisso com a cidadania e com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa. Para isso, objetiva-se que esse egresso apresente em seu perfil algumas habilidades e competências de destaque:

- Detenção de conhecimento atualizado em sua área de formação, com integração de habilidades e competências para o alcance de uma visão multidisciplinar;
- Boa capacidade de comunicação;
- Domínio crítico do uso das novas tecnologias disponíveis na sociedade;
- Competência para conceber, executar e avaliar programas e projetos de forma colaborativa e ética;
- Compreensão crítica da realidade (social, econômica e ambiental), competência técnica e proatividade para intervir no mundo, visando à transformação deste por meio das ações profissionais pautadas na ética;
- Sintonia com seu tempo para exercer o protagonismo na evolução das ciências, bem como nas intervenções sociais, culturais e econômicas do meio onde se insere.

2.5.1.2 Vinculação da oferta educacional da IES às demandas

A decisão da oferta de novos cursos em uma instituição de ensino é pautada na demanda do desenvolvimento local e regional, da inclusão social, tecnológica, política e cultural, do respeito e preservação ambiental. Além disso, para se instituir um curso que mantenha a tradição de qualidade da FAFIPE/FUNEPE, a instituição ainda observa os seguintes critérios:

- Atendimento ao Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Pesquisas de demanda junto aos alunos do terceiro ano do Ensino Médio das escolas públicas do município;
- Pesquisas de demanda junto a órgãos oficiais ou vinculados ao mercado regional;
- Estudo do perfil econômico, cultural e social da região para a sustentabilidade do curso pretendido;
- Análise de recursos disponíveis, tanto no que diz respeito à sustentabilidade financeira quanto à infraestrutura existente, *versus* recursos necessários para a manutenção do curso;
- Corpo docente com titulação e qualificação.

2.5.1.3 Parâmetros para seleção de conteúdos e elaboração dos currículos

A FAFIPE possui a prática de realizar a análise dos Projetos Pedagógicos de Cursos de

graduação e pós-graduação e, quando necessário, é realizada a revisão e atualização, visando a melhoria da proposta curricular.

A instância de análise e discussão para atualização da estrutura curricular e dos conteúdos dos cursos é o Núcleo Docente Estruturante (NDE), que fundamenta suas análises e definições nas Diretrizes Curriculares Nacionais, nos objetivos da instituição e nas demandas de mercado.

Cada coordenador de curso realiza reuniões periódicas para análise crítica da matriz curricular corrente, a fim de atualizar de acordo com as necessidades pedagógicas e demanda de mercado. Quando há necessidade, é feita a proposta de atualização curricular, que é passada à Direção de Centro para análise e aprovação.

A seleção dos conteúdos constitui um dos itens mais importantes na elaboração dos planos de ensino. A tendência atual é focar o conteúdo numa perspectiva mais dinâmica, ele deixa de ser visto como o orientador do planejamento e passa a ser encarado como elemento para concretização dos objetivos. É importante ressaltar que, hoje, o docente goza de maior autonomia para elaborar o programa a ser desenvolvido junto a seus discentes. Naturalmente, para que esta autonomia possa constituir um benefício, o docente deverá utilizá-la com responsabilidade.

O planejamento dos conteúdos deverá servir antes à aprendizagem do discente que ao interesse do docente, e manter coerência com as finalidades de formação do acadêmico, descritas nas Diretrizes Curriculares do Curso e no Projeto Pedagógico do Curso (referenciado no PDI e PPI institucional).

Os conteúdos devem ser fixados de forma a proporcionar os resultados mais significativos. Deste modo, devem ser criteriosamente selecionados, a fim de que sua compreensão seja a mais simples.

São critérios para seleção dos conteúdos:

- devem estar vinculados aos objetivos;
- precisam ser válidos, isto é, ser representativos da disciplina de que fazem parte;
- necessitam ser significativos, estando relacionados às experiências dos discentes;
- devem ser elaborados com certa flexibilidade, de forma que o docente faça alterações, adaptações, renovações ou enriquecimentos, a fim de atender às necessidades da turma;
- precisam ter utilidade, tanto para discentes, como para os docentes; isto é, ligados aos interesses e necessidades do discente, propiciando a assimilação/apropriação dos

conhecimentos e o desenvolvimento das habilidades. Desta forma, o docente perceberá a utilidade dos conteúdos que transmite;

- adequação ao nível do discente (conhecimento prévio do perfil da turma);
- adequação ao tempo (leituras, exercícios, pesquisas etc).

2.5.1.4 Princípios metodológicos

A IES apoia o ensino baseado nos princípios da metodologia de ensino voltados à valorização da aplicação do conhecimento por meio da junção de conceitos com atividades complementares, visando à construção e apropriação do conhecimento a ser utilizado na atuação profissional do futuro egresso. Desse modo, em todos os cursos busca-se o desenvolvimento de conteúdos atuais envolvendo não só o aspecto teórico, mas sua aplicação prática no campo de trabalho.

São utilizadas diversas metodologias de ensino para ampliação e facilitação do processo de aprendizagem aos discentes. Atividades tradicionais são realizadas em sala de aula com o uso de recursos tecnológicos (computadores, projetores, lousa digital interativa, plataforma digital 3D, entre outros) por meio de aulas expositivas e apresentação de seminários. Além disso, há realização de pesquisas, trabalhos práticos e atividades nos laboratórios e no campo experimental da Instituição. São realizadas visitas técnicas a empresas e órgãos vinculados às áreas, para consolidação e entendimento da realidade profissional, além da existência de grupos de pesquisa com o intuito de discutir, estudar e aplicar conhecimentos relacionados à temas atuais e relevantes.

Os cursos de Medicina e Enfermagem realizam práticas nas unidades de saúde do município e região, durante os estágios e aulas práticas, acompanhados de professores-supervisores. O curso de Educação Física utiliza toda a estrutura do complexo esportivo do município para realização de aulas práticas, tendo o Centro de Lazer do Trabalhador como espaço privilegiado para tais atividades. A Engenharia Agrônoma conta com área experimental para desenvolvimento de atividades práticas e o curso de Direito utiliza o Núcleo de Práticas Jurídicas como uma importante estrutura na formação dos acadêmicos. O curso de Psicologia realiza um conjunto de atividades práticas no Centro de Estudos em Psicologia e Atendimento Comunitário – CEPAC, que constitui em clínica escola de prestação de serviços a comunidade.

Partindo dos princípios pedagógicos integradores, as Metodologias Ativas são utilizadas

pelos docentes, que são continuamente capacitados pelo Departamento de Metodologias de Ensino da FAFIPE (DME). Este departamento tem como proposta produzir, sistematizar e compartilhar saberes sobre a formação de habilidades e competências para professores, que contribuam para a compreensão e para o aprimoramento dos processos educacionais.

Além de capacitar os docentes para utilizarem metodologias ativas no ensino das disciplinas, a FAFIPE estimula o uso sistemático da biblioteca, dos laboratórios e das novas tecnologias para melhoria do processo de ensino e aprendizagem, com maior interação, envolvimento e motivação dos discentes.

A Instituição também prioriza atividades acadêmicas desenvolvidas nos diversos cursos relacionados à realidade que o discente encontrará no mercado de trabalho. São exemplos: Semana de recepção dos calouros, Feira de profissões, Semana de cursos, palestras, mesas redondas, debates de filmes, minicursos, presença de profissionais e egressos em aulas com conteúdos relacionados às áreas de atuação, atendimento ao público e simulações no Núcleo de Práticas Jurídicas, pesquisas no Núcleo de Empreendedorismo, além das atividades de extensão e ação comunitária.

Anualmente são realizados, ainda, o Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica e o Congresso de Pós-Graduação.

Os eventos acadêmicos propiciam a integralização dos cursos e se constituem em espaço de aprofundamento formativo e de divulgação/democratização da ciência e do saber. Neles, além da integração entre os cursos e participantes de outras instituições, os alunos têm acesso à uma considerável diversidade de temas, experiências formativas, bem como a possibilidade de apresentarem e publicarem produtos de seu processo formativo (resultados de pesquisa, iniciação científica, extensão, estágios).

Ademais, a FAFIPE também estimula a realização de atividades de caráter interdisciplinar, em que os docentes são estimulados a elaborar projetos que sejam correlatos à alguma disciplina corrente, a fim de consolidar para os alunos a integração entre os conhecimentos, assim como desenvolver atividades que gerem conteúdo científico para aguçar discussões e indagações aos discentes. São exemplos de atividades:

- Projetos de leitura e escrita, desenvolvidos no horário de aula, a fim de estimular o discente na busca de novos conhecimentos, desenvolvimento do pensamento crítico, raciocínio e argumentação;
- Atividades de extensão e pesquisa, realizados de forma constante, muitas vezes em parceria com a sociedade, por meio da participação dos discentes nos grupos de pesquisa,

apresentação de trabalhos desenvolvidos no simpósio e realização de iniciação científica vinculado a um docente responsável;

- Supervisão coletiva de estágios e orientação para desenvolvimento de pesquisas científicas;
- Comissões conjuntas de docentes e discentes para organização de eventos acadêmicos, visando estimular o aprendizado na organização de atividades científicas, grupos de estudo e pesquisa;
- Integração entre teoria e prática por meio do uso dos laboratórios, campo experimental e visitas técnicas realizadas em diversas disciplinas nos horários de aula.

A IES incentiva ainda a complementação curricular com uma segunda graduação dos alunos egressos da instituição, por meio de análise curricular e eliminação de créditos disciplinares, permitindo que o discente possa concluir uma segunda graduação em menor tempo do que o tempo normal da graduação. Essa flexibilização curricular é feita após análise criteriosa da estrutura curricular do egresso.

2.5.1.5 Processos avaliativos

A FAFIPE entende a avaliação como um processo, em que, por meio de atividades periódicas, procura-se verificar os resultados almejados e identificar os pontos que necessitam de reforço, sendo ofertados oportunamente aulas extras e cursos de extensão em complementação à formação acadêmica. A instituição incentiva que o corpo docente busque estratégias pertinentes para que o processo de avaliação seja ajustado à realidade das necessidades de aprendizagem por meio de metodologias avaliativas diferenciadas, realizadas em diferentes formatos, com auxílio de diferentes recursos, a fim de privilegiar o uso de metodologias qualitativas.

Os processos avaliativos ocorrem em consonância com as diretrizes institucionais descritas no regimento, cabendo ao professor a escolha dos instrumentos mais adequados, conforme as propostas presentes nos planos de ensino, a saber: provas escritas, apresentação de seminários, participação do aluno em sala e nas atividades complementares, redação de trabalhos, relatórios de aulas práticas, realização de exercícios, entre outras formas de avaliação existentes. Além disso, semestralmente é realizada uma prova institucional de caráter cumulativo, voltada à análise de conteúdos referentes ao ano letivo vigente e anteriores, situação em os discentes são avaliados quanto à abrangência do conhecimento construído e sua

evolução no decorrer do curso.

Acredita a Instituição, que a avaliação deve, entre outras finalidades:

- vincular-se diretamente com os objetivos da aprendizagem, permitindo a estratégia mais adequada para facilitar a aprendizagem, como também, os procedimentos para avaliar em que medida aqueles objetivos são alcançados;
- ser contínua, criando um sistema de feedback que possibilite a identificação, por parte do discente, do que lhe falta aprender para atingir os objetivos do curso;
- ser objetiva, considerando o desempenho do discente em relação ao que foi planejado;
- abranger os diversos domínios da aprendizagem, transcendendo a memorização de conteúdos para que o discente possa transpor o que foi aprendido para situações práticas;
- envolver o julgamento do discente, abarcando a auto-avaliação no processo de aprendizagem do próprio discente, bem como a avaliação do docente.

Tendo reconhecido a importância da avaliação no processo de aprendizagem, o educador deverá buscar a estratégia que melhor se ajuste aos objetivos que pretende alcançar.

2.5.1.6 Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares

A partir da instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais, os cursos de graduação da FAFIPE introduziram inovações em seus projetos pedagógicos de modo a promover uma maior flexibilização curricular. Dentre as inovações implementadas, destaca-se a introdução de atividades curriculares enriquecedoras abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, interdisciplinares, de permanente contextualização e atualização. Tais atividades, denominadas atividades complementares ou estudos independentes, buscam possibilitar vivências acadêmicas compatíveis com as relações do mercado de trabalho. O colegiado de cada curso e o NDE estabelecem as formas de desenvolvimento das atividades complementares/estudos independentes. São atividades aceitas para integralização curricular: monitoria, investigação, participação em encontros de pesquisa, seminários e congressos, visitas programadas, fóruns de debate e outras atividades acadêmicas e culturais.

Outra inovação a ser considerada é a existência de disciplina optativas em alguns cursos, o que possibilita a escolha de parte do percurso formativo pelo discente.

De modo especial, a instituição promoveu a atualização de todos os projetos pedagógicos dos cursos e efetivou a introdução da curricularização da extensão. Pela própria

natureza das políticas extencionistas, esse processo de curricularização da extensão possibilita significativa flexibilidade curricular, na medida em que a extensão está a serviço, especialmente, do enfrentamento de questões da sociedade brasileira, numa perspectiva de compromisso institucional para com essa. Na medida em que reconhecemos a infinidade de questões a serem enfrentadas, muitas serão as possibilidades e oportunidades apresentadas aos acadêmicos no desenvolvimento de sua formação, o que possibilita uma efetiva flexibilidade curricular, além da interdisciplinaridade.

Cabe destacar a oferta de projetos integradores em cursos da instituição. Objetiva-se oportunizar experiências que articulem teoria e prática numa perspectiva de aplicabilidade que dê sentido ao conhecimento construído. Além disso, os projetos integradores promovem a real interdisciplinaridade e o desejado protagonismo discente, que se manifesta, inclusive, na autonomia de escolha e das ferramentas e formas de desenvolvimento dos projetos.

A instituição entende que tais iniciativas se configuram como inovações a serem destacadas. Algumas delas estão presentes em todos os cursos, outras, pela própria natureza, em alguns específicos. Contudo, observa-se que tais inovações emergem do conjunto de princípios institucionais e de sua identidade.

2.5.1.7 Oportunidades Diferenciadas de Integralização dos Cursos

A abreviação da integralização curricular e o aproveitamento de estudos constituem-se em oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos e estão disciplinados no Regimento da Instituição.

O discente matriculado em curso de graduação pode ter abreviada a integralização curricular, desde que apresente extraordinário aproveitamento de estudos, avaliado por meio de provas ou outros instrumentos específicos aplicados por banca examinadora na forma estabelecida em Regimento, ouvido o Colegiado de Curso.

O aproveitamento de estudos é concedido na forma das normas fixadas no Regimento da instituição, ouvido o Coordenador do Curso, observada a legislação pertinente.

2.5.1.8 Avanços Tecnológicos

Para cumprir sua missão, a FAFIPE busca promover a inclusão e uso da tecnologia nas dimensões da vida acadêmica oferecendo, para tanto, meios (recursos materiais e humanos)

necessários a essa tarefa.

A Instituição conta com equipe própria de Tecnologia de Informação, setor responsável pela infraestrutura tecnológica, mantendo, assim, profissionais responsáveis pela manutenção de equipamentos e aplicativos utilizados pela Instituição.

A proposta pedagógica da instituição é permeada pela ênfase na construção do conhecimento, pelo estímulo à autonomia e à criatividade. Assim, a apropriação das TIC – tecnologias de informação e comunicação na educação é fundamental para inovar as práticas pedagógicas.

A FAFIPE mantém programa de formação continuada para preparar seu corpo docente para o uso das TIC no contexto do Departamento de Metodologias de Ensino. São desenvolvidas ações de formação e cursos de capacitação para uso de tecnologias variadas, assim como de metodologias ativas que tem as tecnologias como suporte.

Além disso, a Instituição cuida da adequação da sua infraestrutura tecnológica de acordo com as demandas institucionais.

A instituição estabeleceu parceria com a empresa Google e adquiriu a plataforma Google for Education. Dessa forma, disponibiliza ferramentas como Meet, Sala de Aula ou Google Classroom, Gmail, Agenda, Drive, Documentos, Planilhas, Apresentações, entre outros

Cabe ressaltar que a instituição fornece, desde abril de 2020, link de Internet externo a todos os acadêmicos da Instituição de forma gratuita. Tal iniciativa se deu em função da necessidade de se garantir a continuidade das atividades letivas e a permanência dos acadêmicos nos seus cursos durante a pandemia da Covid-19. Essa oferta permitiu que todos os alunos acessassem aulas, materiais, desenvolvessem atividades, enfim participassem efetivamente do processo formativo.

Por fim, a FAFIPE realizou grande investimento tecnológico para garantir a manutenção das aulas desde o início do isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19. Além dos sistemas já citados, adquiriu e disponibilizou estrutura tecnológica para as salas de aula e laboratórios que permitem a oferta de aulas de maneira híbrida, conjugando presencialidade e atendimento remoto simultâneos. As salas de aula contam com tecnologia de transmissão de áudio e vídeo, atendendo, dessa forma, os acadêmicos que não podem (ou não se sentem seguros a) comparecer às aulas presencialmente.

2.5.1.9 Atividades Complementares

As atividades complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências dos alunos, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar.

São constituídas de prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais e flexíveis, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

São exemplos de atividades complementares: atividades de pesquisa, extensão, seminários, simpósios, congressos, conferências, monitoria, iniciação científica e ainda por disciplinas não previstas no currículo pleno, ajustadas entre os alunos e a coordenação do Curso ou responsável por estas atividades.

As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando. São disciplinadas por cada curso, tendo em vista o que determinam as Diretrizes Curriculares específicas e fazem parte do Projeto Pedagógico.

2.5.1.10 Formas de acompanhamento e avaliação do planejamento e execução do trabalho docente

O trabalho executado pelos docentes é acompanhado pelos Colegiados de Curso, NDEs e coordenação de curso, e é objeto de avaliação conduzida pela CPA.

Os resultados gerados são disponibilizados aos docentes e coordenadores de curso e servem como instrumento de planejamento e redirecionamento das ações do docente e dos cursos.

Outra fonte importante de acompanhamento do trabalho docente é a Ouvidoria.

Elementos a serem considerados no processo de acompanhamento e avaliação do planejamento e execução do trabalho docente:

- O Plano de Ensino devidamente registrado e aprovado pelo coordenador de curso e NDE;
- A atualização do conteúdo programático e da bibliografia utilizada, tendo em vista a ementa e os objetivos propostos pela disciplina, desenvolvida pelo professor;
- A metodologia desenvolvida, nos termos do Plano de Ensino;
- Reuniões sobre o Projeto Pedagógico do Curso, para avaliação, planejamento e

correções necessárias;

- Acompanhamento por parte da Secretaria Geral, dos registros do professor;
- Avaliação discente em relação ao desempenho do professor e funcionamento do curso.

2.5.1.11 Normas de Estágio

As normas de estágio dos cursos de graduação obedecem ao disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais, na Lei nº 11.788/2008, nas Diretrizes Básicas de Estágio para os Cursos de Graduação da FAFIPE/FUNEPE e demais instrumentos que tratam da matéria.

Cada curso estabelece regulamento de realização de estágio com clara definição de atividades, responsabilidades das partes e carga horária exigida.

2.5.1.12 Sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem

A avaliação dos processos de ensino e aprendizagem da FAFIPE/FUNEPE é processual, sistemática e compreende a verificação de aprendizagem.

Seu registro é realizado por meio de nota individual, em cada disciplina, de acordo com os objetivos e critérios de avaliação.

A verificação da aprendizagem e do desempenho acadêmico é feita de forma progressiva e/ou cumulativa, mediante instrumentos avaliativos adotados pelos docentes do curso, podendo atribuir diferentes pesos às atividades de avaliação da aprendizagem que compõe as médias parciais, desde que dê, previamente, ciência aos acadêmicos.

Sobre o Sistema de Avaliação:

Os procedimentos de avaliação dos processos ensino-aprendizagem dos cursos de graduação definidos no Regimento da Instituição, aprovado pela Congregação, estão assim disciplinados:

I - A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplina, incidindo sobre o aproveitamento nos estudos.

II - A frequência de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) por disciplina no período letivo é condição *sine qua non* para aprovação.

III - O aproveitamento nos estudos é avaliado através de acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nos exercícios escolares, inclusive no cumprimento de estágio supervisionado.

IV - Cabe ao NDE regular os critérios, os tipos de avaliação ou verificação de aproveitamento do aluno em cada uma das disciplinas sob sua responsabilidade, inclusive dos exames finais, tendo em conta possíveis peculiaridades.

V - Atribui-se nota 0 (zero) ao aluno que se utilizar de meios fraudulentos na consecução de quaisquer instrumentos de avaliação, bem como ao aluno que faltar na data prevista de sua realização ou entrega, exceto o aluno que apresentar uma das seguintes justificativas:

- a) Falta médica, por problemas de saúde, que impossibilitem de realizar a atividade, de acordo com o pronunciamento médico;
- b) Atividades excepcionais relativas ao exercício profissional e que sejam indispensáveis para a manutenção do vínculo empregatício;
- c) Óbito de familiares, incluindo apenas os ascendentes, descendentes, cônjuges e/ou irmãos.

VI - No término do semestre, apuradas as notas de todos os instrumentos de avaliação, deverá ser atribuída uma nota refletindo a média do desempenho acadêmico do aluno, expressa em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, permitindo-se o fracionamento de cinco décimos (0,5).

VII - O aluno que, em cada disciplina, obtiver média igual ou superior a 7 (sete) na síntese dos resultados apurados nos instrumentos de avaliação aplicados durante o período letivo, estará automaticamente promovido para o semestre seguinte, desde que tenha atingido a frequência mínima exigida.

VIII - O aluno de graduação que obtiver média inferior a 7 (sete) e igual ou superior a 4 (quatro) terá direito a exame final, que abrangerá todo o conteúdo programático da disciplina e cuja nota somada com a média semestral deverá perfazer média final igual ou superior a 5 (cinco) para dar direito à aprovação.

IX - Será reprovado o aluno de graduação que em qualquer hipótese obtiver nota inferior a 5 (cinco) no exame final, ou não comparecer para realizá-lo na data e horário fixados.

X - Será reprovado, sem direito a exame, o aluno de graduação que auferir média abaixo de 4 na apuração do resultado dos instrumentos de avaliação aplicados no semestre.

2.5.1.13 Sistema de avaliação do projeto do curso

As principais ferramentas utilizadas para realizar a avaliação do projeto do curso são: acompanhamento do plano de ensino, reuniões de colegiado de curso e de NDE, resultado da

autoavaliação. Tais ferramentas possibilitam um olhar mais objetivo sobre os avanços e as demandas apresentadas no curso. Dessa forma, é possível atualizar, redefinir e redirecionar o projeto do curso, seus objetivos e a própria prática pedagógica.

São ações resultantes do processo de avaliação do projeto do curso:

- a) Levantamento e atualização do conteúdo;
- b) Redefinição do programa das disciplinas e bibliografias;
- c) Acompanhamento e controle do desenvolvimento do conteúdo;
- d) Revisão curricular.

2.6 Políticas de Ensino

A missão e os valores da FAFIPE prezam pela busca incessante da qualidade acadêmica dos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela instituição. Desta forma, a razão de sua existência é a realização de atividades de ensino de modo a atender continuamente a demanda e as necessidades das relações humanas e do mundo atual.

Tendo como princípio que a educação é um agente transformador da sociedade, a IES pauta sua existência na busca da prestação de serviço com excelência de qualidade.

Em conformidade com a legislação em vigor, a instituição oferece:

- I. Cursos de Graduação: compreendendo bacharelado e licenciatura. Os cursos de Graduação conferem diploma e são abertos à candidatos que concluíram o Ensino Médio e tenham sido classificados em processo seletivo, ou portadores de diploma de graduação, ou com aproveitamento de estudos já realizados;
- II. Cursos de Pós-Graduação: disponível a portadores de diploma de cursos superiores. As pós-graduações lato sensu compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (Master Business Administration);
- III. Cursos e Atividades de Extensão Universitária: conferem certificado de realização de estudos ou participação em atividades e são abertos à matrícula de candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos para cada situação.

2.6.1 Ensino de Graduação

A FAFIPE disponibiliza cursos de graduação, cujo regime acadêmico adotado é seriado semestral, tendo o semestre duração mínima de 100 (cem) dias de trabalho escolar efetivo, não computados os dias reservados aos exames finais.

O processo seletivo para admissão de candidatos aos cursos da instituição é realizado em conformidade com a legislação e é conduzido pela Comissão Permanente para Processos Seletivos (CoPPS), órgão vinculado à FUNPE. É requisito que os candidatos à admissão tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente e, podendo, ainda, ser admitidos candidatos portadores de diploma de curso superior para preenchimento de vagas remanescentes.

Os cursos de graduação da FAFIPE prezam pela formação profissional completa e para isso, promovem a integração entre os conceitos acadêmicos com as atividades de pesquisa e de extensão.

Ainda, esta IES tem como premissa propiciar o acesso ao ensino superior a estudantes de diferentes condições sócio-econômicas e de diferentes vivências culturais. Assim, promove ações de apoio para que isso ocorra, como convênios com diversas instituições, parcerias diversas e concessão de bolsas de estudos.

A Instituição apoia também a flexibilização das atividades acadêmicas, estimulando o oferecimento de oportunidades de experiências diversificadas aos alunos e ao corpo docente. Ressalta-se que o Projeto Pedagógico de cada curso é elaborado em consonância com os objetivos institucionais e com as diretrizes curriculares nacionais.

Atualmente, a instituição conta com 9 (nove) cursos de graduação autorizados que atuam nas diversas áreas do conhecimento, são eles: Administração, Ciências Contábeis, Enfermagem, Pedagogia, Engenharia Agrônoma, Psicologia, Direito, Educação Física, Medicina.

A política de ensino de graduação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis visa ao estabelecimento de princípios e diretrizes gerais para os cursos em todas as modalidades – bacharelado e licenciatura, constituindo a principal referência para novos cursos e para a reformulação dos existentes, adequando-os às novas demandas sociais e educacionais, com vistas à busca pela excelência acadêmica e fortalecendo a imagem da Instituição no cenário da educação superior brasileira.

Os cursos de Graduação da FAFIPE orientam-se pelos seguintes princípios e diretrizes:

- I. promoção da integração entre as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão;
- II. formação de caráter humanista, expressando a responsabilidade e compromisso social com as demandas da sociedade em todas as suas dimensões e aliada à competência teórica, ética, técnica e perspectiva crítica frente à realidade social;
- III. consideração da dimensão formativa e informativa no processo de ensino e aprendizagem, a partir da compreensão do alunado nas suas inserções de classe social, de

gênero e de religião, nas suas expressões de valores sociais, culturais e ideológicas e nas suas relações étnico-raciais;

IV. formação com caráter generalista, como condição para atuação crítica e competente em relação ao que é básico em cada área, considerando a sua diversidade. A oferta de uma formação generalista, sem perder o compromisso com a especialização, deve garantir competência acadêmica para que o estudante se coloque em relação às demandas atuais, com domínio dos fundamentos que sustentam as bases do conhecimento existente. Assim, há que ser crítica, sólida, pautada no domínio dos métodos, processos e linguagens que articulem a produção do conhecimento de cada área. Deve garantir, ainda, as dimensões de interdisciplinaridade, considerando as várias possibilidades de sistematização, expressão e divulgação, mantendo-se sempre a referência histórica de sua produção em suas dimensões cultural, social e ética;

V. favorecimento de condições de acesso e permanência no ensino superior de estudantes originários dos diferentes grupos sociais, incluindo deficientes, estudantes de diferentes experiências culturais e educacionais;

VI. apoio a convênios e parcerias que intensifiquem a participação da instituição nas diferentes esferas da comunidade;

VII. elaboração do projeto pedagógico de cada curso em sintonia com o projeto pedagógico institucional, bem como com as diretrizes curriculares nacionais, considerando-se, ainda, a articulação entre ensino, pesquisa (por meio da iniciação científica) e extensão, flexibilização dos currículos, interdisciplinaridade, inovação acadêmica e avaliação constantes;

VIII. reconhecimento da atividade de estágio como dimensão indissociável do processo de formação do estudante, assegurada pela supervisão acadêmica e profissional, pelo intercâmbio entre as unidades de ensino e os espaços de atuação profissional institucional e do mercado de trabalho;

IX. articulação nos cursos, nos casos em que couber, e garantindo a identidade de cada área de conhecimento, por meio da implantação de ações de iniciação científica transversais, programas de extensão e atividades de ensino;

X. desenvolvimento da autonomia dos estudantes, por meio de estudos e atividades que complementarão a formação do estudante. Caberá aos cursos, respeitadas as disposições legais pertinentes, determinarem a carga horária, a ser dedicada a essas experiências diversificadas e qual a natureza e o tipo de atividades que poderão ser incorporadas à formação acadêmica do estudante e creditadas em seu histórico escolar, propiciando trajetórias diferenciadas e

diversificadas;

XI. desenvolvimento de ações interdisciplinares que pressupõem a parceria, o diálogo, a articulação, a troca de conhecimentos, o questionamento, a busca da interação. A ação interdisciplinar deve constituir-se, portanto, como uma reação à fragmentação do conhecimento. Implica a busca constante de superação da mera superposição de conhecimentos. Para tanto, é fundamental o estímulo a práticas de reciprocidade e de troca entre áreas diferentes de saber, tanto para a produção de novos conhecimentos, em uma perspectiva interdisciplinar, como para a análise e solução de problemas, de modo mais abrangente e multidimensional. Tais ações pressupõem planejamento, acompanhamento e registro;

XII. incentivo à formação continuada, que implica compreensão do mundo do conhecimento, cuja expansão, atualização e especialização são contínuas, o que revela, portanto, que a formação não se esgota na graduação;

XIII. garantia da qualidade de formação, por meio da oferta de condições adequadas, que permitam a atualização constante e aprimoramento técnico-pedagógico.

2.6.2 Ensino de Pós-Graduação

A FAFIPE também atua na oferta de ensino de pós-graduação visando ao ensino qualificado para o aprofundamento acadêmico para graduados em ensino superior. Os cursos oferecidos pela IES são gerenciados pela Coordenação de Pós-Graduação e possuem Plano de Ensino elaborados e aprovados, conforme regulamentação, em consonância com as políticas institucionais. A carga horária dos cursos de pós-graduação é variável, sendo a maioria de 360 (trezentos e sessenta) horas.

Os cursos de pós-graduação em andamento na instituição estão descritos na Tabela 9.

Tabela 9. Cursos de pós-graduação *lato sensu*, ofertados pela FAFIPE, em andamento.

Curso	Número de vagas	Duração (h)	Autorização
Especialização em Educação Especial com ênfase em Deficiência Auditiva	50	600	CEE nº 131/2010 (25/03/10)
Especialização em Educação Especial com ênfase em Deficiência Intelectual	50	600	CEE nº 132/2010

Especialização em Diversidade, Inclusão e Cidadania	40	368	CEE nº 103/2018 (22/03/18)
Especialização em Formação Humanística e Humanização no Campo da Saúde	60	360	CEE nº 37/2020
Especialização em MBA de Gestão de Pessoas e Liderança	60	360	CEE nº 93/2019 (05/04/19)
Especialização em Tecnologia na Agricultura	60	376	CEE nº 445 (13/11/19)
MBA em Finanças Corporativas, Controladoria e Gestão Tributária	60	360	CEE nº 58 (12/02/20)

Ressalta-se que a oferta dos cursos é resultado de pesquisa de mercado realizada pela Coordenadoria de Pós-Graduação, a qual realiza a avaliação da necessidade do mercado regional e apresenta propostas à direção da instituição. No início do ano, a FAFIPE realiza campanhas de divulgação a fim de atrair interessados em inscrever-se nos cursos de pós-graduação. O valor da mensalidade é acessível, visando atrair graduados em âmbito local e regional que tenham interesse em aumentar seu grau de escolaridade em nível de especialização.

Os cursos de Pós-Graduação da FAFIPE orientam-se pelos seguintes princípios e diretrizes:

I. promoção da articulação entre graduação e pós-graduação, por meio de atividades de intercâmbio e realização de ações conjuntas;

II. formação profissional aprofundada, voltada às demandas específicas e emergentes da área de atuação/formação;

III. elaboração do projeto pedagógico de cada curso em sintonia com a política institucional;

IV. garantia da qualidade de formação, por meio da oferta de condições adequadas, que permitam a atualização constante e aprimoramento técnico-pedagógico.

Considerando as diretrizes gerais, são propostos os seguintes objetivos para os cursos de Pós-Graduação:

- promover a atualização constante dos programas dos cursos, em consonância com as atualizações legais e as demandas identificadas por meio da avaliação institucional,

pesquisa com egressos e avaliação do mercado;

- propor novos cursos e estabelecer metas de crescimento, bem como ações de manutenção e de sustentabilidade dos cursos existentes;
- quadro de docentes com titulação mínima de mestrado, além de experiência profissional que possibilite a ampliação e aprofundamento das disciplinas de modo a torná-las atualizadas, pertinentes e contextualizadas;
- identificar estudantes com necessidades educacionais especiais, propor atendimento específico (materiais didáticos, equipamentos e serviços especializados), bem como a promoção de uso de metodologias de ensino diferenciadas para tal atendimento;
- ampliar e diversificar o uso de tecnologias diferenciadas voltadas para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem.

2.7 Políticas de Extensão

A Extensão deve ser compreendida como atividade essencial das Instituições de Ensino Superior. Busca-se, por meio da Extensão, contribuir com ações possibilitadoras do desenvolvimento dos aspectos científicos, culturais e sociais, colaborando para o crescimento da comunidade a partir de iniciativas transformadoras e cidadãs.

A política de extensão prioriza a busca por arranjos colaborativos e processos de trabalho que favoreçam o diálogo, a sinergia e o apoio mútuo entre ações, projetos e setores extensionistas da instituição, objetivando colaborar na renovação da cultura da extensão, bem como potencializar resultados acadêmicos e sociais, otimizando o uso dos recursos de que FAFIPE dispõe.

A Extensão Universitária tem por objetivos:

- promover interação concreta e produtiva entre o ensino e a pesquisa da Instituição com a sociedade;
- contribuir na qualificação da formação acadêmica e profissional dos estudantes, por meio da relação com as realidades sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade;
- colaborar, no âmbito das competências extensionistas da instituição, com o equacionamento e a solução de problemas concretos em nível local, regional e/ou nacional;
- contribuir para a melhoria das condições sociais da comunidade externa.

São princípios e diretrizes da Extensão Universitária:

1. articulação com a comunidade local, regional e nacional;
2. incentivo a parcerias com sociedade civil organizada;
3. incentivo às ações extensionistas voltadas para a melhoria das condições sociais da comunidade, para a sustentabilidade, para a responsabilidade social, para o desenvolvimento artístico e cultural, para a diversidade, direitos humanos e igualdade étnico-racial;
4. criação de projetos extensionistas articulados com o ensino e a pesquisa produzidos na instituição;
5. avaliação e monitoramento contínuo das ações realizadas e compartilhamento dos dados com a comunidade interna e externa.

A Extensão Universitária é realizada pelos diferentes cursos da instituição e sua gestão é feita pela Coordenadoria de Extensão.

A Extensão se materializa em ações, projetos, cursos, que implicam arranjos flexíveis de processos de trabalho, sujeitos às dinâmicas do ensino e da pesquisa, sobretudo abertos às reorientações que advenham da desejável renovação do projeto acadêmico da Instituição. São, portanto, processos de trabalho conjunto, acompanhados pela Coordenadoria de Extensão, com vistas à potencialização e compartilhamento das experiências e à otimização do uso de recursos disponíveis.

Ao considerar as possibilidades de práticas extensionistas, entende-se que:

1. As práticas extensionistas articularão a instituição e a comunidade, de modo a propiciar para docentes e estudantes ações que possam impactar transformações na comunidade;
2. As práticas extensionistas articular-se-ão à construção do conhecimento científico e sua aplicação, desenvolvendo o engajamento social e práticas reflexivas sobre as possibilidades de atuação nos espaços sociais;
3. As práticas extensionistas deverão ter finalidade educativa, atrelando o conhecimento construído nas práticas de ensino e pesquisa como forma de auxiliar os projetos de vida de todos os envolvidos, considerando todos os aspectos éticos do processo de inserção na comunidade;
4. As práticas extensionistas estarão previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), respeitando as normativas vigentes na instituição, visando criar práticas que sejam inovadoras, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento social;
5. As práticas extensionistas deverão contribuir para a formação integral do estudante, de modo a articular o desenvolvimento da perspectiva crítica e responsável de sua atuação

profissional.

Compõem com as ações e práticas, um arranjo de trabalho, por meio do qual o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação das atividades são organizados, tendo a gestão geral à cargo da Coordenadoria de Extensão.

Ações, atividades e projetos extensionistas, além de serem realizados por meio do ensino e da pesquisa, contam com estruturas formais e permanentes, a saber: Centro de Estudos em Psicologia e Atendimento Comunitário (CEPAC), Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), Núcleo de Empreendedorismo (NEF), Instituto de Línguas e Centro de Lazer do Trabalhador.

Cumprir destacar que a instituição, nos termos Resolução nº 07/2018, efetivou a introdução da curricularização da extensão. Em todos os cursos da instituição, a partir do ano de 2022, a extensão já ocupará no mínimo 10% (dez por cento) da carga horária total dos cursos.

Tal processo exigiu considerável revisão dos projetos de curso, além da apropriação dos propósitos mais amplos da extensão no contexto da formação dos acadêmicos que, certamente, produzirá resultados altamente satisfatórios, na medida em que produzirá a desejável difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição, sob forma de ações e projetos que produzam contribuições relevantes para a transformação da área, setor e/ou comunidade.

2.8 Políticas de Pesquisa e Iniciação Científica

A pesquisa científica configura-se como um dos pilares essenciais da formação acadêmica, um instrumento extremamente valioso para aprimorar qualidades desejadas em um profissional de nível superior. Expressa-se, entre outros, em um conjunto de procedimentos sistemáticos, apoiado no raciocínio lógico e que usa métodos científicos para encontrar soluções para problemas pesquisados.

O desenvolvimento da ciência é base para a construção de uma instituição de ensino de qualidade, colaborando para o desenvolvimento social.

A FAFIPE, ao considerar as possibilidades da pesquisa científica, entende que:

1. As práticas científicas e de iniciação científica contribuem para a evolução do conhecimento humano em todos os setores sendo responsável pela aquisição e produção de conhecimento, solucionando os problemas que transformam o mundo em que vivemos;
2. As práticas científicas e de iniciação científica contribuem no desempenho docente e profundo aperfeiçoamento formativo discente, importante na ação de reduzir a distância entre o que é ensinado e o desenvolvimento intelectual para a aplicação do conhecimento, sendo uma

atividade acadêmica essencial para o bom desempenho institucional;

3. Por meio das práticas científicas, torna-se possível o aprendizado em um contexto mais amplo das áreas, acrescentando conhecimentos extras a sala de aula convencional, por meio do enriquecimento e versatilidade dos temas pesquisados;

4. As práticas científicas e de iniciação científica são de fundamental importância para o desenvolvimento local, regional, podendo atingir características de desenvolvimento nacional;

5. As práticas científicas e de iniciação científica estarão previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), respeitando as normativas vigentes na instituição, visando criar experiências inovadoras, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento local, social e institucional.

A política de pesquisa e iniciação científica da FAFIPE/ FUNEPE tem os seguintes objetivos:

- Qualificar a pesquisa e a iniciação científica Institucional através de programas de orientação científica;
- Incentivar a formação e manutenção de grupos de pesquisa, eventos científicos, elaboração e redação de projetos científicos, tanto da graduação quanto da pós-graduação;
- Assegurar a observância da legislação referente à pesquisa, emanada de órgãos oficiais externos, na sua área de atuação;
- Coordenar a elaboração dos programas de pesquisa e de eventos científicos e assegurar sua implementação e execução;
- Incentivar acordos de cooperação, convênios e intercâmbio com instituições acadêmicas, científicas e tecnológicas, estimulando o contato entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos em comum, em colaboração com instituições do país ou do exterior;
- Supervisionar a execução dos processos e projetos de pesquisa, com ênfase na Iniciação Científica, garantindo que sejam submetidos a procedimentos regulares de avaliação, assim como estabelecer metas e objetivos a serem cumpridos para a melhoria dos resultados obtidos, visando à consolidação e à excelência;
- Incentivar e promover a publicização da pesquisa, especialmente em veículos de publicação nacionais e internacionais, bem como o aumento quantitativo e qualitativo dos indicadores de pesquisa da Instituição;
- Incentivar a captação de recursos externos para pesquisa, a qualificação do corpo

docente para concorrer em editais públicos e de agências de fomento à pesquisa.

A FAFIPE valoriza o pilar da pesquisa, estimulando tanto seus docentes quanto discentes ao desenvolvimento da ciência e tecnologia através da formação de grupos e linhas de pesquisa, orientação de projetos de graduação e pós-graduação, eventos científicos e parcerias com outras instituições de pesquisa.

A Instituição conta com modalidades de apoio à pesquisa e à iniciação científica cuja regulamentação é de competência da Coordenadoria de Pesquisa, em consonância com a política descrita no PDI e articulada com o planejamento financeiro anual.

A Instituição, no contexto da difusão da pesquisa, conta com a Editora FUNEPE, uma editora universitária, órgão de apoio da Coordenadoria de Pesquisa, que tem como objetivo o fomento às publicações acadêmicas e científicas da instituição e demais projetos editoriais aprovados, como e_books e anais de eventos. A Editora é responsável, entre outros, pela publicação dos trabalhos do Fórum de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável de Penápolis.

O Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica e o Congresso de Pós-graduação, sendo o primeiro já na sua quinta edição e o Congresso na segunda edição, produzem seus cadernos de trabalhos que também são publicados pela Instituição em formato eletrônico.

A instituição conta, ainda, com a **Revista Direito, Democracia e Cidadania** que tem como escopo temático as áreas do Direito Público e Privado, especificamente do Direito Civil, Direito do Trabalho, Direito Constitucional e Direito Penal, bem como áreas afins, como a Ciência Política, a Sociologia Jurídica, a Antropologia Jurídica, a Psicologia Jurídica, a Administração Pública e as Relações Internacionais. A revista pretende contribuir com o ensino, a pesquisa e a divulgação dos saberes jurídicos para uma reflexão e compreensão dos temas latentes na sociedade democrática contemporânea que se procura construir.

A Instituição, por meio da Coordenadoria de Pesquisa, trabalha no lançamento de outros periódicos científicos das demais áreas do conhecimento em que atua.

2.9 Políticas de Gestão

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE) é constituída pelos seguintes órgãos deliberativos e executivos que participam da gestão:

I - Órgãos da Administração Superior:

a) Congregação;

d) Direção Geral.

II - Órgãos da Administração Acadêmica:

a) Diretoria de Centro

b) Coordenação de Curso;

c) Colegiado de Curso;

c) Órgãos Suplementares: Biblioteca, Secretaria, Órgãos de Apoio e Assessoria.

As competências e atribuições dos órgãos que participam da gestão institucional estão definidas no Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE) ou em regulamento próprio.

As políticas de gestão buscam desenvolver trabalho voltado ao fornecimento de dados e instrumentos decisórios, infraestrutura física adequada e atualizada, pessoal capacitado que possa propiciar suporte necessário para que a IES tenha êxito no cumprimento de seu plano de desenvolvimento institucional definido neste documento.

São princípios e diretrizes da política de gestão:

a) Compromisso com a qualidade:

- Utilizar os resultados da avaliação interna e externa como elemento fundamental de análise da qualidade e vetor das políticas de gestão institucional;
- Incentivar projetos de inovação tecnológica e acadêmica, buscando parcerias para partilhar a execução de produção técnica e de conhecimento.

b) Aprimoramento da gestão acadêmica e administrativa:

- Organizar e disponibilizar dados e informações necessários para plena gestão da Instituição;
- Ampliar a digitalização de documentos e virtualização de processos, visando conferir agilidade e confiabilidade de dados necessários à gestão;
- Buscar transparência na gestão orçamentária com a devida participação dos diferentes setores na construção das peças.

c) Fortalecimento da Imagem institucional:

- Trabalhar no fortalecimento de uma imagem institucional dinâmica e atual, que reflita para a sociedade os compromissos e valores que caracterizam a identidade institucional;
- Manutenção de identidade visual moderna, atualizada e fiel aos trabalhos desenvolvidos pela IES.

A Política de Gestão Institucional contempla ações de incentivo e promoção da participação nos processos decisórios, dentre as quais merecem destaque:

- O fortalecimento do papel das coordenações. O coordenador é entendido como gestor de curso, tendo, portanto, uma participação mais efetiva e abrangente no que tange ao seu acompanhamento, sustentabilidade, manutenção e crescimento;

- Reuniões periódicas de Coordenadores e Diretores de Centro com o objetivo de socializar questões relativas à gestão acadêmica e construir espaço de decisão conjunta;

- Reuniões periódicas da Direção com os diferentes setores da Instituição, visando a construção de uma unidade de ação e compartilhamento de ideias e planejamento conjunto.

A FAFIPE busca adotar uma gestão inovadora, flexível e adequada à gestão organizacional e acadêmica face às demandas externas e internas, em consonância com a diretrizes previstas em seu Regimento.

Para a consolidação da gestão e considerando a necessidade de fundamentar suas políticas em um direcionamento estratégico para sustentar o desempenho da Instituição como um todo e gerar valores que a posicionem ao longo do tempo, definiu-se, a partir do Planejamento Institucional os objetivos e estratégias organizacionais, considerando três parâmetros (ou diretrizes estratégicas), conforme elencados a seguir:

1. Objetivos relacionados ao mercado:

- a) Buscar novos mercados – diversificação e ampliação do rol de cursos;
- b) Oferecer Educação à Distância – constituiu uma estratégia de diversificação de modalidade de cursos ofertados e flexibilização dos currículos dos cursos já oferecidos;
- c) Credenciar Stricto Sensu – estratégia que exigirá estudo para definição do(s) programa(s) e estruturação institucional;
- d) Ampliar oferta de serviços – para tanto, serão desenvolvidos estudos visando diversificar e expandir serviços voltados para a comunidade local e regional.

2. Objetivos relacionados aos processos internos:

- a) Concluir migração para o Sistema Federal – prevê o atendimento às demandas do novo sistema, desde a reestruturação documental, passando por procedimentos relativos ao cadastramento de cursos e da IES, preenchimento de formulário, até o recebimento de visitas para credenciamento institucional e reconhecimento/renovação de reconhecimento de cursos;
- b) Melhorar indicadores institucionais - melhora nos resultados dos indicadores de qualidade dos cursos e da IES, bem como nos exames externos a que são submetidos os egressos;
- c) Melhorar os processos acadêmicos e de gestão – por meio da criação de processos de gestão de comunicação interna e externa, consolidação e fortalecimento dos programas

institucionais de divulgação do saber e da ciência, ampliação e consolidação das políticas de pesquisa (iniciação científica) e extensão, promoção de atualização constante do acervo da biblioteca, implantação da biblioteca virtual, aperfeiçoamento do processo da autoavaliação institucional;

d) Aprimorar a infraestrutura – gestão da infraestrutura alinhada ao projeto de crescimento institucional.

3. Objetivos relacionados ao aprendizado e a melhoria institucional (acadêmica e administrativa):

a) Capacitar docentes e técnicos-administrativos – criar política e ampliar o alcance dos programas de capacitação;

b) Desenvolver novas competências para inovação acadêmica – projetos de inovação curricular, metodologias ativas e empreendedorismo;

c) Promover a integração e disseminação da cultura organizacional – reconhecimento pela comunidade acadêmica dos valores, visão e missão da IES.

2.10 Desenvolvimento Econômico e Responsabilidade Social da IES

Primeiramente, destaca-se o papel fundamental do ensino superior enquanto um instrumento de efetividade da promoção da responsabilidade social. É indiscutível que a geração de conhecimento, por meio do ensino, pesquisa e extensão, pode ser reconhecida como um agente transformador de realidades e que promove o desenvolvimento social. Nesse sentido, o papel da instituição de ensino já está intrinsecamente interligado com o desenvolvimento econômico e a responsabilidade social e, pelo fato de cumprir sua **missão institucional**, já ultrapassa sua função social do saber por meio de formação qualificada, e contribui ainda, com impacto positivo na coletividade.

No entanto, a FAFIPE/FUNPE, além de contribuir para a criação e disseminação de conhecimento, por meio do ensino, pesquisa e extensão, também oferece práticas de gestão voltadas à responsabilidade social de sua comunidade.

O objetivo é oferecer oportunidades e gerar política de inserção para que a instituição possa dar continuidade à postura social com um processo contínuo e permanente do exercício dessas práticas. Para a definição de suas ações de responsabilidade social e desenvolvimento econômico, foi analisada a situação da comunidade microrregional levando em consideração as características sociais, econômicas, educacionais, de saúde física e mental da população

regional.

São disponibilizados os seguintes projetos, programas e espaços à comunidade:

1) Programa de Bolsas

É sabido que um dos principais desafios da sociedade brasileira é justamente romper as fronteiras existentes entre o término do Ensino Médio e o ingresso no Ensino Superior. Isto posto, se faz necessária a aproximação entre as faculdades públicas e privadas e a comunidade, de modo a ofertar projetos de vida e oportunizar condições para que estudantes do Ensino Médio prossigam suas trajetórias estudantis. Nesse sentido, os programas de bolsas promovem o desenvolvimento de projetos de vida, aproximando a instituição da comunidade penapolense e regional por meio da oferta de bolsas de graduação integrais ou com descontos de até 50%. As bolsas são ofertadas por meio de convênios firmados com empresas privadas e órgãos públicos municipais, considerando o perfil socioeconômico do aluno.

Atualmente, são oferecidas as seguintes modalidades de bolsa:

Programa Aluno 10 - A Fundação Educacional de Penápolis (FUNPE), mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE), tem a possibilidade de oferecer projetos extensionistas, possibilitando o ingresso no Ensino Superior a partir de convênios estabelecidos com a Diretoria de Ensino da região de Penápolis e as escolas estaduais públicas vinculadas a ela. Desse modo, oferta aos discentes bolsas integrais ou com descontos de 60% (sessenta por cento) para as/os estudantes que obtiverem as melhores médias na última série do Ensino Médio de suas respectivas unidades escolares. Até o ano de 2021, foram distribuídas 46 bolsas, sendo 7 parciais e 39 integrais para estudantes de 14 escolas localizadas em 6 municípios da região.

Bolsas da Prefeitura de Penápolis - São bolsas destinadas para alunos carentes devidamente matriculados na FUNPE. Essas bolsas são de 100%, 75% e 50% do valor da mensalidade dos cursos, exceto o curso de Medicina. A Prefeitura Municipal de Penápolis é quem elabora o edital e o regimento para seleção dos candidatos, sendo para isso instituída a Comissão Especial para avaliar o processo seletivo.

Bolsas Institucionais - A Instituição também disponibiliza bolsas de caráter filantrópico, obedecendo ao princípio da universalidade do atendimento de forma indiscriminada.

Contemplam os alunos devidamente matriculados nos cursos regulares, exceto o curso de Medicina, não portadores de diploma de curso superior e com baixa renda per capita prevista em edital. Para efeito de concessão, é realizada análise assistencial por um profissional capacitado e constituída uma Comissão de avaliação composta pelo Coordenador Jurídico, por 01 representante do Departamento Financeiro, por 04 Representantes das Instituições mantidas pela Fundação e 01 Representantes do Corpo Discente.

Parceria com empresas e órgãos públicos - A Instituição oferece desconto de 50% para funcionários de empresas privadas e de órgãos públicos de Penápolis e região que possuem convênios com a instituição.

A Instituição também disponibiliza vagas nos cursos de graduação para preenchimento por meio do Financiamento Estudantil (FIES).

2) Pós-Graduação com valores acessíveis

Os cursos de pós-graduação ofertados na IES possuem valores acessíveis de R\$150,00 mensais, visando à acessibilidade de pessoas que queiram realizar uma especialização. Em anos anteriores, foram concedidas bolsas integrais com descontos de 100% nas mensalidades, sendo que o aluno participava de um processo seletivo e pagava uma taxa de inscrição do curso de especialização.

3) Centro de Estudos em Psicologia e Atendimento Comunitário (CEPAC)

É um centro de atendimento psicológico para a comunidade externa e interna de forma individual ou em grupo. Possui metodologia definida com acompanhamento da coordenação do curso de Psicologia e conta com um corpo funcional formado por duas psicólogas contratadas e estagiários do curso de Psicologia.

4) Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ)

Desde 2019, a FUNEPE possui o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) do curso de Direito, que tem o objetivo de atender a comunidade por meio de assistência judiciária gratuita, desenvolvendo as práticas jurídicas, estágio supervisionado e as atividades complementares, bem como desenvolvendo projetos sociais. O NPJ é credenciado à Ordem dos Advogados do Brasil – subseção São Paulo – para prestação de atendimento à comunidade, além de manter

convênio com diversos órgãos para os alunos participarem de estágios voluntários e/ou profissionais.

Esse órgão está localizado no prédio do Núcleo Acadêmico e Cultural da Funepe(NAC), na praça Dr. Carlos Sampaio Filho, 170, no centro de Penápolis. Sua infraestrutura é composta por um Tribunal de Júri com capacidade para 191 pessoas, Salas de Atendimento, Sala de Conselho de Sentença, Sala de Audiência, Cartório, Secretaria e a Sala de Reunião “Fernando Lazari”, a qual recebe este nome *in memoriam* ao ex-aluno de Direito, falecido no início do ano de 2019.

5) Usina de ideias

Um dos eixos norteadores de políticas de instituições de Ensino Superior é possibilitar a ampliação do conhecimento e apresentar propostas formativas para a comunidade na qual está inserida. Isso posto, objetiva-se colaborar ativamente para a diminuição das desigualdades, proporcionando ações que possam auxiliar práticas voltadas ao mundo do trabalho ou que possibilitem alteração dos projetos de vida dos sujeitos sociais.

Nesse sentido, a parceria da IES com instituições de assistência social que atendem jovens de até 17 anos é um espaço importante para a concretização das atividades de extensão. O Usina de Ideias é um projeto extensionista que tem por objetivo ofertar aos jovens oficinas formativas associadas aos conteúdos desenvolvidos pelos diferentes cursos desta IES e suas implicações no mundo do trabalho. Esse projeto conta com a participação de docentes e discentes da FAFIPE.

Acredita-se que ações com essa natureza possam contribuir para o desenvolvimento dos jovens, apresentando-lhes o mundo universitário e desenvolvendo novas práticas de estudo, bem como aspectos formativos diversos para suas aplicações cotidianas. Atua-se de forma interdisciplinar, com a construção de oficinas que problematizam o contexto em que o jovem está inserido, proporcionando a construção de conhecimento em diversas áreas e mudanças nos seus respectivos projetos de vida.

6) Núcleo de Empreendedorismo (NEF)

O Núcleo de Empreendedorismo dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da FAFIPE fornece apoio aos empreendedores de Penápolis por meio de pesquisa e treinamento. Realiza encontros com alunos para discussão de temas referentes a empreendedorismo e aplicação de pesquisa para busca de informações. Ofertando treinamentos às empresas, cumpre-

se ao mesmo tempo, o objetivo de proporcionar-lhes soluções, e aos discentes, o conhecimento prático.

7) Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos (CEP-FUNEPE)

O CEP é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa, educativa, interdisciplinar e independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, e, para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. O CEP é vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS) e tem por finalidade cumprir e fazer cumprir o disposto nas Resoluções/CNS nº 466/2012, na Resolução/CNS nº 510/2016 e resoluções complementares do Conselho Nacional de Saúde.

Ao CEP compete: avaliar os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos que forem a ele submetidos via Plataforma Brasil, emitir parecer consubstanciado por escrito, manter a guarda confidencial de todos os dados obtidos na execução de sua tarefa, promover a capacitação dos seus membros, desempenhando papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na Ciência, receber dos participantes da pesquisa ou de qualquer outra parte, denúncias de abusos ou notificação sobre fatos adversos que possam alterar o curso normal do estudo, decidindo pela continuidade, modificação ou suspensão da pesquisa.

8) Campus Experimental de Engenharia Agrônômica

A produção excedente de verduras e legumes no Campus Experimental do curso de Engenharia Agrônômica possibilita doações de alimentos às entidades de Penápolis.

9) Núcleo Acadêmico e Cultural

A FAFIPE/FUNEPE disponibiliza a instituições públicas um espaço com capacidade para 380 pessoas, para a realização de atividades. Ademais, o Núcleo Acadêmico e Cultural - NAC, localizado na área central da cidade, possui ampla estrutura com uma sala de conferência e espaço denominado de Auditório com multimídia com capacidade para 190 pessoas.

Esses dois espaços podem ser usufruídos pela comunidade para realização de apresentações artísticas, espaço de convivências, exposições, eventos acadêmicos, palestras, workshops e cerimônias.

10) Férias na FUNPE

Visando maior interação com a comunidade, a FUNPE realiza, semestralmente, atividades nas férias voltadas para crianças. As atividades recreativas são compostas por atividades diárias com: apresentação de filmes e desenho animado, interação com palhaços, brincadeiras esportivas, oficina de máscaras expressivas, minicurso de horta e contação de histórias. As atividades são gratuitas e necessitam que as crianças façam inscrições antecipadas.

11) Internet gratuita para a comunidade acadêmica

Diante desse momento desafiador ocasionado pela pandemia, causada pela nova doença da Covid-19, a FUNPE firmou parceria com as empresas MaxComm e Milanin Net, provedoras de internet para a instituição, e possibilitou que todos os seus alunos, professores e colaboradores residentes nas cidades abrangentes, tivessem acesso gratuito de internet com velocidade de até 260 MB. Essa parceria contou com investimento em novas tecnologias, plataformas online e infraestrutura para garantir que todos tenham acesso à internet e à educação.

A ação permite a democratização de acesso à internet garantindo que a instituição mantenha a qualidade do seu ensino presencial também na forma online para todos os alunos residentes nas áreas de abrangência. As cidades abrangentes são: Penápolis, Alto Alegre, Barbosa, Avanhandava, Promissão, Queiroz e Tupã. O benefício teve início em maio de 2020 e se mantém até o momento.

12. Programa Aspectos Formativos de Português e Matemática Básicos

Trata-se de um programa de aulas de matemática e português voltado para os alunos interessados em melhorar o seu conhecimento nessas disciplinas. Os cursos são anuais com aulas uma vez por semana para cada disciplina e de forma gratuita para os discentes da Instituição.

13. Inglês na FUNPE

O inglês pode ser considerado a língua mundial e a língua dos negócios. Nossos alunos nem sempre conseguem cursar a faculdade e ainda fazer um curso de inglês. Assim sendo, por meio da contratação de professores de língua inglesa, é ofertado para estudantes da

FAFIPE/FUNPE curso extensionista de aproximadamente 32 horas (em módulos - básico, intermediário e avançado) objetivando o desenvolvimento do segundo idioma com valores acessíveis.

14. Parcerias para atividades extracurriculares

Por meio de atividades como Webinar, Feira de Profissões, palestras, Aula Magna são realizadas atividades abertas ao público em geral promovendo a disseminação do conhecimento acadêmico para a sociedade. Além disso, a FAFIPE/FUNPE faz parcerias com diversos órgãos para apoiar a realização de atividades diversas destacando: palestras na Semana do bebê, amamentação, palestra sobre prevenção de suicídio e outras palestras com temas voltados a problemas atuais.

15. Trote Solidário

Os alunos realizam a ação de Trote Solidário com o intuito de arrecadar alimentos não perecíveis para doação às instituições de assistência social. São arrecadados produtos de limpeza e higiene pessoal e alimentos não perecíveis. É uma iniciativa da instituição com o objetivo de que os estudantes tenham interação entre eles, além de contribuir com alguma entidade social da comunidade.

Ressalta-se, ainda, que a responsabilidade social também está relacionada com o comportamento ético e transparente e neste sentido, a FAFIPE/FUNPE promove práticas que demonstram estes valores, destacando:

- Participação de alunos em órgãos colegiados da instituição, da comunidade e prefeitura;
 - Publicidade das demonstrações contábeis e balancetes;
 - Participação ativa em reuniões da Câmara Municipal para esclarecimentos e política de crescimento da Instituição;
 - Participação em debates e conferências locais (Reuniões de meio ambiente, fóruns de saúde, mobilidade, segurança, agricultura, OAB, Indústria e Comércio, etc.);
- Reuniões de Congregação e do Conselho Curador que possibilitam decisões democráticas, destacando-se também o Conselho Diretor;
- Publicações no site e jornais da cidade, buscando dar transparência às ações.

16. Gincana Solidária

Iniciada em 2020, é uma ação social idealizada pelo Centro de Ciências Exatas, Tecnologias e Negócios (CCETN) com a participação de todos os centros, que visa arrecadar alimentos, roupas, produtos de higiene, entre outros, para doação. Os discentes se organizam em equipes e as que mais arrecadam são premiadas como forma de motivação e agradecimento à participação desta atividade social.

A cada ano é firmada uma parceria com uma ou mais instituições sociais do município, e por meio desta parceria é planejada a gincana de arrecadação. Em 2020, realizou-se a arrecadação de alimentos, os quais foram doados à Santa Casa de Penápolis e ao Hospital Espírita João Marchesi, que repassaram às famílias por eles atendidas. Em 2021 foram arrecadados agasalhos, cobertores e alimentos os quais foram doados, por intermédio do Fundo Social de Solidariedade de Penápolis, a famílias do município de Penápolis.

17. Feira de profissões

Iniciada na década de 2000, a atividade é parte do calendário institucional. Trata-se de uma ação de recepção e acolhimento de alunos do Ensino Médio de Penápolis e região, cujo objetivo principal é apresentar a realidade do Ensino Superior como expressão de um caminho possível na trajetória de vida de cada um desses alunos.

A Feira de Profissões comporta orientação vocacional, apresentação dos cursos, dos serviços ofertados pela IES e de sua estrutura, apresentação do mercado do trabalho e de histórias de sucesso profissional.

A Instituição reconhece seu papel no sentido de possibilitar um olhar mais objetivo acerca da possibilidade de ingresso no Ensino Superior, até porque a FAFIPE conta com ações que viabilizam esse processo (bolsas, descontos, etc), e das consequências dessa formação para a vida das pessoas.

18. Bate Papo FUNEPE

O Bate Papo FUNEPE é uma ação que acontece desde 2018 e conta com a participação de professores e coordenadores dos cursos de graduação.

Trata-se de um ciclo de pequenas apresentações nas escolas de Ensino Médio de Penápolis e região, que culminam com perguntas e respostas acerca dos cursos oferecidos pela FAFIPE. Objetiva-se apresentar as características dos cursos, mas para além disso, informar e

apresentar dados acerca das diferentes profissões e áreas de atuação profissional. Com isso, os egressos do Ensino Médio podem realizar escolhas mais acertadas e fundamentadas para seu futuro profissional.

Na mesma perspectiva da Feira de Profissões, o Bate Papo FUNPE promove um importante incentivo ao acesso ao Ensino Superior, pois além de apresentar cursos e informações acerca desses, destaca as ferramentas (institucionais e governamentais) que possibilitam esse acesso.

Cabe registrar que as políticas institucionais de desenvolvimento econômico e a responsabilidade social se articulam aos objetivos e valores institucionais.

2.11 Políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural

As atividades de ensino, pesquisa, extensão e de gestão desenvolvidas na IES contemplam a responsabilidade social e o estímulo à cultura em seus valores, especialmente no que se refere à sua contribuição para a inclusão, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Além disso, observam o disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, no Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002 e na Resolução CP/CNE nº 02/2012, que estabelecem as políticas de educação ambiental.

As atividades de iniciação artística e cultural, a defesa do patrimônio artístico e a difusão das produções discentes e docentes serão regidas na IES pelos seguintes princípios:

- a) liberdade de expressão, criação e fruição;
- b) respeito à diversidade cultural;
- c) respeito aos direitos humanos;
- d) direito de todos à arte e à cultura;
- e) direito à memória e às tradições;
- f) responsabilidade socioambiental;
- g) valorização da produção artística e da cultura como atividades acadêmicas e vetores do desenvolvimento sustentável.

Há, no contexto das políticas de ensino, pesquisa e extensão, ações e projetos específicos que tratam da valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Tais projetos se consubstanciam em iniciativas institucionais que se desenvolvem desde a estruturação de departamentos e equipes que se dedicam aos diferentes temas e demandas, até a destinação de orçamento para fomentar a criação de atividades de ensino, pesquisa e extensão que contemplem essas questões.

Em consonância com os objetivos do Plano Nacional de Cultura (Lei nº 12.343/2010), a IES implementa ações no sentido de:

- a) reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional e brasileira;
- b) proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e material regional;
- c) valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;
- d) propiciar o acesso à arte e à cultura;
- e) estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;
- f) estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos;
- g) estimular a sustentabilidade socioambiental.

Para o período de vigência do seu PDI, a IES, além de desenvolver sua agenda de eventos institucionalizados, ampliará ações de estímulo às participações docentes e discentes em atividades de ensino, pesquisa e extensão, e em eventos culturais e artísticos, internos e externos; envolvendo aspectos de diversidade, meio ambiente e saúde, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.

A valorização da diversidade se dá em ações que promovem a inclusão dos acadêmicos, por meio de políticas de incentivo ao ingresso (bolsas e descontos), em ações de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, por meio do trabalho desenvolvido de maneira sistemática pelo Núcleo de Acessibilidade , Inclusão e Diversidade – NAID.

3. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS

3.1 Graduação presencial

Para o período de vigência deste PDI, visando o desenvolvimento da comunidade local e regional, a instituição pretende implantar os cursos descritos na Tabela 10, na modalidade presencial. Cabe salientar que, com a exceção de Nutrição e Biomedicina, todos foram protocolados e estavam com a tramitação avançada no CEE/SP. Todavia, em consequência da migração para o Sistema Federal, serão reiniciados todos os processos de autorização.

Tabela 10: Cronograma de abertura de Cursos de Graduação, modalidade Presencial.

Denominação do curso	Grau	Vagas	Carga horária	Turno	Ano pretendido
Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	60	4.220	Noturno	2022
Biomedicina	Bacharelado	60	3.200	Noturno	2022
Design de Interiores	CST*	40	1.900	Noturno	2022
Engenharia de Software	Bacharelado	60	3.394	Noturno	2022
Tecnologia em Alimentos	CST*	60	2.700	Noturno	2022
Comunicação Social com Habilitação em Mídias Digitais	Bacharelado	60	3.600	Noturno	2023
Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda	Bacharelado	60	3.600	Noturno	2023
Fisioterapia	Bacharelado	60	4.160	Noturno	2023
Medicina Veterinária	Bacharelado	60	4.593	Integral	2023
Nutrição	Bacharelado	60	3.200	Noturno	2023
Ciências Biológicas	Licenciatura	50	3.218	Noturno	2024
Ciências Sociais	Licenciatura	50	3.218	Noturno	2024
Filosofia	Licenciatura	40	3.252	Noturno	2024
Geografia	Licenciatura	50	3.252	Noturno	2024
História	Licenciatura	50	3.218	Noturno	2024
Letras -Português e Inglês	Licenciatura	50	3.286	Noturno	2024
Matemática	Licenciatura	50	3.286	Noturno	2024
Química	Licenciatura	50	3.262	Noturno	2024

*CST - Curso Superior de Tecnologia.

Além da oferta de novos cursos, também foram pleiteados para cursos de graduação já existentes:

a) o aumento do número de vagas para o curso de Medicina, o qual passaria de 66 vagas para 80 vagas a partir de 2022 por meio de projeto enviado ao Conselho Estadual de Ensino (CEE) em novembro de 2020. Entretanto, conforme já apontado, a IES deverá aguardar a reabertura do sistema para solicitação de ampliação dessas vagas, o que está previsto para 2023 (Tabela 11)

Tabela 11: Cronograma de aumento do número de vagas de Cursos de Graduação, modalidade Presencial.

Denominação do Curso	Grau	Turno	Vagas pleiteadas	Ano pretendido
Medicina	Bacharelado	Integral	14	2023

A Instituição, no intuito de ampliar a política de reserva de vagas e de cumprimento da sua função social, pretende estender para o curso de Medicina o programa de reserva de vagas no modelo das diretrizes da Lei nº 12.711/2012.

O projeto pedagógico do curso de Medicina foi elaborado para 80 vagas, e para atender a esse número de estudantes foi providenciada estrutura necessária: salas de aula, laboratórios e equipamentos. Foi também considerando as 80 vagas que os especialistas avaliadores do Projeto Pedagógico verificaram e aprovaram a estrutura do sistema de saúde local e regional – apresentado como campo de estágio do Curso. Todavia, o Conselho Estadual de Educação de São Paulo - CEE-SP - autorizou a abertura de apenas 66 vagas.

b) Oferta do grau de Licenciatura para o curso de Educação Física a partir de 2022 - já oferece Bacharelado desde o ano de 2017 (Tabela 12).

Tabela 12: Cronograma de abertura de cursos de graduação em novo grau, modalidade presencial.

Denominação do Curso	Grau pleiteado	Turno	Número de vagas	Ano pretendido
Educação Física	Licenciatura	Noturno	60	2022

Em dezembro de 2019, o MEC publicou a Portaria nº 2.117, que autoriza a introdução

de carga horária na modalidade de Ensino à Distância (EAD) em cursos de graduação presenciais ofertados pelas IES, até o limite de 40% da carga horária total do curso, condicionada à observância e ao cumprimento de suas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). A introdução desse percentual de carga horária na modalidade EAD favorece a utilização do modelo híbrido de ensino, o qual tem demonstrado grande potencial no processo de ensino-aprendizagem, pois reforça o protagonismo do estudante no próprio aprendizado.

Dessa forma, além do estudo individual *online*, entre pares e com o professor na sala de aula, o modelo pode envolver práticas mediadas pela tecnologia, promovendo uma transformação no olhar do aluno de como esta ferramenta pode ser utilizada para o seu crescimento e construção do conhecimento.

Nesse sentido, os diretores dos centros, em conjunto com os coordenadores de curso, têm realizado discussões, bem como a revisão das matrizes curriculares dos cursos de Administração, Contábeis e Engenharia Agrônômica (CCETN), Direito, Pedagogia e Psicologia (CECH), Educação Física e Enfermagem (CCBS) para a introdução de até 40% da carga horária total na modalidade de EAD (Tabela 13).

Tabela 13: Distribuição de cursos de graduação presencial com previsão de introdução de até 40% de EAD na carga horária total do curso.

Centro	Curso	Turno	Ano pretendido
CCETN	Administração	Noturno	2023
	Ciências Contábeis	Noturno	2023
	Engenharia Agrônômica	Noturno	2023
CECH	Direito	Noturno	2023
	Pedagogia	Noturno	2023
	Psicologia	Noturno	2023
CCBS	Educação Física	Noturno	2023
	Enfermagem	Noturno	2024

3.2 Graduação a distância

A oferta de cursos de Graduação integralmente na modalidade EAD é um assunto em discussão na Instituição.

3.3 Pós-graduação presencial

Há previsão de implantação de novos cursos de pós-graduação *lato sensu*, podendo ou não ser em parceria com outras instituições. Quanto a cursos de pós *stricto sensu*, serão realizados estudos e discussões para analisar a viabilidade de implantação.

Para o período de vigência deste PDI, a instituição continuará ofertando os cursos de pós-graduação já existentes e prevê a oferta dos seguintes cursos de Pós-Graduação *lato sensu* na modalidade presencial (Tabela 14):

Tabela 14: Cronograma de abertura de Cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, modalidade Presencial.

Denominação do Curso	Carga horária (h)	Número de vagas	Ano pretendido
Atividade Física para Populações Especiais	450	60	2022
Direito Agrário	360	60	2022
Especialização em Gestão Pública	360	40	2022
Matemática na Educação Infantil	360	30	2022
Psicologia Clínica	360	30	2022
Sexualidade Humana	360	30	2022
Gestão Ambiental	360	60	2023
Ludicidade na Educação Infantil	360	30	2023
Gestão Logística	360	60	2024

3.4 Pós-graduação a distância

Assim como já relatado para cursos de Graduação, a Instituição também discute a possibilidade e a viabilidade da oferta de cursos de Pós-Graduação integralmente na modalidade EAD.

3.5 Cursos de Extensão

Os cursos de extensão promovidos pela FAFIPE/FUNEPE estão articulados às demandas locais e regionais, sendo implementados de acordo com as necessidades observadas na comunidade. Além da consolidação dos programas já existentes, e compreendendo a

abrangência das atividades de extensão, destaca-se o planejamento apresentado na Tabela 15. Outros cursos poderão ser instalados conforme pesquisa e manifestação de demanda.

Tabela 15: Cronograma de abertura de Cursos de Extensão no período de vigência deste PDI.

Denominação do Curso	Carga horária (h)	Número de vagas	Ano pretendido
Curso preparatório para OAB - 1ª e 2ª Fase -Teoria, 52 Prática e Resolução de Questões	52	60	2021
Inglês na FUNPE - Módulo Básico	32	30	2021
Inglês na FUNPE - Módulo Intermediário	32	30	2021
Inglês na FUNPE - Módulo Avançado	32	30	2022
Marketing digital - Comunicação Integrada de Marketing	28	40	2022

4. PERFIL DO CORPO DOCENTE

4.1 Requisitos de titulação e experiência profissional do corpo docente

A carreira docente da FAFIPE é composta pelas seguintes categorias: I - Professor Especialista, II - Professor Mestre, III - Professor Doutor, IV - Professor Efetivo.

O enquadramento do docente na carreira dar-se-á mediante apresentação de documentação comprobatória, respeitando os pré-requisitos estabelecidos nas categorias funcionais.

Em relação a titulação, exige-se titulação obtida em programa de pós-graduação stricto sensu para as categorias de Professor Mestre e Professor Doutor. Para o Professor Especialista, exige-se certificado de conclusão de curso de pós-graduação "lato sensu". O Professor Efetivo deve integrar o quadro docente da Instituição, nas categorias descritas anteriormente, e ser nomeado para cumprir atividade pedagógica ou administrativa.

A experiência profissional é avaliada e valorizada nos processos de contratação e a experiência docente no magistério do ensino superior é critério de progressão de categoria.

O corpo docente dos diferentes cursos ofertados pela FAFIPE está assim constituído com relação às titulações (Tabela 16).

Tabela 16. Composição do corpo docente da FAFIPE e suas respectivas titulações.

Curso	Quantidade	Titulação (%)
Administração	19	26,3% Doutor - 63,2% Mestre - 10,5% Especialista
Ciências Contábeis	17	17,6% Doutor - 76,5% Mestre - 5,9% Especialista
Direito	18	22,2% Doutor - 66,7% Mestre - 11,1% Especialista
Educação Física	16	31,5% Doutor - 56,3% Mestre - 12,5% Especialista
Enfermagem	08	50,0% Doutor - 37,5% Mestre - 12,5% Especialista
Engenharia Agrônômica	23	60,9% Doutor - 34,8% Mestre - 4,3% Especialista
Medicina	40	42,5% Doutor - 20,0% Mestre - 37,5% Especialista

Pedagogia	20	35,0% Doutor - 45,0% Mestre - 20,0% Especialista
Psicologia	16	50,0% Doutor - 43,8% Mestre - 6,2% Especialista

O quadro geral de docentes da IES é composto por 120 docentes, sendo, 38,3% titulados com doutorado, 40,0% titulados com mestrado e 21,7% especialistas.

4.2 Critérios de seleção e contratação de professores

O quadro docente, responsável por tarefas inerentes às funções ligadas ao ensino, à pesquisa e iniciação científica e à extensão dos cursos oferecidos, será constituído de professores que, além de reunirem qualidades de educador e pesquisador, assumem o compromisso de respeitar os princípios e valores explicitados nos ordenamentos institucionais e as decisões dos órgãos deliberativos e executivos. A seleção e a contratação do professor buscam atender às necessidades da Instituição e ocorrem em consonância com as exigências legais, no que diz respeito à titulação.

A contratação do docente ocorre mediante processo seletivo, em conformidade com as normas elaboradas pela Comissão de Processos Seletivos (CoPPS), e apresentação de documentação comprobatória, respeitando os pré-requisitos estabelecidos nas categorias funcionais.

Nos termos das normas de contratação, são critérios de seleção de docentes:

- Currículo do candidato com destaque para titulações acadêmicas, produção científica e experiência de docência no ensino superior;
- Tempo de experiência profissional vinculada à disciplina ou à modalidade;
- Exposição e arguição de um tema voltado ao componente curricular de interesse;
- Entrevista com a comissão de seleção.

A forma de contratação, regime de trabalho e categoria do docente é fixada no Plano de Carreira, Emprego e Salários, aprovado pelo Conselho Diretor.

4.3 Políticas de qualificação e plano de carreira do corpo docente

A Instituição prioriza a prática da qualificação do corpo docente de forma constante.

Nesse sentido, desenvolveu o Programa de Qualificação Docente da FUNPE, cujo objetivo geral é oferecer suporte para o ensino e a pesquisa, visando à qualificação profissional do corpo docente da Instituição e a manutenção do reconhecimento dos cursos oferecidos.

O Programa de Qualificação Docente da FUNPE foi definido com o intuito de atender à demanda dos docentes, aliada às necessidades institucionais, tanto para contribuir com o processo de construção de conhecimento e de competências da própria Instituição, como para promover o crescimento pessoal e profissional dos professores.

A Instituição desenvolve uma política de qualificação docente de forma a contemplar as seguintes possibilidades:

- I. auxílio para participação em congressos, jornadas, mesas redondas e encontros de caráter científico, cultural ou artístico, tanto de caráter nacional como internacional, desde que o docente esteja representando a Instituição;
- II. suporte para captação de recursos externos junto a organismos financiadores de projetos e pesquisas, nacionais e internacionais;
- III. suporte para cooperação com outras entidades e formas de intercâmbio inerentes às atividades de extensão e pós-graduação;
- IV. capacitação continuada coordenada pelo Departamento de Metodologias de Ensino.

A capacitação continuada terá suas áreas definidas mediante pesquisas aplicadas pelo Departamento de Metodologias de Ensino aos docentes para identificação das necessidades nas quais serão realizados treinamentos, palestras, workshops, dentre outros.

O Plano de Carreira Docente preverá subsídio anual a ser consignado no orçamento da Instituição para a capacitação de seus membros, tendo em vista as prioridades acadêmicas estabelecidas e as disponibilidades orçamentárias.

A Política de Capacitação Docente está regulamentada em documento próprio.

4.4 Regime de trabalho e procedimentos de substituição eventual de professores

A FAFIPE conta com professores contratados em regime celetista, sendo enquadrados em:

- Regime de trabalho especial (TE) - contratação de docente por hora/aula ou atividade;
- Regime de tempo parcial (TP) - contratado para 12 ou mais horas semanais de

trabalho na Instituição, dedicado à docência e/ou pesquisa e/ou gestão;

- Regime de tempo integral (TI) - contratado para 40 horas semanais de trabalho na Instituição, dedicado à docência e/ou pesquisa e/ou gestão.

A distribuição do corpo docente da IES em relação ao regime de trabalho está descrito na Tabela 17.

Tabela 17. Distribuição do corpo docente da FAFIPE em relação ao regime de trabalho.

Horas semanais de atividade	Quantidade de docentes	%
Aulista	57	47,5%
10 horas/aula	04	3,3%
15 horas/aula	05	4,2%
20 horas/aula	18	15,0%
25 horas/aula	01	0,8%
30 horas/aula	16	13,3%
35 horas/aula	02	1,7%
40 horas/aula	17	14,2%
Total	120	

A substituição eventual ocorre quando o docente pede afastamento da instituição ou quando assume cargo de gestão na FAFIPE ou FUNEPE. No primeiro caso, o docente precisa estar há pelo menos cinco anos na Instituição, podendo ficar até dois anos afastado. No caso daquele que assume cargo de gestão, sendo considerado professor efetivo pelo Regimento Interno, findando-se o mandato ou exonerando-se do cargo em gestão, poderá reassumir as aulas que ministrava anteriormente e as que lhe foram atribuídas durante o afastamento.

Durante o afastamento ou ocupação de cargo de gestão, as substituições ocorrem por membros do corpo docente que ministram as mesmas disciplinas ou disciplinas correlatas ou, ainda, que tenham qualificação para ministrá-las. Quando o período é estendido, há contratação de novo docente por tempo determinado.

4.5 Cronograma de expansão do corpo docente

ANOS	OUTOR	MESTRE	ECIALISTA	TEGRAL	ARCIAL	ORISTA	TOTAL
2021	46	48	26	17	42	61	120
2022	60	60	35	22	54	79	155
2023	70	70	40	25	63	92	180
2024	78	78	49	29	72	104	205
2025	86	86	53	31	79	115	225

A IES planeja um aumento do corpo docente, além de ampliação das jornadas parciais e integrais que possibilitarão otimização das contratações já existentes, oferecendo, dessa forma, maiores possibilidades de atuação dos professores que pertencem ao quadro atual da IES. O modelo de expansão projetado é suficiente para o atendimento dos cursos previstos e da legislação no que tange aos percentuais mínimos relativos à titulação e jornada de trabalho

5. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

As atividades de natureza administrativa são desempenhadas na Instituição pelo corpo técnico-administrativo. O corpo técnico-administrativo da FAFIPE/FUNPE é composto por 63 colaboradores que atuam em 16 setores, conforme apresentado na tabela abaixo:

Tabela 18: Distribuição do corpo técnico-administrativo por setor.

Setor	Número de colaboradores
Jurídico	4
Compras	4
Administração	5
Financeiro	5
Secretaria	10
Manutenção	14
Portaria	1
Biblioteca	3
Recursos humanos	2
Técnico profissionalizantes	2
Marketing	3
Laboratório	4
TI/FUNPE	2
CEPAC/FUNPE	3
Comitê de ética	1
Total	63

A admissão do corpo técnico-administrativo é realizada de acordo com a demanda da instituição, mediante abertura de vaga, seja por necessidade de aumento de quadro ou vacância do cargo. O processo de contratação envolve a forma de recrutamento, a construção do perfil da vaga (com as habilidades e competências necessárias, atividades a serem desenvolvidas, horário, local, etc) e divulgação da vaga -, a etapa da seleção – que contempla análise de

currículo e entrevista individual. O setor responsável pelo recrutamento e seleção de pessoal é o Departamento de Recursos Humanos, que segue normas que consideram, em especial, os requisitos à seguir:

- Formação;
- Experiência na área de atuação desejada;
- Perfil pessoal e profissional;
- Capacidade de trabalho em equipe.

5.1 Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo

ANOS	ABORADORES
2021	63
2022	68
2023	73
2024	78
2025	83

O modelo de expansão projetado é suficiente para o atendimento dos cursos previstos e das demandas institucionais.

5.2 Política de Capacitação do Corpo Técnico-administrativo

A Política de Capacitação do corpo técnico-administrativo da FAFIPE tem como objetivos:

- a) Implementação de um processo de recrutamento e seleção por competência;
- b) Fortalecimento da Missão, Visão e Valores da instituição junto aos seus profissionais e público externo;
- c) Aplicação de pesquisas voltadas ao ambiente de trabalho (clima organizacional, satisfação no trabalho, qualidade de vida no trabalho, espiritualidade organizacional);
- d) Aplicação de treinamentos voltados a área comportamental, como atendimento ao cliente, comunicação organizacional, propósito para a organização, ética organizacional, liderança, dentre outros.
- e) Implementação de um processo de integração ao recém-contratado;
- f) Implementação de um código de conduta para a instituição.

A Instituição, no contexto de elaboração da política de capacitação do corpo técnico-administrativo, implantou o Programa de Pesquisas em Gestão de Pessoas, que tem como principal objetivo auxiliar a área do Recursos Humanos a atuar de forma assertiva e estratégica

no que tange ao gerenciamento de pessoas e do ambiente organizacional. O programa se concretiza por meio da aplicação de pesquisas no ambiente de trabalho, tratamento e levantamento de dados e processos de treinamentos comportamentais.

O Programa de Pesquisas em Gestão de Pessoas da FUNEPE foi definido, ainda, com o intuito de atender às demandas dos colaboradores da área técnico-administrativa, aliada às necessidades institucionais, tanto para contribuir com o processo de construção de conhecimento e de competências da própria Instituição, quanto para promover o crescimento pessoal e profissional dos colaboradores.

Cumpra esclarecer que após a identificação das necessidades formativas e de treinamento, o Departamento de Metodologias de Ensino fica responsável pela promoção das capacitações.

O Plano de Carreira Docente preverá subsídio anual a ser consignado no orçamento da Instituição para a capacitação de seus membros, tendo em vista as prioridades estabelecidas e as disponibilidades orçamentárias.

A Política de Capacitação do corpo técnico-administrativo está regulamentada em documento próprio.

5.3 Plano de carreira do corpo técnico-administrativo

A instituição conta com um plano de carreira para o corpo técnico-administrativo cujo objetivo é organizar seus cargos, por meio de padrões de remuneração que respeitem os graus hierárquicos, funções e atribuições e se presta, ainda, a nortear as contratações, conter possíveis desníveis no sistema salarial e proporcionar a valorização dos profissionais, guiando o crescimento profissional e institucional.

O corpo técnico-administrativo é constituído por funcionários contratados pela FUNEPE, mantenedora da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Penápolis – FAFIPE, e categorizado em Grupo de Apoio Operacional, Grupo de Apoio Técnico, Grupo de Apoio Administrativo e Grupo de Apoio Gerencial. Os grupos mencionados abrangem os empregados administrativos e os dos órgãos de apoio pedagógico.

Nos termos do plano de carreira, o corpo técnico-administrativo conta com uma política de promoção, constituída por promoção horizontal e vertical., sendo a primeira concedida por meio da análise de critérios de mérito e tempo de serviço e a segunda refere-se à passagem de um nível ou para um cargo inicial na classe subsequente ou imediatamente superior ao que ocupa.

6. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO

6.1 Estrutura organizacional com as instâncias de decisão

A instituição entende que um modelo organizacional coerente com os seus princípios e suas finalidades deve ser aquele capaz de representar a sua estrutura e as suas relações funcionais, revelando alto grau de co-participação, com vistas à integração da pessoa à instituição, seja nos colegiados, seja na comunidade.

A estrutura organizacional adotada evidencia um conjunto de elementos que interagem continuamente, formando um todo sinérgico e mantendo-se em permanente interdependência, orientado por objetivos pré-definidos, permitindo o sentido de instituição e não de partes, e de unidade na universalidade de atividades e na diversidade do pensamento.

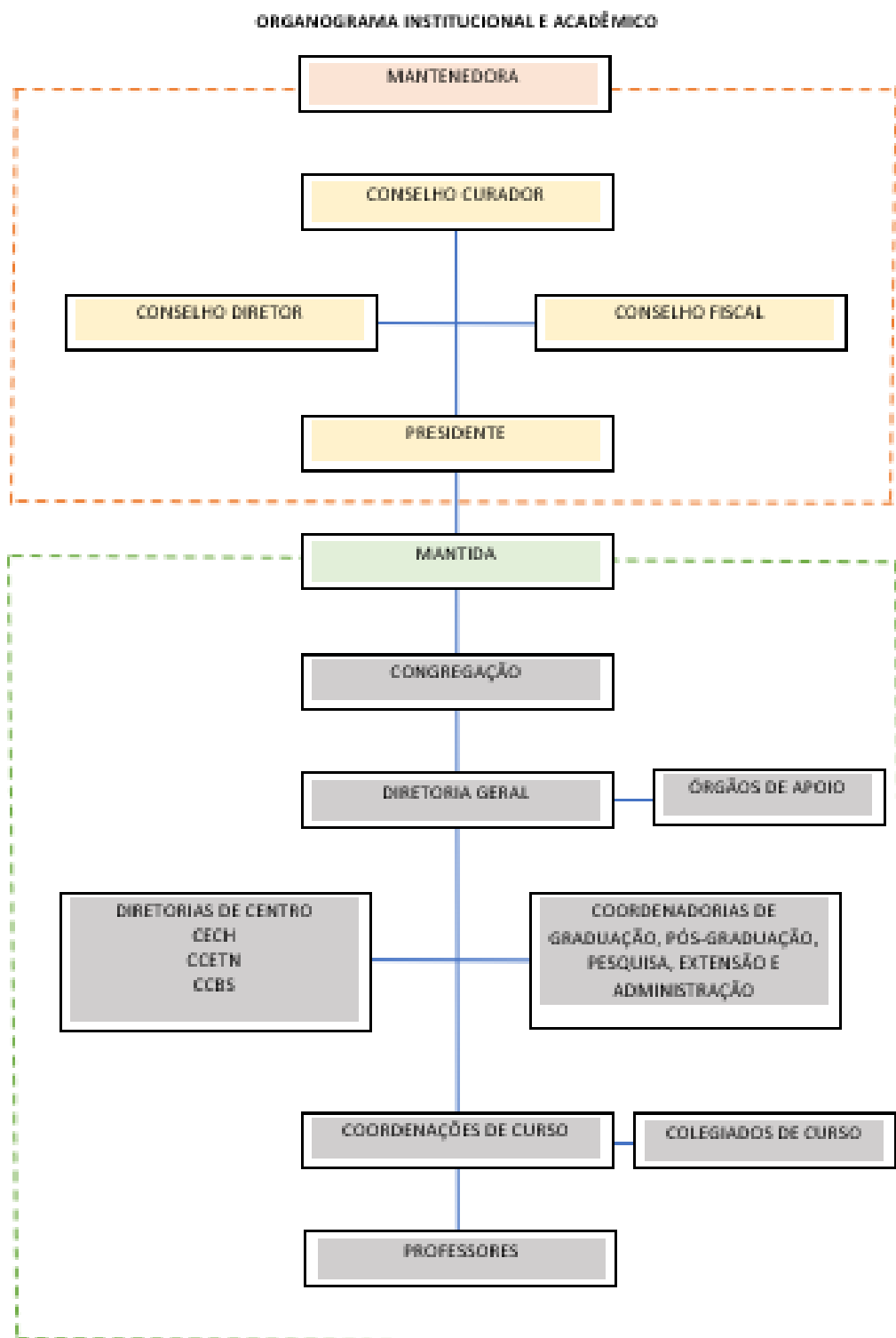
Um elemento presente no modelo de organização adotado pela FAFIPE é o de colegiado como característica organizacional que visa propiciar um amplo nível de participação no processo de tomada de decisões, dentro de suas competências. A organização colegiada é inerente à própria natureza de instituições que se caracterizam como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos. Os colegiados estão presentes ao nível de cursos e da própria instituição como um todo e são constituídos segundo critérios de representatividade, descritos no Regimento da Instituição, asseguram a adoção dos princípios de democracia, da participação e da co-responsabilidade.

As características do modelo organizacional adotado pela FAFIPE/FUNEPE são as seguintes:

- os órgãos da administração da Mantenedora (FUNPEPE), correspondem ao Conselho Curador, Conselho Diretor, Conselho Fiscal, Presidência e Vice-Presidência;
- os órgãos da administração da Mantida (FAFIPE), correspondem a Congregação, Diretoria Geral, Diretorias de Centro, Coordenadorias de Graduação, Pós-graduação, Pesquisa, Extensão e Administração;
- as atividades de ensino, pesquisa e extensão são desenvolvidas pelos cursos com apoio da Coordenação de Curso e do Núcleo Docente Estruturante, sob deliberação do Colegiado de Curso;
- os órgãos de apoio auxiliam e prestam assistência técnica ao ensino, à pesquisa, à extensão e à administração, Coordenações de Cursos e Colegiados de Curso.

6.2 Organograma institucional e acadêmico

Figura 2: Estrutura organizacional da FAFIPE/FUNEPE



6.3 Órgãos Colegiados: competências e composição

6.3.1 Órgãos da Administração Superior

São órgãos da Administração Superior:

- a) Da Mantenedora:
 - Conselho Curador.
- b) Da Mantida:
 - Congregação;
 - Diretoria Geral.

O Conselho Curador, órgão máximo da Mantenedora, tem caráter deliberativo e, nos termos do estatuto da Fundação, conta com as seguintes atribuições:

I – Eleger, por escrutínio secreto, de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos, o Presidente e o Vice-Presidente da Fundação, cabendo um voto a cada membro;

II – Destituir, por escrutínio secreto, o Presidente e/ou Vice-Presidente, assim como qualquer outro ocupante de cargos administrativos, em qualquer dos seus órgãos;

III – Indicar 02 (dois) de seus membros, sendo um efetivo e o outro suplente, para presidir o Conselho Fiscal;

IV – Apreciar os nomes de membros para sua composição conforme indicação vinda do Conselho Diretor;

V – Aprovar as indicações vindas do Conselho Diretor de quatro profissionais da área contábil, com atividades na cidade de Penápolis, que comporão o Conselho Fiscal, sendo dois efetivos e dois suplentes;

VI – Aprovar a participação da Fundação no capital de outras empresas, cooperativas, condomínios ou outras formas de associativismo, bem como organizar empresas, cuja atividade interesse aos objetivos da Fundação;

VII – Aprovar o Regimento Interno da Fundação;

VIII – Aprovar o Regulamento de Contratações de Compras, Obras, Serviços, Alienações e Locações;

IX – Aprovar modificações neste Estatuto, observada a legislação vigente;

X – Aprovar a prestação de contas anula apreciada pelo Conselho Diretor após parecer do conselho Fiscal;

XI – Autorizar a alienação a qualquer título, o arrendamento, a oneração ou o gravame dos bens imóveis da Fundação;

XII – Autorizar a contratação de auditores independentes;

XIII – Deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da Fundação que lhes forem submetidos;

XIV – Ratificar a indicação do Vice-Presidente;

XV – Decidir pela extinção da Fundação;

XVI – Resolver os casos onissos do Esaturo e do regimento Interno.

O Conselho Curador apresenta a seguinte constituição:

I – Pelos subscritores da Escritura de Instituição da Fundação, que serão considerados vitalícios;

II – Pelos que houverem feito doações especiais de bens livres, por aprovação da maioria do Conselho Curador;

III – Pelos que se distiguirem no meio local pelo saber notório ou pela alta relevância de seu comportamento profissional, moral e social, por aprovação da maioria do Conselho Curador;

IV – Pelos que houverem exercido, até seu final, mandatos da Administração Superior da Fundação;

V – Pelo Presidente, que o presidirá;

VI – Pelo Vice-Presidente da Fundação;

VII – Pelos Dirigentes das Instituições de Ensino da Fundação;

VIII – Pelo Prefeito ou Vice-Prefeito Municipal;

IX – Por 1 (um) representante da Secretaria de Administração, indicado pelo Prefeito Municipal de Penápolis;

X - Por 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, indicado pelo Prefeito Municipal de Penápolis;

XI - Por 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação, indicado por votação direta dos membros do próprio Conselho.

A Congregação é o órgão máximo deliberativo, normativo, jurisdicional e consultivo, em matéria didática e disciplinar da Mantida, e tem como atribuições:

I - aprovar o Regimento ou quaisquer alterações nele ocorridas, submetendo-o à aprovação do Conselho Nacional de Educação;

II - apreciar documentos que lhe sejam submetidos pelo Diretor Geral;

III - deliberar sobre a instalação, expansão, modificação ou extinção de cursos de Graduação e de Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*;

IV - manifestar-se, quando instada pelo Diretor-Geral, sobre a instalação, expansão, modificação ou extinção de cursos de Pós-Graduação *latu sensu*;

V - apreciar recursos interpostos às decisões dos demais órgãos, em matéria didático-científica e disciplinar;

VI - decidir sobre a concessão de dignidades acadêmicas;

VII - formatar e formalizar a entrega da lista tríplice das chapas candidatas à Diretoria Geral e dos Diretores de Centros;

VIII - quando instada pelo Diretor Geral, deliberar sobre assuntos acadêmicos cuja complexidade assim demande.

Nos termos do Regimento Interno, a Congregação é composta:

I - pelo Diretor Geral, que é seu presidente, e pelo Vice-Diretor Geral;

II - pelos Diretores de Centro;

III - pelos Coordenadores das Coordenadorias;

IV - por um Coordenador de Curso de Graduação de cada Centro, escolhido entre os seus pares Coordenadores;

V - por um Coordenador de Curso de Pós-Graduação de cada Centro, escolhido entre os seus pares Coordenadores;

VI - por dois representantes do corpo docente de cada Centro, escolhido entre os seus pares e com mandato de 2 (dois) anos, com direito a uma recondução;

VII - por um representante do corpo discente de cada Centro, escolhido entre os seus pares e com mandato de 2 (dois) anos, sem direito a recondução;

VIII - pelo Presidente da FUNEPE, ou seu representante;

IX - por 2 (dois) representantes do corpo técnico-administrativo, sendo um indicado pela FUNEPE e outro indicado pela FAFIPE, para mandato de 2 (dois) anos, com direito a uma recondução.

A Diretoria Geral é responsável pelo planejamento, supervisão, execução, fiscalização e avaliação das atividades da FAFIPE, sendo ocupada pelo Diretor Geral e Vice-Diretor Geral, os quais poderão ser assistidos por um Assistente de Direção Geral.

São atribuições do Diretor Geral:

I - autorizar, ou delegar a outrem, o poder de autorizar as publicações envolvendo a FAFIPE;

II - aprovar normas sobre a organização e funcionamento dos órgãos de apoio;

III - planejar, orientar e supervisionar as atividades administrativas e os serviços da

FAFIPE;

IV – levar à Congregação proposta de instalação, expansão, modificação ou extinção de cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu*;

V - supervisionar a execução dos serviços escolares, dos processos de admissão de alunos e do controle dos assentamentos oficiais ligados ao ensino;

VI - expedir ordem de abertura do processo seletivo para admissão discente e designar comissão para coordenar tal processo;

VII - nomear os Diretores de Centros ou destituí-los mediante apuração de faltas graves, “ad referendum” da Congregação; nomear e destituir os Coordenadores das Coordenadorias; nomear e destituir os Assessores de Gestão Acadêmica; respeitando a legislação em vigor e as disposições deste Regimento;

VIII - autorizar os Diretores de Centro a criar ou extinguir Departamentos, Institutos, Laboratórios, Núcleos e congêneres relacionados às disciplinas de suas áreas de saber;

IX - elaborar o Calendário Escolar e o Calendário Anual de Eventos para o ano subsequente;

X - aprovar o Relatório e Plano Anual das Coordenadorias;

XI - convocar Diretores de Centro e Coordenadores de Coordenadorias para a reunião de planejamento semestral, e presidi-la;

XII - convocar e presidir a reunião geral do corpo docente para o planejamento semestral;

XIII - supervisionar a elaboração do Manual do Estudante que será anualmente disponibilizado no site www.funepe.edu.br;

XIV - convocar e presidir as reuniões da Congregação;

XV - expedir edital para recepcionar as chapas de candidatos a Diretor Geral e a Vice-Diretor Geral, bem como Diretores de Centro;

XVI - conferir grau, assinar diplomas, títulos e certificados escolares;

XVII - resolver os casos omissos do Regimento *ad referendum* da Congregação.

6.3.2 Órgãos da Administração Acadêmica

São órgãos da Administração Acadêmica:

a) Órgão deliberativo: Colegiado de Curso;

b) Órgão Executivo: Coordenação de curso.

Os Colegiados de curso, enquanto órgãos da administração acadêmica, tem sua

composição e atribuições previstas, conforme segue:

I – Composição dos colegiados:

- Diretor de Centro, que presidirá as reuniões;
- Coordenador do Curso;
- 2 (dois) representantes docentes do curso, escolhidos entre seus pares, com mandato de um ano;
- 1 (um) representante discente de cada ano do curso, escolhido entre seus pares, com mandato de um ano;
- 1 (um) representante do pessoal técnico-administrativo, indicado pela Direção Geral.
- II – Atribuições dos colegiados:
 - analisar e encaminhar questões advindas do corpo discente, docente e pessoal técnico-administrativo;
 - propor medidas e ações para o bom desempenho do curso;
 - analisar casos de infração disciplinar, quando instado pela Coordenação do Curso, Direção de Centro ou Direção Geral.

6.4 Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas

São órgãos de apoio às Atividades Acadêmicas: Biblioteca; Secretaria Pedagógica, CPA, Assistência de Direção Geral, Laboratórios.

6.5. Autonomia da IES em relação à Mantenedora

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis, mantida pela Fundação Educacional de Penápolis, goza de autonomia didático-pedagógica, científica e disciplinar, na forma da Legislação Federal, do Regimento Interno e, no que couber, dos ordenamentos da Mantenedora.

7. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

As políticas de atendimento aos discentes têm a finalidade de fomentar e acompanhar o acesso, o acolhimento, a permanência e o êxito dos estudantes na instituição, por meio de programas e ações de combate à evasão e de promoção à retenção que englobam, por exemplo, a concessão de auxílios financeiros e bolsas; ações de nivelamento; a monitoria; o atendimento psicopedagógico. São, ainda, objeto da política, o acompanhamento dos egressos e o estímulo à organização estudantil.

7.1 Formas de Acesso ao curso

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis realiza Processo Seletivo Classificatório anualmente, exceto para o curso de Medicina, que realiza semestralmente para reserva de vagas.

A realização de cada processo seletivo para admissão de candidatos aos cursos da Instituição se dá em conformidade com a legislação vigente e, no que cabe, é regida por normas elaboradas pela Comissão designada pelo Diretor Geral para tal fim.

O processo seletivo para admissão de candidatos à matrícula nos cursos de graduação é aberto a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente, todavia, podem ser admitidos candidatos portadores de diploma de curso superior para preenchimento de vagas remanescentes.

Para preenchimento de vagas ociosas, obedecendo o Calendário Escolar, podem ser admitidos estudantes transferidos de outro curso da Instituição ou de outra Instituição de Ensino Superior, mediante aproveitamento de estudos.

Há previsão de que o Processo seletivo seja composto das seguintes modalidades: Provas do Vestibular, Resultado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM ou análise de histórico escolar.

7.2 Programas de apoio pedagógico e financeiro

7.2.1. Acompanhamento Acadêmico e Pedagógico

A Instituição desenvolve ações voltadas para o atendimento, identificação, mediação e proposta de ações que visam solucionar situações que possam surgir no decorrer da vida

acadêmica e interferir no processo de desenvolvimento do discente. As atividades oferecidas visam à permanência e ao acompanhamento do discente, a fim de contribuir para a aprendizagem significativa.

Essas ações buscam a solução de problemas de aprendizagem a partir do encaminhamento do discente a programas de nivelamento, auxiliando-o na superação de lacunas durante sua formação, atendimento psicológico e apoio financeiro. Além disso, há contato direto com as coordenações dos cursos, reuniões periódicas com os representantes de salas, diretórios acadêmicos e participação nos órgãos colegiados, no sentido de apresentar demandas, coletar dados e propor ações de adaptação dos cursos às necessidades detectadas.

O acompanhamento acadêmico e pedagógico é também realizado de maneira regular e sistemática pelo docente, grande mediador do processo, promovendo voz ativa ao discente, atendimento e orientações, visando à sua permanência qualitativa no ensino superior.

A Instituição conta ainda com espaço para participação e convivência estudantil. Os discentes organizam-se em Centros Acadêmicos para discutirem assuntos pertinentes aos seus interesses e promoverem diálogo constante com a coordenação e a direção. Atualmente, o curso de Direito possui centro acadêmico e os cursos de Medicina e Educação Física contam com atléticas universitárias. Há, ainda, uma Atlética da FAFIPE.

7.2.2. Bolsas Institucionais e Convênios

A FAFIPE presta auxílio financeiro aos acadêmicos, sob forma de oferta de bolsas ou descontos. Atualmente, são oferecidas as seguintes modalidades:

Programa Aluno 10 - A Fundação Educacional de Penápolis (FUNEPE), mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE), tem a possibilidade de oferecer projetos extensionistas, possibilitando o ingresso no Ensino Superior a partir de convênios estabelecidos com a Diretoria de Ensino da região de Penápolis e as escolas estaduais públicas vinculadas a ela. Desse modo, oferta aos discentes bolsas integrais ou com descontos de 60% (sessenta por cento) para as/os estudantes que obtiverem as melhores médias na última série do Ensino Médio de suas respectivas unidades escolares. Até o ano de 2021, foram distribuídas 46 bolsas, sendo 7 parciais e 39 integrais para estudantes de 14 escolas localizadas em 6 municípios da região.

Bolsas da Prefeitura de Penápolis - São bolsas destinadas para alunos carentes

devidamente matriculados na FUNPE. Essas bolsas são de 100%, 75% e 50% do valor da mensalidade dos cursos, exceto o curso de Medicina. A Prefeitura Municipal de Penápolis é quem elabora o edital e o regramento para seleção dos candidatos, sendo para isso instituída a Comissão Especial para avaliar o processo seletivo.

Bolsas Institucionais - A Instituição também disponibiliza bolsas de caráter filantrópico, obedecendo ao princípio da universalidade do atendimento de forma indiscriminada. Contemplam os alunos devidamente matriculados nos cursos regulares, exceto o curso de Medicina, não portadores de diploma de curso superior e com baixa renda per capita prevista em edital. Para efeito de concessão, é realizada análise assistencial por um profissional capacitado e constituída uma Comissão de avaliação composta pelo Coordenador Jurídico, por 01 representante do Departamento Financeiro, por 04 Representantes das Instituições mantidas pela Fundação e 01 Representantes do Corpo Discente.

Parceria com empresas e órgão públicos - A Instituição oferece desconto de 50% para funcionários de empresas privadas e de órgãos públicos de Penápolis e região que possuem convênios com a instituição.

A Instituição também disponibiliza vagas nos cursos de graduação para preenchimento por meio do **Financiamento Estudantil (FIES)**.

7.3 Estímulos à permanência (programa de nivelamento, monitoria e atendimento psicopedagógico)

a) Nivelamento

A Instituição desenvolve programa de nivelamento voltado ao atendimento de alunos para auxiliá-los na superação das lacunas apresentadas. Dentro desta proposta, a construção de conhecimentos deve ir além de sua aplicação imediata, e sua aplicação deve diminuir as dificuldades que podem prejudicar o acompanhamento dos cursos, provocando o insucesso, o desestímulo e a evasão.

São diretrizes básicas da política de nivelamento:

- criação e implementação de um programa de capacitação e nivelamento transversais de conteúdos de língua portuguesa e matemática;
- grupos de estudo e atendimento, no contexto de aulas, realizados por professores da área;

- oferta de espaços na Instituição para o projeto.

b) Monitoria

O programa busca oportunizar aos discentes a prática de monitoria que possibilitará uma complementação na sua formação, além do auxílio aos docentes em suas atividades acadêmicas e garante momentos de sociabilidade e integração entre acadêmicos. O programa também visa colaborar na garantia de que todos possam estar no mesmo ritmo de aprendizagem em função das condições ofertadas pelas especificidades das metodologias do programa.

c) Atendimento psicopedagógico

O atendimento psicopedagógico tem como objetivo a promoção do engajamento do aluno e seu sucesso acadêmico. Nesse sentido, busca promover:

- Conscientização do aluno, no tocante à sua realidade universitária e a realidade sócio-profissional;
- Adaptação e facilitação para o aluno na descoberta e potencialização de seus conhecimentos, habilidades e atitudes;
- Motivação do aluno para transformar dificuldades/obstáculos em desafios que propiciarão o seu crescimento como pessoa e como profissional;
- Dar suporte ao aluno para estabelecer suas metas pessoais e de socialização, facilitando sua realização integral e o alcance dos seus objetivos de vida, com ênfase no aspecto profissional.

O atendimento psicopedagógico ficará a cargo do IACE – Instituto Acadêmico Comunitário e Estudantil

7.4 Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil)

O corpo discente tem representação com direito a voz e voto nos órgãos colegiados, de conformidade com os preceitos estabelecidos na lei, e no Regimento da Instituição. São reconhecidos como órgãos representativos do corpo discente da FAFIPE os Centros Acadêmicos, com Estatutos próprios aprovados nos termos da lei. Aos Centros Acadêmicos foram disponibilizados espaços físicos internos da IES para instalarem suas sedes.

Cumpra esclarecer que curso de Direito possui centro acadêmico e os cursos de Medicina e Educação Física contam com atléticas universitárias. Há, ainda, uma Atlética da

FAFIPE.

7.5 Acompanhamento dos egressos

O Programa de Acompanhamento de Egressos da FAFIPE está vinculado à Coordenadoria de Graduação e constitui uma política institucional voltada ao acompanhamento do aluno formado na instituição em sua trajetória posterior à finalização do curso de graduação ou pós-graduação.

O conhecimento da realidade do egresso no mercado de trabalho pode contribuir para as políticas de gestão acadêmica e administrativa da instituição, com melhoria da qualidade e permanente atualização dos cursos de graduação e pós-graduação.

No programa de acompanhamento de egressos serão realizadas ações em três eixos principais:

1. Criação do Banco de Dados do Egresso da Instituição;
2. Avaliação da Instituição e do Curso (identificação de pontos positivos e pontos de melhorias na formação e inserção no mercado de trabalho.);
3. Manutenção do Relacionamento com o Egresso.

A importância do programa é o acompanhamento e verificação das competências exigidas por cada curso no perfil do egresso, além de verificação da atuação e inserção dos mesmos no mercado de trabalho. Esse processo, permite à instituição a melhoria e revisão dos projetos pedagógicos dos cursos em funcionamento, dialogando sempre com a demanda e realidade encontrada pelos novos profissionais no mercado de trabalho e sociedade.

8. INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

8.1 Infraestrutura existente

Atualmente, a instituição conta a seguinte área física:

- **Campus I**

O Campus I está localizado na região central da cidade, possui ampla estrutura com laboratórios, salas de aula completas, equipadas com projetor multimídia, biblioteca com grande acervo, anfiteatro, cantina e quadra poliesportiva para atividades físicas e pedagógicas (Tabela 19).

Tabela 19: Quantidade e área física dos ambientes existentes atualmente no Campus I

Campus I		
Ambiente	Quantidade	Área física (m²)¹
Área de lazer	3	1.274,74
Anfiteatro	1	97,40
Banheiros	41	116,18
Biblioteca	1	366,50
Instalações Administrativas	4	638,44

¹ Para elaboração desta tabela foram considerados:

- **Área de lazer:** 889,34 m² (Quadra) + 250 m² (Área com bancos entre os blocos 6 e 8) + 135,40 m² (Área com bancos próximo a cantina);
- **Instalações administrativas:** 192,49 m² (Bloco 2) + 237,42 m² (Bloco 1) + 171,44 m² (Bloco 6) + 37,09 m² (Bloco 08);
- **Laboratórios:** 96,87 m² (Química) + 54,95 m² (Zoologia) + 71,42 m² (Biologia) + 55,45 m² (Física) + 105,50 m² (Laboratório de Informática A) + 75,98 m² (Laboratório de informática B) + 88,20 m² (Laboratório de informática C) + 174,62 m² (Química/Bioquímica, incluindo a sala de reagentes, vidraria e área técnica) + 152,70 m² (Microscopia, incluindo a área técnica e Depósito de lâminas) + 107,59 m² (Habilidades, incluindo a sala de paramentação) + 197,9 m² (Microbiologia, incluindo a sala de paramentação, área técnica, limpeza, vidraria, reagentes e esterilização) + 298,82 m² (Anatomia, incluindo a sala de preparo glicerina, sala de preparo formol, depósito, sala sintéticos, oficina e área técnica) + 49,36 m² (Laboratório de Psicologia)
- **Salas de aula:** 135,36 m² (1 sala de aula, Bloco 2) + 330,20 m² (5 salas de aula, Bloco 4) + 467,84 m² (4 salas de aula, Bloco 13) + 275,88 m² (3 salas de aula, Bloco 7) + 98,80 m² (1 sala de aula, Bloco 9) + 220,08 m² (4 salas de aula, Bloco 10) + 306,71 m² (5 salas de aula, Bloco 08) + 741,00 m² (12 salas de aula, Bloco 11) + 88,2 m² (2 salas de aula, Bloco 5).

Laboratórios	13	1529,36
Salas de aula	37	2.664,07
Salas de coordenação	1	11,28
Salas de docentes	1	80

- **Campus III - Campus Experimental de Engenharias**

Esse campus promove o ensino e a pesquisa pelo contato direto com as tecnologias agropecuárias e o estudo de campo. A estrutura também auxilia na formação dos acadêmicos do curso de Engenharia Agrônômica, assim como será para futuros cursos planejados, com a realização de aulas práticas, desenvolvimento de pesquisas agropecuárias e aperfeiçoamento dos conhecimentos. O Campo Experimental de Engenharias possui aproximadamente 34 hectares com mais de 31 mil metros quadrados de campo de experimentação e ensaios (Tabela 20). Dispõe de uma área de fruticultura (citros, uvas, cocos e bananas), cafeicultura, campo agrostológico (gramíneas e plantas forrageiras para alimentação animal).

O local também abriga um manancial e infraestrutura de trincheiras para estudo e perfil do solo.

Tabela 20: Quantidade e área física dos ambientes existentes atualmente no Campus III(Campus Experimental de Engenharias - Área total de 34 hectares).

Campus III		
Ambiente	Quantidade	Área física (m²)
Casa de funcionários	1	109,60
Salas de Aula	1	34,12
Banheiros	6	26,22
Instalações Administrativas	1	110,12
Estufa para cultivo de hortaliças	1	81,50
Galpão de madeira para armazenamentode ferramentas e insumos	1	41,25
Área de criação de suínos	1	133,25
Área de criação de aves	1	139,40

Área de ordenha	1	236,15
Curral	1	125,65
Galpão para processamento mínimo de hortaliças	1	490,30
Campo de experimentação e ensaios	1	31.000
Área total do terreno		340.0 4 ha)

- **Núcleo Acadêmico e Cultural (NAC)**

O Núcleo Acadêmico Cultura está localizado na área central da cidade, em um terreno de 1.419,43 m² com 1.274,16 m² de área construída. Possui ampla estrutura, contando com sala de conferência com capacidade para 380 pessoas, auditório com multimídia (com capacidade para 190 pessoas), espaço para apresentações artísticas, espaço de convivência, camarim e espaço para cafeteria (Tabela 21).

O NAC recebe apresentações artísticas, eventos acadêmicos, palestras, workshops e cerimônias e abriga o Núcleo de Prática Jurídica.

Cumpra esclarecer que trata-se de imóvel alugado.

Tabela 21: Quantidade e área física dos ambientes existentes atualmente no Campus IV (Núcleo Acadêmico e Cultural)

Campus IV		
Ambiente	Quantidade	Área física (m²)*
Recepção	1	50,40
Sala de conferência	1	424,82
Banheiros	7	82,8
Escritórios	4	42,17
Sala de reuniões	1	18,77
Sala de audiência	1	15,37
Cartório	1	14,05
Salas de atendimento	2	12,20
Sala do Tribunal	1	215,45

- **Centro de Lazer do Trabalhador “Demóstenes dos Anjos Bafile”**

O Centro de Lazer do Trabalhador pertence à Prefeitura e atualmente é objeto de em concessão para uso da FAFIPE/FUNEPE.

O local é destinado ao atendimento da comunidade Penapolense, por meio de atividades de lazer, ações e projetos de extensão envolvendo, principalmente, os cursos de Educação Física, Medicina, Enfermagem e outros da área da saúde que eventualmente sejam instalados.

A área total do Centro de Lazer é de 18.623,98 m² e as obras de melhoria do local iniciaram em fevereiro de 2020, já tendo sido concluídas as reformas de alambrados, muretas e gradil (475,46m²), arquibancadas em uma das laterais do campo (199,8m²), cantina (260m²) e academia (396,74m²). Dos ambientes que constam na estrutura física atual, todos irão passar por reforma (Tabela 22).

Tabela 22: Quantidade e área física dos ambientes existentes atualmente no Centro de Lazer do Trabalhador “Demóstenes dos Anjos Bafile”.

Centro de Lazer		
Ambiente	Quantidade	Área física
Pista de Atletismo	1	1.080 m
Academia	1	396,74 m ²
Cantina	1	260 m ²
Quadra Poliesportiva e Vestiários	1	1.505,68 m ²
Campo de Futebol	1	4.875 m ²
Piscina	1	12,50 x 25 m
Piscina	1	10 x 15 m

Cumpra esclarecer que o **Campus II** será construído, conforme consta no demonstrativo de expansão física, no ano de 2024.

8.2 Demonstrativo da área de expansão física

Tabela 23: Cronograma demonstrativo das obras de construção/ampliação físicas previstas para o período de vigência deste PDI.

Obra/Endereço	Previsão de término
Construção de estufa para viveiro de mudas/Campus III -Estrada Vicinal Armando Vianna Igreja, s/n. Bairro Urutágua	2022
Construção de estufa para cultivo hidropônico de hortaliças/Campus III - Estrada Vicinal Armando Vianna Igreja, s/n. Bairro Urutágua	2022
Reforma com adequação acústica e de iluminação do Anfiteatro para 125 lugares/Campus I - Avenida São José, 400. Vila São Vicente	2022
Reforma do ginásio poliesportivo/Campus I - Avenida São José, 400. Vila São Vicente	2022
Reforma da sala dos professores/Campus I - Avenida São José, 400. Vila São Vicente	2022
Laboratório de Eletroeletrônica para o curso de Arquitetura/Campus I - Avenida São José, 400. Vila São Vicente	2022
Laboratório de Modelagem para o curso de Arquitetura/Campus I - Avenida São José, 400. Vila São Vicente	2022
Laboratório de Topografia para o curso de Arquitetura/Campus I - Avenida São José, 400. Vila São Vicente	2022
Laboratório de Conforto Ambiental para o curso de Arquitetura/Campus I - Avenida São José, 400. Vila São Vicente	2022
Laboratório de Hidráulica para o curso de Arquitetura/Campus I - Avenida São José, 400. Vila São Vicente	2022
Oficina de Maquetaria para o curso de Arquitetura/Campus I - Avenida São José, 400. Vila São Vicente	2022
Laboratório de Materiais e Técnicas de Construção Civil para o curso de Arquitetura/Campus I - Avenida São José, 400. Vila São Vicente	2022
Reforma do campo de futebol/Centro de Lazer - Av. Marginal Maria Chica, s/n. Jardim Pôr do Sol	2022

Pista de atletismo/Centro de Lazer - Av. Marginal MariaChica, s/n. Jardim Pôr do Sol	2022
Laboratório de Fisioterapia, de Fisiologia do Exercício e de Biomecânica/Centro de Lazer - Av. Marginal Maria Chica,s/n. Jardim Pôr do Sol	2022
Reforma das piscinas/Centro de Lazer - Av. Marginal MariaChica, s/n. Jardim Pôr do Sol	2022
Construção dos vestiários das piscinas/Centro de Lazer - Av. Marginal Maria Chica, s/n. Jardim Pôr do Sol	2022
Reforma da quadra poliesportiva e vestiários/Centro de Lazer - Av. Marginal Maria Chica, s/n. Jardim Pôr do Sol	2022
Construção de 4 salas multiuso/Centro de Lazer - Av. Marginal Maria Chica, s/n. Jardim Pôr do Sol	2022
Instalação de canchas de bocha/Parque Maria Chica - Av. Guilherme Lang, 159. Vila São Joaquim	2022
Reformas das salas de aula do campus para instalação de lousa interativa/Campus I - Avenida São José, 400. Vila SãoVicente	2023
Reforma e ampliação da cantina, com espaço de convivênciae refeitório estudantil/Campus I - Avenida São José, 400. Vila São Vicente	2023
Reforma, ampliação e adequação do Centro de Estudos em Psicologia e Atendimento Comunitário (CEPAC)/Campus I -Avenida São José, 400. Vila São Vicente	2023
Construção de 2 açudes para desenvolvimento de piscicultura/Campus III - Estrada Vicinal Armando ViannaEgreja, s/n. Bairro Urutágua	2024
Construção de 3 salas multiuso/Campus III - Estrada VicinalArmando Vianna Egreja, s/n. Bairro Urutágua	2024
Construção de um barracão para acomodação de máquinas agrícolas/Campus III - Estrada Vicinal Armando Vianna Egreja, s/n. Bairro Urutágua	2024
Construção do Campus II/Rodovia Assis Chateaubriand, Km286	2024 ²

² O Campus II terá área aproximada de 5.000 m²

8.3 Instalações acadêmicas

8.3.1 Laboratórios de informática

Tabela 24: Laboratório de informática existentes atualmente na instituição.

Laboratório de Informática	Bloco	Número de equipamentos	Projektor multimídia
Laboratório A	6	34	1
Laboratório B	6	22	1
Laboratório C	5	30	1

8.3.2 Laboratórios específicos

Tabela 25: Laboratórios específicos existentes atualmente na instituição.

Laboratórios Específicos	Bloco	Capacidade	Projektor Multimídia
Laboratório de Biologia	5	40	1
Laboratório de Física	5	30	0
Laboratório de Química	5	50	0
Laboratório de Zoologia	5	25	0
Laboratório de Habilidades	13	80	1
Laboratório de Microscopia	13	80	1
Laboratório de Microbiologia	13	80	1
Laboratório de Química eBioquímica	13	80	1
Laboratório de Anatomia	12	80	1
Laboratório de Psicologia	9	30	0
CEPAC - Centro de Estudos em Psicologia e Atendimento Comunitário	9	30	0

NPJ - Núcleo de Prática Jurídica ³	Campus IV	203	1
Campo Experimental de Engenharias	Campus III	Indefinido	1

8.3.3 Laboratórios programados

No período de vigência deste PDI, está prevista a instalação/construção dos seguintes laboratórios:

Tabela 26: Laboratórios programados para o período de vigência deste PDI.

Laboratório	Ano previsto para conclusão
Laboratório de Fisioterapia, de Fisiologia do Exercício e de Biomecânica (Centro de Lazer)	2022
Laboratório de Análises Clínicas	2026
Laboratório de análise sensorial.	2026
Laboratório de processamento de alimentos	2026

8.4 Relação Equipamento/Discente

Atualmente, a Instituição disponibiliza o total de 92 computadores nos Laboratórios de Informática e 11 computadores no Setor de Convivência da Biblioteca, para uso *in loco* pela comunidade acadêmica.

Para a utilização dos laboratórios nas aulas, o docente efetua reserva junto à Secretaria Pedagógica.

A política de utilização dos equipamentos do Setor de Convivência considera como critério de utilização dos equipamentos, a ordem de chegada dos usuários. Os computadores são utilizados para pesquisas e trabalhos acadêmicos.

³ Para o NPJ foram considerados os seguintes ambientes: Recepção, Sala de audiência, Sala de reuniões, Salas de atendimento e Tribunal do Júri.

Acerca da relação equipamento/aluno, é necessário considerar:

a) atualmente a IES conta com aproximadamente 985 alunos matriculados na Graduação e 243 na Pós-Graduação, totalizando 1228 alunos;

b) há 103 computadores disponíveis nos laboratórios e Setor de Convivência da Biblioteca.

Diante dessas informações, conclui-se que há uma relação aproximada de 1 computador para cada grupo de 12 alunos.

8.5 Biblioteca

A biblioteca Prof. Dr. José Fulaneti de Nadai tem por propósito disponibilizar recursos bibliográficos, informacionais, tecnológicos e acesso à informação, especialmente ao corpo discente, docente e técnico-administrativo, para efeito das atividades de ensino, pesquisa e extensão, colaborando para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, atuando de forma integrada, compartilhando políticas, manuais, processos e rotinas técnico-administrativas. Compete à biblioteca:

- Executar e controlar as atividades de processamento técnico (catalogação, classificação, indexação e inventário bibliográfico);
- Promover campanhas e eventos, com a finalidade de maior integração entre biblioteca e seus usuários;
- Contribuir para o acesso rápido às diversas fontes de informação existentes em seu acervo bibliográfico;
- Elaborar políticas de conservação preventiva e de restauração do material bibliográfico.

8.5.1 Espaço Físico

Localizada no Bloco 3 da instituição, a biblioteca possui área física total de 327,83 m² (Tabela 27), conta com sistema de segurança (câmeras e sensores de presença) e acesso à internet, por meio de link dedicado de 2 Gigabytes de conexão via fibra óptica. É composta pelos seguintes setores:

- Referência: recepção, cadastro de usuários, empréstimos de material bibliográfico, monitoramento, suporte à pesquisa e guarda-volumes;

- Acervo geral: ambiente no qual se encontram livros, documentos e demais publicações;
- Reserva técnica: processamento técnico, aquisições, levantamento bibliográfico, armazenamento de doações e desbaste;
- Espaço individual para leitura: dispõe de seis cabines individuais para estudo;
- Convivência: sala com 11 computadores com acesso à internet, organizados em cabines individuais, sendo três adaptadas para pessoas com deficiências, além de 5 cabines para estudo em grupo.

Tabela 27: Ambientes da biblioteca Prof. Dr. José Fulaneti de Nadai.

Ambiente	Área (m ²)
Guarda volumes	14,34
Referência	12,88
Acervo geral	149,73
Cabines para leitura	13,48
Reserva técnica	27,14
Sala de estudo individual	15,51
Área para estudo em grupo	49,95
Área com computadores	44,80
Total	327,83

A biblioteca destina-se à comunidade acadêmica da instituição, estando aberta à comunidade externa somente para consulta bibliográfica *in loco* (leitura, estudo e pesquisa). Todos os usuários possuem livre acesso ao acervo, bem como ao espaço individual para leitura e setor de convivência. Os usuários que têm dúvidas em localizar as obras no acervo, podem solicitar orientação no balcão de atendimento, localizado no setor de referência.

A preservação do acervo é orientada por meio de ações e campanhas de conscientização dos usuários que contemplam, entre outras questões, a forma correta de manuseio das obras. Cumpre destacar que a Instituição realiza anualmente a dedetização de toda a área da biblioteca.

8.5.2 Acervo físico e virtual

O acervo da biblioteca é tombado e classificado pela Tabela CDD (Classificação Decimal de Dewey), Tabela Cutter (Notação de Autor), catalogado pelo AACR2r (Catalogação de Recursos Bibliográficos) em MARC 21, com as adaptações necessárias para atender a automação do processamento técnico dentro dos padrões estabelecidos pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e acervo informatizado pelo Programa INFOMASTER.

A biblioteca dispõe em seu acervo a seguinte quantidade de títulos e exemplares:

Tabela 28: Distribuição do acervo geral da biblioteca por títulos e exemplares.

Descrição	Títulos	Exemplares
Apostila	96	106
Boletim/Folheto	14	14
Congresso (Atas/Anais)	5	5
Dissertação (Mestrado)	28	29
Encontro (Atas/Anais)	4	5
Livro	8.246	14.593
Materiais especiais (CD-ROM/DVD)	87	145
Obra de Referência	308	417
Periódico (Revista/Jornal)	459	4.648
Relatório	8	9
Seminário (Atas/Anais)	7	8
Simpósio (Atas/Anais)	5	9
TCC (Graduação)	439	441
TCC (Pós/Especialização)	74	74
Tese (Doutorado)	7	7
Vídeo VHS	250	250
Total	10.037	20.760

Quanto ao acervo de livros, a biblioteca apresenta atualmente o seguinte número de títulos e exemplares por código da tabela CDD:

Tabela 29: Distribuição do acervo de livros da biblioteca pelo código da tabela CDD.

Código da tabela CDD	Especificação das classes principais	Títulos	Exemplares
---	Sem classificação no sistema	3	3
0	Generalidades	549	1038
100	Filosofia. Psicologia	764	1213
200	Religião. Teologia	72	73
300	Ciências Sociais	3019	5067
400	Linguística e Língua	633	890
500	Ciências Puras	690	1619

600	Ciências Aplicadas	2688	5036
700	Artes. Recreação. Esportes	407	587
800	Literatura	410	524
900	Geografia. Biografia. História	73	83
		9308	16133

Na tabela abaixo, estão apresentados o total de títulos e exemplares de livros por Área do Conhecimento:

Tabela 30: Distribuição do acervo de livros da biblioteca por área do conhecimento.

Área do Conhecimento	Títulos	Exemplares
Ciências Biológicas	267	714
Ciências da Saúde	1.446	3.014
Ciências Exatas e da Terra	492	1.110
Ciências Sociais Aplicadas	3.432	6.386
Ciências Humanas	3.787	5.672
Linguística, Letras e Artes	1.510	2.064
Engenharia/Tecnologia	105	447
Ciências Agrárias	940	2.015
Total	11.979	21.422

O acervo de periódicos está em processamento técnico de informatização e de cadastro, sendo migrado do sistema Sophia para o sistema Infomaster. A distribuição, códigos e área do conhecimento dos periódicos seguirá os padrões da tabela CDD das dez classes principais.

Tabela 31: Distribuição do acervo de periódicos pelo código da tabela CDD.

Código da Tabela CDD	Especificação das Classes Principais
000	Generalidades

100	Filosofia. Psicologia
200	Religião. Teologia
300	Ciências Sociais
400	Linguística e Línguas
500	Ciências Puras
600	Ciências Aplicadas
700	Artes. Recreação. Esporte
800	Literatura
900	Geografia. Biografia. História

Estima-se que o acervo de periódicos tenha, aproximadamente, 459 títulos e 4.648 exemplares. Tão logo seja concluído o processamento técnico, teremos no sistema todas os periódicos cadastrados e as quantidades especificadas.

Cabe salientar que a Instituição adquiriu 1.313 (um mil, trezentos e treze) licenças de uso da Minha Biblioteca, quantidade suficiente para atender todos os discentes e docentes da graduação e pós-graduação.

A biblioteca online está em processo de implantação. Já é possível efetuar a consulta do acervo pelo sistema. Além disso, a biblioteca dispõe de um repositório institucional próprio, acessível pela internet, onde são disponibilizados trabalhos de conclusão de curso.

A biblioteca conta com uma área no site da instituição com informações acerca dos horários de funcionamento, colaboradores, e-mails de contato e os seguintes serviços de plataformas disponíveis:

- Gerador de ficha catalográfica
(<https://www.funepe.edu.br/site/ficha-catalografica/>);
- MORE - Mecanismo Online para Referências (<http://www.more.ufsc.br/>);
- Links Úteis.

8.5.3 Política de aquisição, expansão e atualização

A expansão do acervo se dá por meio da aquisição de obras para atualização das bibliografia dos cursos já existentes, para sua complementação e, ainda, por aquisições que atendam aos novos cursos instalados.

A aquisição e atualização do acervo bibliográfico da biblioteca é efetuada pelo departamento de compras mediante solicitação dos coordenadores de curso.

A biblioteca aceita e incentiva doações para o acervo.

O planejamento econômico-financeiro prevê recursos financeiros para melhoria, atualização e ampliação do acervo, definindo como critérios de seleção e aquisição: referências básicas e complementares indicadas nos cursos; obras de referência; obras de caráter interdisciplinar; obras de interesse às novas linhas de investigação ou complementação de áreas carentes; duplicação de títulos de uso muito frequente; reposição de perdas e obras desatualizadas e danificadas; lançamentos recentes.

Dessa forma, no início de cada semestre, as coordenações de curso solicitam aos docentes a indicação das referências básicas e complementares das disciplinas, que serão utilizadas pelo curso.

Os resultados estatísticos de consultas feitas em determinadas áreas e o número de livros emprestados determinam necessidades de aquisição de títulos de livros e número de exemplares.

Em suma, a política de atualização, renovação e expansão do acervo bibliográfico e outros serviços da biblioteca compreende as seguintes ações:

- Implementação de um cronograma de expansão do acervo, a partir do estudo da forma e oportunidades de aquisição, vinculando-as, preferencialmente, às bibliografias adotadas nos cursos, contemplando, também, obras recém editadas para serem analisadas pelo corpo docente, procurando atingir um número relativo de títulos e volumes mais condizentes com o crescimento de usuários internos e externos.

- Aquisição por (assinatura, doação e/ou permuta) e manutenção de periódicos nacionais e estrangeiros, voltados para as áreas de ensino da Instituição;

- Análise do acervo da biblioteca digital adquirida pela Instituição.

A atualização permanente do acervo é fundamental, a fim de assegurar a boa formação dos discentes. Recursos computacionais, bem como a constante ampliação do acervo fazem parte do compromisso institucional com a qualidade dos serviços prestados para a comunidade acadêmica.

8.5.4 Horário de funcionamento

A biblioteca permanece aberta ao público nos seguintes horários:

De segunda-feira a sexta-feira: das 08h às 22h

Aos sábado das 12h às 17h.

Em período não-letivo, a biblioteca cumpre horários específicos de atendimento, seguindo a determinação da direção.

8.5.5 Pessoal técnico-administrativo

Os serviços da biblioteca são exercidos e coordenados por uma funcionária legalmente habilitada, com formação específica em Biblioteconomia e registrada no CRB - Conselho Regional de Biblioteconomia. Também auxiliam, nas atividades, dois funcionários auxiliares administrativos.

8.5.6 Serviços oferecidos

Os serviços oferecidos pela biblioteca incluem:

- Auxílio no levantamento bibliográfico;
- Orientação e treinamento dos usuários para utilização da biblioteca;
- Consulta local;
- Empréstimo domiciliar;
- Auxílio na elaboração da ficha catalográfica online dos trabalhos técnicos;
- Links úteis à pesquisa;
- Eventos e Exposições educativos e culturais.

O cadastro do usuário na biblioteca é pré-requisito para a realização de empréstimo, que pode ser efetuado no balcão de atendimento com a apresentação de um documento e preenchimento da ficha cadastral.

Podem realizar cadastro os estudantes de graduação e pós-graduação, funcionários, estagiários e o corpo docente, sendo necessário atualizar, regularmente, os dados cadastrais no balcão de atendimento.

As obras de exemplar único, bem como as obras de Referência (dicionários, enciclopédias, guias, atlas, anuários, bibliografias, índices e mapas) são apenas para consulta *in loco*, não podendo ser realizado empréstimo domiciliar.

8.5.7 Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a pessoas com deficiências

A inclusão do deficiente remanesce um desafio. É corrente na doutrina do Direito Constitucional que o princípio da igualdade deve ser entendido sob um prisma material. Vale dizer: deve-se tratar igualmente os iguais, mas desigualmente os desiguais, na medida em que se desigalam, buscando criar entre as pessoas uma impressão de equilíbrio que, na verdade, não existe.

Nesse sentido, há todo um arcabouço normativo de proteção da pessoa deficiente, sendo que a Constituição Federal de 1988 dispensou-lhe distinta atenção. Senão vejamos:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III – cuidar da saúde e da assistência pública, *da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.*

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente da contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Art. 207. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º. O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo aos seguintes preceitos:

II – criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como a integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos (grifos nossos).

A desigualdade, realmente, é grande, cabendo ao Estado criar condições para que as pessoas nessa condição possam superar os obstáculos que a vida naturalmente lhes impôs. Se as Instituições de Ensino atuam no exercício de atividade em que prevalece o interesse social que, no caso do ensino superior, é de fato altamente relevante, cabe-lhes tomar as medidas necessárias para implementar uma política de inclusão da pessoa com deficiência.

Deve-se salientar que, nos termos do artigo 206 da Constituição Federal, “o ensino será ministrado com base no princípio de igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola”, sendo cristalino que a verdadeira igualdade de acesso entre as pessoas só pode ser atingida pela criação de condições favoráveis a quem seja indiscutivelmente desfavorecido

diante de condições fisiológicas adversas, não importando a sua causa ou natureza.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis tem possibilitado aos deficientes a participação no processo de construção e produção do conhecimento. Para tanto, os docentes são orientados nos procedimentos adequados ao atendimento e acompanhamento das atividades escolares dessas pessoas.

A FAFIPE, enquanto Instituição Educacional comprometida com a promoção humana, assume um grande desafio, que é o de qualificar o deficiente para as exigências de um mercado cada vez mais competitivo.

No que se refere aos aspectos de acessibilidade, a Instituição eliminou barreiras arquitetônicas, adequando espaços, mobiliários e equipamentos às necessidades de inclusão da população.

No que diz respeito à área especial para embarque e desembarque, sinalização, circulação e acesso aos diversos ambientes internos da Instituição, destacam-se as seguintes adequações, adaptações e instalações para o acesso e a inclusão irrestrita de pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação:

- vagas de estacionamento devidamente sinalizadas
- rampas de acesso aos pavimentos
- instalações sanitárias devidamente sinalizadas
- computadores dotados de leitores de tela, lupa, teclado virtual narração e demais dispositivos de acessibilidade
- bebedouros adaptados
- auditórios e salas com mobiliário adequado e espaços sinalizados

Em atendimento ao que dispõe a legislação, destaca-se, ainda, a criação do Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Diversidade (NAID) cujo objetivo é garantir a implementação da política institucional de acessibilidade metodológica. Para tanto, realizará estudos diagnósticos, apresentará propostas de intervenção e promoverá formação docente de maneira continuada.

O Plano de Garantia de Acessibilidade da Faculdade Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis detalha as ações e políticas institucionais voltadas à promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a pessoas com deficiências.

9. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Para que seja possível identificar o perfil e o significado da atuação da Instituição de Ensino, é importante avaliar a globalidade de sua organização, por meio da análise dos valores e das crenças que ela defende, das atividades e serviços propostos e realizados, dos diferentes cursos, programas, projetos e órgãos envolvidos.

A orientação de ações acadêmicas e administrativas deve ancorar-se nesse conhecimento a ser construído em diálogo com o contexto social em que está inserida a IES.

Dessa forma, constituem objetivos da avaliação:

- Promover o aprofundamento dos compromissos e das responsabilidades sociais e científico-culturais da Instituição;
- Refletir sobre valores democráticos, com base no respeito às diferenças e à diversidade da comunidade acadêmica desta IES;
- Instituir a avaliação como instrumento de informação, planejamento e de gestão;
- Implantar o sistema de avaliação como um processo institucional permanente;
- Desenvolver o exercício da participação autônoma e coletiva da comunidade nas decisões institucionais;
- Adotar, junto à comunidade acadêmica, uma práxis contínua de avaliação de seus planos e ações;
- Implantar uma cultura na qual a avaliação seja um lugar de reflexão e de tomada de decisões no âmbito institucional;
- Garantir a articulação das avaliações: do desempenho acadêmico dos alunos, do projeto pedagógico e práticas cotidianas dos cursos, e do Plano de Desenvolvimento Institucional;

- Planejar, redirecionar e empreender ações a partir da avaliação institucional;
- Avaliar a relação entre as práticas administrativas e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Consolidar a qualidade no desenvolvimento do ensino, pesquisa e iniciação científica e extensão na IES;
- Construir um planejamento institucional norteado pela gestão democrática e pela autonomia.

O processo de avaliação institucional se dá internamente pela ação da Comissão Própria de Avaliação – CPA e externamente pelos órgãos centrais de educação, cuja gestão é do Ministério da Educação.

No que tange à avaliação interna (ou autoavaliação), essa se desenvolve por meio de um amplo projeto de autoavaliação que contemple as etapas - que compreendem a organização, aplicação, tratamento, análise e encaminhamento de dados e elaboração de relatórios anuais – e contemple as dez dimensões especificadas no art. 3º da Lei nº 10.861/2004, ajustando-se, caso necessário, às eventuais mudanças instituídas pela legislação.

A CPA, nos termos do Projeto de Autoavaliação Institucional, organiza o processo avaliativo nas seguintes etapas: sensibilização, levantamento e sistematização de dados, construção do relatório (parcial e final) com análise do processo de autoavaliação e divulgação de resultados.

a) Etapa I – SENSIBILIZAÇÃO

O objetivo desta etapa é planejar a autoavaliação, bem como estimular e envolver os atores no processo.

Esta etapa prevê as seguintes ações:

- Reuniões da Comissão Própria de Avaliação (CPA), encarregada de coordenar e articular o processo de autoavaliação com os dirigentes para discutir o planejamento da autoavaliação, com a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e cronograma, que ocorrerão ao longo do ano letivo;
- Apresentação dos procedimentos para a coleta de dados aos representantes dos segmentos envolvidos na avaliação, que poderão oferecer sugestões para aprimoramento dos trabalhos;
- Sensibilização da comunidade acadêmica, buscando alcançar o seu envolvimento no processo.

b) Etapa II – COLETA E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS

Serão coletados dados quantitativos e qualitativos para as dimensões avaliativas. Aqui, estão previstas as seguintes ações:

- Construção de questionários com perguntas fechadas e abertas, direcionados aos corpos discente, docente e técnico-administrativo;
- Elaboração de formulários eletrônicos e/ou impressos;
- Acesso e alimentação do Banco de dados;
- Emissão de relatórios de autoavaliação institucional elaborados pelos dirigentes e coordenações de cursos;
- Definição dos recursos que serão envolvidos no processo avaliativo;
- Aplicação dos instrumentos de avaliação;
- Definição da metodologia para análise e interpretação de dados;
- Elaboração de relatórios parciais, próprios desta etapa de avaliação.

c) Etapa III – CONFECÇÃO DO RELATÓRIO

O objetivo desta etapa é o de incorporar os resultados da avaliação e o de buscar, por meio deles, a melhoria da qualidade nesta Instituição.

As ações aqui previstas são:

- Organização das discussões, acerca dos resultados, por parte da comunidade acadêmica;
- Elaboração de um relatório parcial e final que demonstre os resultados das discussões e a análise e interpretação dos dados;
- Divulgação dos resultados obtidos à comunidade;
- Balanço crítico dos resultados e planejamento da aplicação dos mesmos, visando à solução das deficiências detectadas.

A) Dimensões Avaliadas

1ª Dimensão Avaliada: Planejamento Institucional

Objetivo: Analisar a operacionalização do planejamento institucional nos seus vários aspectos, identificando seu compromisso social e acadêmico, confrontando o que é postulado teoricamente com o que é realizado, ou seja, com a sua execução e aplicabilidade, e definindo propostas de redirecionamento.

Responsáveis: Gestores, CPA e Representantes da Comunidade.

Ações:

- Análise crítica do PPI⁴ e PDI pela CPA.
- Análise da relação do PDI com a realidade institucional.
- Adequações para consonância do PDI com o PPI e deste com o Projeto Pedagógico
- Verificação da dinâmica de elaboração do PDI e a participação da comunidade acadêmica.

2ª Dimensão Avaliada: Políticas, Normas, Procedimentos e Produção Acadêmica.

Objetivo: Determinar e avaliar os vetores da eficiência e eficácia acadêmica que compõem o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa e iniciação científica e a extensão na instituição.

Responsáveis: Gestores e Órgãos Suplementares.

Ações:

- Análise do PPI e PPC⁵, e verificação da consonância dos PPCs com os objetivos dos cursos de graduação;
- Avaliação quantitativa da produção científica gerada na IES;
- Análise comparativa entre objetivos sociais e vocação da IES e o direcionamento da produção científica;
- Análise qualitativa e quantitativa das atividades de extensão da IES;
- Avaliação dos projetos pedagógicos dos cursos de pós-graduação;
- Análise da relação entre os programas de pós-graduação e a realidade social em que a IES está inserida.

3ª Dimensão Avaliada: Responsabilidade Social

Objetivo: Verificar o compromisso e a contribuição da IES junto à sociedade e promover a avaliação das ações de responsabilidade social, considerando a sua finalidade e as correlações com o cenário externo.

Responsáveis: Gestores e Responsáveis pelas Ações Comunitárias.

Ações:

- Comunicação com membros da comunidade;
- Análise de convênios e parcerias;

⁴ Doravante, PPI refere-se a Projeto Pedagógico Institucional.

⁵ PPC refere-se a Projeto Pedagógico de Cursos.

- Análise de relatório de órgãos envolvidos;
- Palestras de sensibilização;
- Reuniões de acompanhamento.

4ª Dimensão Avaliada: A comunicação com a sociedade

Objetivo: Avaliar a eficácia da comunicação da IES, especialmente no que diz respeito à sua missão e sua imagem pública junto aos diversos grupos com os quais se relaciona (comunidade interna e externa). Visa também à análise da qualidade da comunicação, no tocante à interação entre os sujeitos envolvidos no processo de comunicação (clareza da mensagem, frequência, atualização, completude de informações).

Responsáveis: Responsáveis pela Comunicação Interna e Externa, Responsáveis pelo Sítio da Web.

Ações:

- Identificação das POLÍTICAS de comunicação interna e externa;
- Identificação das FERRAMENTAS utilizadas (TV, radio, jornal, Internet, mural);
- Levantamento de todas as AÇÕES de comunicação desenvolvidas (divulgação do vestibular, seminários pesquisa, extensão, eventos culturais, cursos de graduação e pós-graduação).

5ª Dimensão Avaliada: Gestão de Pessoas.

Objetivo: Avaliar as políticas institucionais de Recursos Humanos, visando à verificação da pertinência e atualidade dos planos de carreira, os processos de formação continuada e o nível de satisfação e relacionamento desses segmentos com a IES, buscando desenvolver e/ou aprimorar o desenvolvimento profissional e as condições de trabalho do capital humano nela atuante.

Responsáveis: Recursos Humanos; Órgãos Suplementares; Representantes Docentes e Representantes Técnico-Administrativos.

Ações:

- Análise histórica e documental;
- Levantamento de indicadores;
- Identificação das políticas existentes e utilizadas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do Corpo Docente e do Corpo Técnico-Administrativo;

- Aplicação de questionários e entrevistas por segmento;
- Elaboração de relatório e propostas.

6ª Dimensão Avaliada: Gestão Acadêmica e Administrativa.

Objetivo: Avaliar a estrutura organizacional da IES e os mecanismos de gestão acadêmica – grau de independência e autonomia –, com ênfase na estrutura colegiada e no planejamento institucional, para verificar a efetividade de sua ação.

Responsáveis: Gestores, Órgãos Colegiados e Responsáveis Administrativos.

Ações:

- Análise do organograma da IES, dos regimentos e regulamentos internos para a identificação da gestão institucional;
- Análise dos processos de gestão educacional;
- Verificação dos recursos de informação instalados e disponibilizados para a Comunidade Acadêmica;
- Aplicação de instrumentos para verificar a representatividade e a participação dos diversos segmentos da Comunidade no planejamento e na tomada de decisões;
- Avaliação do cumprimento dos prazos institucionais e das ações desenvolvidas em função das metas estabelecidas.

7ª Dimensão Avaliada: Infraestrutura Física e Tecnológica.

Objetivo: Avaliar as condições, a adequação, a utilização e as políticas de aquisição, conservação e atualização da infraestrutura da IES, no desenvolvimento de suas atividades.

Responsáveis: Coordenador Administrativo, Órgãos Acadêmicos, Secretaria, Órgãos de Apoio.

Ações:

- Reuniões conjuntas para a avaliação da infraestrutura física e tecnológica da IES;
- Avaliações ergométricas dos ambientes (administrativo, docente e discente);
- Aplicação de questionários de levantamento de índice de satisfação dos usuários (técnicos administrativos, docentes e discentes).

8ª Dimensão Avaliada: Integração entre o Plano de Desenvolvimento Institucional e a Avaliação.

Objetivo: Verificar a adequação do PDI com o PPI e os Projetos dos Cursos da IES, bem como a efetividade dos procedimentos de avaliação adotados;

Responsáveis: Gestores Acadêmicos e Administrativos, CPA.

Ações:

- Reuniões técnicas do órgão de planejamento com os outros órgãos da IES para análise do PDI, das propostas pedagógicas dos cursos e sua coerência com a proposta de avaliação da IES;
- Criação de instrumentos de avaliação que serão respondidos pelo Corpo Docente, pelo Corpo Técnico-Administrativo e pelo Corpo Discente;
- Discussão dos resultados com a comunidade;
- Divulgação interna do processo e de seus resultados;
- Correções e adequações dos pontos frágeis dos resultados da avaliação.

9ª Dimensão Avaliada: Atendimento aos discentes

Objetivo: Avaliar as formas com que os estudantes estão sendo integrados à vida acadêmica e os programas por meio dos quais a IES busca atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil.

Responsáveis: Gestores Acadêmicos e Administrativos, Órgãos de Apoio, Representantes de Alunos e de Egressos.

Ações:

- Identificação dos programas de ingresso, de acompanhamento pedagógico e de permanência do estudante na IES;
- Avaliação do programa de participação do estudante nas atividades de ensino, de pesquisa, de extensão, de avaliação institucional e de representação em órgãos colegiados;
- Avaliação do programa de atendimento aos discentes (orientação e inclusão estudantil);
- Avaliação do programa de acompanhamento ao egresso;
- Elaboração e construção de instrumentos para avaliação do nível de satisfação dos discentes;
- Avaliação e/ou reavaliação dos instrumentos já existentes.

10ª Dimensão Avaliada: Gestão Financeira da IES

Objetivo: Avaliar a sustentabilidade financeira da IES a partir da compatibilização das

receitas e despesas, bem como do retorno dos investimentos; avaliar o equilíbrio entre os custos de ensino e a capacidade de pagamento dos estudantes, e também as fontes de recursos e as políticas de captação e manutenção de estudantes.

Responsáveis: Gestores, Órgãos de Apoio.

Ações:

- Estudos econômico-financeiros periódicos e anuais com previsão de receitas e despesas;
- Planejamento econômico-financeiro com previsão de payback dos investimentos;
- Planilhas de custos previstos pela legislação trabalhista, tributária e outras sobre anuidades escolares;
- Estudos sobre custos advindos da política de pessoal docente;
- Estudos sobre a capacidade de pagamentos dos estudantes;
- Estudos de compatibilização entre receitas previstas e custos legais;
- Estudos sobre novas fontes de recursos (que não as mensalidades);
- Estudos sobre demanda de mercado com vistas a criação de novos cursos.

Anualmente, a CPA estabelece um cronograma de atividades pautado no projeto de Autoavaliação Institucional, utilizando seus resultados no planejamento da gestão acadêmico-administrativa, objeto de relatórios a serem encaminhados ao MEC/INEP conforme legislação específica.

10. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMETÁRIOS

10.1 Sustentabilidade financeira

Para a excelência na prestação de serviços educacionais, toda a estrutura de funcionamento da IES está condicionada ao relacionamento entre a mantenedora, que representa a estrutura de propriedade, e a mantida, Instituição de Ensino, que representa a estrutura de controle.

A gestão da Instituição, realizada por sua mantenedora, tem como objetivo o uso eficiente e equilibrado dos recursos disponíveis para todos os setores de trabalho e infraestrutura, garantindo o funcionamento com êxito da IES, bem como as políticas de crescimento e expansão, e a manutenção dos elevados níveis de qualidade dos serviços oferecidos. Seus recursos próprios são provenientes de suas atividades e, havendo a necessidade de recursos de terceiros, a mantenedora viabiliza por meio específicos.

10.2 Estratégias de gestão econômico-financeira

A gestão econômico-financeira é realizada por meio de planejamento orçamentário, que fundamenta a tomada de decisões. Há, nesse processo, a elaboração de planilhas de previsão orçamentária que contam com a atuação de todas as áreas da instituição, resultando em um orçamento participativo.

10.3 Plano de investimentos

A Fundação Educacional de Penápolis, mantenedora da Faculdade de Ciências e Letras de Penápolis, realiza seu plano de investimentos com base nas receitas da Instituição e índices econômicos.

A previsão de investimentos necessários visa criar condições econômicas que permitam a consolidação e expansão de cursos e vagas, o alcance do plano de ação de metas e a ampliação de atividades de ensino, pesquisa e extensão, gerando resultados sem comprometer

os níveis de qualidade na prestação de serviços. Para isso, são destinados recursos que deverão ser suficientes para cobrir as necessidades de custeio, pessoal e investimentos.

O plano de investimento é pautado nas diretrizes do PDI, tendo como fator principal o enquadramento do plano aos objetivos e metas estabelecidos, em consonância com as necessidades pedagógicas da FAFIPE.

10.4 Planilha orçamentária

RECEITAS		2020	2021	2022	2023	2024
Anuidades	+	R\$ 27.217.059,86	R\$ 34.910.167,71	R\$ 46.793.625,48	R\$ 59.932.016,32	R\$ 73.848.422,85
Bolsas	-	R\$ 1.139.735,26	R\$ 7.331.135,22	R\$ 9.826.661,35	R\$ 12.585.723,43	R\$ 15.508.168,80
Diversos	+	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Financiamentos	+	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Inadimplência	-	R\$ 1.192.017,43	R\$ 2.845.755,77	R\$ 3.130.331,35	R\$ 3.443.364,49	R\$ 3.787.700,94
Serviços	+	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Taxas	+	R\$ 76.408,74	R\$ 674.440,13	R\$ 741.884,14	R\$ 816.072,56	R\$ 897.679,81
Total Receitas		R\$ 24.961.715,91	R\$ 25.407.716,85	R\$ 34.578.516,92	R\$ 44.719.000,96	R\$ 55.450.232,92
DESPESAS		2020	2021	2022	2023	2024
Acervo Biblioteca	-	R\$ 134.653,10	R\$ 237.808,29	R\$ 261.589,11	R\$ 287.748,02	R\$ 316.522,83
Aluguel	-	R\$ 550.355,68	R\$ 270.161,52	R\$ 297.177,67	R\$ 326.895,44	R\$ 359.584,98
Desp. Admin.	-	R\$ 1.945.379,02	R\$ 5.300.727,99	R\$ 5.830.800,79	R\$ 6.413.880,87	R\$ 7.055.268,96
Encargos	-	R\$ 2.584.100,59	R\$ 4.313.702,76	R\$ 5.607.813,59	R\$ 7.850.939,02	R\$ 10.991.314,63
Equipamentos	-	R\$ 27.527,05	R\$ 61.462,50	R\$ 67.608,75	R\$ 74.369,63	R\$ 81.806,59
Eventos	-	R\$ 36.579,19	R\$ 77.369,60	R\$ 85.106,56	R\$ 93.617,22	R\$ 102.978,94
Invest. Aq. Imóvel	-	R\$ 2.264.177,00	R\$ 2.512.594,70	R\$ 2.763.854,17	R\$ 3.040.239,59	R\$ 3.344.263,55
Manutenção	-	R\$ 79.460,13	R\$ 3.301.399,32	R\$ 3.631.539,25	R\$ 3.994.693,18	R\$ 4.394.162,50
Mobiliário	-	R\$ 13.839,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pessoal Admin.	-	R\$ 2.076.941,80	R\$ 1.522.122,45	R\$ 1.750.440,82	R\$ 2.100.528,98	R\$ 2.625.661,22
Professores	-	R\$ 5.343.902,51	R\$ 4.967.018,89	R\$ 6.208.773,62	R\$ 8.381.844,38	R\$ 11.734.582,13
Pesquisa Extensão	-	R\$ 0,00	R\$ 42.130,00	R\$ 46.343,00	R\$ 50.977,30	R\$ 56.075,03
Treinamentos	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total Despesas		R\$ 15.056.915,71	R\$ 22.606.498,02	R\$ 26.551.047,33	R\$ 32.615.733,63	R\$ 41.062.221,36
RESULTADO ANUAL		R\$ 9.904.800,20	R\$ 2.801.218,83	R\$ 8.027.469,59	R\$ 12.103.267,33	R\$ 14.388.011,56

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE PENÁPOLIS (FUNEPE)
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PENÁPOLIS (FAFIPE)

ADENDO 2022/2023

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2021-2025

2023

Adendo ao Plano de Desenvolvimento Institucional

Revisão do item 3 Plano de Desenvolvimento Institucional - CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS - em especial das tabelas 10, 11, 12, 13, 14 e 15, conforme segue:

Tabela 10: Cronograma de abertura de Cursos de Graduação, modalidade Presencial

Denominação do curso	Grau	Vagas	Carga horária	Turno	Ano pretendido	Status
Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	60	4.220	Noturno	2022	Reprogramar para 2024
Biomedicina	Bacharelado	60	3.200	Noturno	2022	Processo 202205594
Design de Interiores	CST*	40	1.900	Noturno	2022	Reprogramar para 2024
Engenharia de Software	Bacharelado	60	3.394	Noturno	2022	Processo 202205612
Tecnologia em Alimentos	CST*	60	2.700	Noturno	2022	Processo 202205609
Comunicação Social com Habilitação em Mídias Digitais	Bacharelado	60	3.600	Noturno	2023	Suspender
Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda	Bacharelado	60	3.600	Noturno	2023	Suspender
Fisioterapia	Bacharelado	60	4.160	Noturno	2023	Reprogramar para 2024
Medicina Veterinária	Bacharelado	60	4.593	Integral	2023	Reprogramar para 2025
Nutrição	Bacharelado	60	3.200	Noturno	2023	Suspender
Ciências Biológicas	Licenciatura	50	3.218	Noturno	2024	Reprogramar para 2025
Ciências Sociais	Licenciatura	50	3.218	Noturno	2024	Suspender
Filosofia	Licenciatura	40	3.252	Noturno	2024	Suspender
Geografia	Licenciatura	50	3.252	Noturno	2024	Suspender
História	Licenciatura	50	3.218	Noturno	2024	Manter
Letras -Português e Inglês	Licenciatura	50	3.286	Noturno	2024	Manter
Matemática	Licenciatura	50	3.286	Noturno	2024	Manter
Química	Licenciatura	50	3.262	Noturno	2024	Suspender

*CST - Curso Superior de Tecnologia.

Tabela 11: Cronograma de aumento do número de vagas de Cursos de Graduação, modalidade Presencial

Denominação do Curso	Grau	Turno	Vagas pleiteadas	Ano pretendido	Status
Medicina	Bacharelado	Integral	14	2023	Reprogramar para 2024

Tabela 12: Cronograma de abertura de cursos de graduação em novo grau, modalidade presencial.

Denominação do Curso	Grau pleiteado	Turno	Número de vagas	Ano pretendido	Status
Educação Física	Licenciatura	Noturno	60	2022	Reprogramar para 2024

Tabela 13: Distribuição de cursos de graduação presencial com previsão de introdução de até 40% de EAD na carga horária total do curso.

Centro	Curso	Turno	Ano pretendido	Status
CCETN	Administração	Noturno	2023	Reprogramar para 2025
	Ciências Contábeis	Noturno	2023	Reprogramar para 2025
	Engenharia Agrônômica	Noturno	2023	Reprogramar para 2025
CECH	Direito	Noturno	2023	Reprogramar para 2025
	Pedagogia	Noturno	2023	Reprogramar para 2025
	Psicologia	Noturno	2023	Reprogramar para 2025
CCBS	Educação Física	Noturno	2023	Reprogramar para 2025
	Enfermagem	Noturno	2024	Reprogramar para 2025

Tabela 14: Cronograma de abertura de Cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, modalidade Presencial.

Denominação do Curso	Carga horária (h)	Número de vagas	Ano pretendido	Status
Atividade Física para Populações Especiais	450	60	2022	Alterar CH para 360h manter ano de oferta
Direito Agrário	360	60	2022	Suspender
Especialização em Gestão Pública	360	40	2022	Suspender
Matemática na Educação Infantil	360	30	2022	Reprogramar para 2025
Psicologia Clínica	360	30	2022	Reprogramar para 2025
Sexualidade Humana	360	30	2022	Suspender
Gestão Ambiental	360	60	2023	Reprogramar para 2025
Ludicidade na Educação Infantil	360	30	2023	Reprogramar para 2025
Gestão Logística	360	60	2024	Suspender
Docência no Ensino Superior	360	40	Não previsto	Ofertar 2023
Educação Infantil	360	40	Não previsto	Ofertar 2023
Direito Privado	360	40	Não previsto	Ofertar 2023
Psicologia Escolar e Educacional	360	40	Não previsto	Ofertar 2023

Tabela 15: Cronograma de abertura de Cursos de Extensão no período de vigência deste PDI

Denominação do Curso	Carga horária (h)	Número de vagas	Ano pretendido	Status
Curso preparatório para OAB - 1ª e 2ª Fase - Teoria, Prática e Resolução de Questões	52	60	2021	Manter
Inglês na FUNEPE - Módulo Básico	32	30	2021	Manter
Inglês na FUNEPE - Módulo Intermediário	32	30	2021	Manter
Inglês na FUNEPE - Módulo Avançado	32	30	2022	Manter
Marketing digital - Comunicação Integrada de Marketing	28	40	2022	Manter
Memória Cultural e Produção Artística	24	50	Não previsto	Ofertar 2023

Meio-ambiente e sustentabilidade	24	50	Não previsto	Ofertar 2023
Direitos Humanos, Diversidade e Igualdade Étnico-racial	24	50	Não previsto	Ofertar 2023